



**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
FARROUPILHA - CAMPUS JAGUARI
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLÓGICA**

JOSIANA RITA BAZANA

**OS ELEMENTOS FORMATIVOS PRESENTES NO ESTÁGIO
CURRICULAR SUPERVISIONADO DE UM CURSO TÉCNICO
INTEGRADO AO ENSINO MÉDIO**

Jaguari - RS

2020

JOSIANA RITA BAZANA

**OS ELEMENTOS FORMATIVOS PRESENTES NO ESTÁGIO
CURRICULAR SUPERVISIONADO DE UM CURSO TÉCNICO
INTEGRADO AO ENSINO MÉDIO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo *campus* Jaguari do Instituto Federal Farroupilha, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Educação Profissional e Tecnológica.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Sandra Elisabet Bazana Nonenmacher

Coorientadora: Prof^a. Dr^a. Maria Rosângela Silveira Ramos

Jaguari - RS

2020

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Instituto Federal Farroupilha – Campus Júlio de Castilhos
Processamento Técnico.

B362e Bazana, Josiana Rita

Os elementos formativos presentes no estágio curricular supervisionado de um curso técnico integrado ao ensino médio / Josiana Rita Bazana - Jaguari, RS: [s.n.], 2020.

159 f.: il. ; 30 cm.

Dissertação (Mestrado) – Instituto Federal Farroupilha – Jaguari.
Programa de Pós-graduação stricto sensu em Educação Profissional e Tecnológica do Instituto Federal Farroupilha.
Orientadora: Profª Drª. Sandra Elisabet Bazana Nonenmacher.
Coorientadora: Prª Drª. Maria Rosângela Silveira Ramos.
Inclui bibliografia e anexos.
Inclui apêndice.

1. Estágio curricular. 2. Ensino médio integrado. 3. Formação integral.
4. Educação profissional e tecnológica. I. Título. II. Série.

CDU: 37.046

Índice para o catálogo sistemático:

Ensino médio integrado	373.5
Educação profissional e tecnológica	377

Catalogação na fonte elaborada pela bibliotecária

Joice Nara R. Silva – CRB -10/1826.

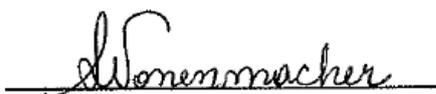
JOSIANA RITA BAZANA

**OS ELEMENTOS FORMATIVOS PRESENTES NO ESTÁGIO
CURRICULAR SUPERVISIONADO DE UM CURSO TÉCNICO
INTEGRADO AO ENSINO MÉDIO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo campus Jaguari do Instituto Federal Farroupilha, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Educação Profissional e Tecnológica.

Aprovado em 30 de julho de 2020.

COMISSÃO EXAMINADORA



Prof^a. Dr^a. Sandra Elisabet Bazana Nonenmacher
Instituto Federal Farroupilha
Orientadora



Prof^a. Dr^a. Maria Rosângela Silveira Ramos
Instituto Federal Farroupilha
Coorientadora



Prof^a. Dr^a. Marli Dallagnol Frison
UNIJUÍ

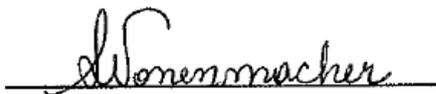
JOSIANA RITA BAZANA

CARTILHA DE ESTÁGIO

Produto educacional apresentado ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo campus Jaguari do Instituto Federal Farroupilha, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Educação Profissional e Tecnológica.

Validado em 30 de julho de 2020.

COMISSÃO EXAMINADORA



Prof^a. Dr^a. Sandra Elisabet Bazana Nonenmacher
Instituto Federal Farroupilha
Orientadora



Prof^a. Dr^a. Maria Rosângela Silveira Ramos
Instituto Federal Farroupilha
Coorientadora



Prof^a. Dr^a. Marli Dallagnol Frison
UNIJUÍ

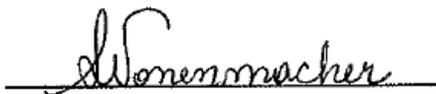
JOSIANA RITA BAZANA

APLICATIVO ESTÁGIO INTEGRADO

Produto educacional apresentado ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo campus Jaguari do Instituto Federal Farroupilha, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Educação Profissional e Tecnológica.

Validado em 30 de julho de 2020.

COMISSÃO EXAMINADORA



Prof^a. Dr^a. Sandra Elisabet Bazana Nonenmacher
Instituto Federal Farroupilha
Orientadora



Prof^a. Dr^a. Maria Rosângela Silveira Ramos
Instituto Federal Farroupilha
Coorientadora



Prof^a. Dr^a. Marli Dallagnol Frison
UNIJUÍ

AGRADECIMENTOS

Ao Instituto Federal Farroupilha pelo afastamento parcial e apoio financeiro através do PIIQP, que me possibilitou frequentar e concluir o curso.

A professora Dr^a Sandra, que é muito mais que minha orientadora, é, desde sempre, meu maior e principal exemplo de educadora, cientista e pesquisadora. Obrigada pela paciência e por toda a aprendizagem que me proporcionou através do seu conhecimento.

A professora Dr^a Maria Rosângela, coorientadora, por me acolher no momento de indefinição, pela disponibilidade e contribuição para esta pesquisa.

A professora Dr^a Marli Dallagnol Frison, pelas valiosas contribuições na banca de qualificação e disponibilidade em participar desta etapa final.

A Victoria Botelho Martins, pelo excelente trabalho no desenvolvimento do aplicativo, além da amizade que construímos neste caminho.

A todos os professores e colegas da Turma 2 do ProfEPT polo Jaguari, pelos conhecimentos compartilhados e pelos momentos de confraternização e diálogo, que tornaram esta caminhada produtiva e leve.

Aos professores, supervisores e estudantes, sujeitos deste estudo, que gentilmente aceitaram participar da pesquisa, disponibilizando seu tempo e compartilhando suas experiências.

Aos colegas do Setor de Estágios, pelos esclarecimentos prestados e auxílio com a documentação que precisei acesso.

Aos colegas do Setor de Laboratórios, Glaucia e Marcelo, pelo incentivo e por contribuir para que meus afastamentos fossem possíveis.

A todos os meus amigos, que não vou citar nomes pra não esquecer de ninguém, pelas energias positivas e compreensão diante minha ausência.

A minha família, mãe Neusa, pai Sérgio, irmão Jader, cunhada Patrícia, sobrinho Arthur, sogra Sônia, e demais familiares, que sempre me apoiaram, motivaram e entenderam minha ausência e falta de tempo neste período. Amo vocês!

Ao meu esposo Rogério, que mesmo enfrentando as suas batalhas pessoais neste período, sempre esteve ao meu lado, me apoiando, incentivando, acalmando, e acreditando em mim!

A todos vocês, a minha gratidão. Muito, muito obrigada!

A teoria sem a prática vira "verbalismo",
assim como a prática sem teoria vira ativismo.
No entanto, quando se une a prática com a teoria tem-se a práxis,
a ação criadora e modificadora da realidade.

Paulo Freire

RESUMO

Esta dissertação, desenvolvida no Programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), do Instituto Federal Farroupilha, *Campus* Jaguari, é resultado de um estudo de caso sobre o curso técnico em química integrado ao ensino médio do IFFar- *Campus* Panambi, que teve como objetivo investigar elementos formativos presentes no contexto do estágio curricular supervisionado que apresentam potencial pedagógico capaz de qualificar o espaço/tempo de estágio e contribuir para a formação integral dos estudantes. A amostragem da investigação foi composta pelas turmas do 3º ano de 2016, 2017 e 2018 do curso, as quais realizaram o estágio curricular supervisionado de 60 horas. A produção de dados desta pesquisa qualitativa foi realizada por meio de análise documental, questionários e entrevistas, com a intenção de captar as percepções de todos os sujeitos envolvidos na prática de estágios: o estudante-estagiário, o professor orientador e o supervisor da parte concedente de estágio. Para a interpretação dos dados, a metodologia utilizada foi a Análise Textual Discursiva (ATD), proposta por Moraes e Galiazzi (2016), que resultou em duas categorias: apropriação de conhecimentos e saberes; articulação entre instituições, teoria e prática, sujeitos e o mundo do trabalho. Esta pesquisa dialoga com os seguintes referenciais teóricos: Kuenzer (2003, 2007), Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005), Pacheco (2015, 2020), Araújo e Frigotto (2015), Colombo e Ballão (2014), Niskier e Nathanael (2006), Piconez (2012), Pimenta e Lima (2012), entre outros estudiosos, além de documentos legais, que regem o tema. Com base nas compreensões que emergiram na investigação realizada, e com o intuito de propor instrumentos que contribuam para superar as fragilidades identificadas, desenvolvemos dois produtos educacionais, sendo uma “Cartilha de Estágio” e um aplicativo para dispositivos móveis denominado “Estágio Integrado”.

Palavras-chave: Estágio Curricular; Ensino Médio Integrado; Formação Integral; Educação Profissional e Tecnológica.

ABSTRACT

This dissertation, developed in the Professional Master's Program in Professional and Technological Education (ProfEPT), of the Federal Farroupilha Institute, Campus Jaguari, is the result of a case study on the technical course in chemistry integrated to the high school of the IFFar-Campus Panambi, which aimed to investigate the training elements present in the context of the supervised curricular internship that have pedagogical potential capable of qualifying the internship space / time and contribute to the integral training of students. The research sample consisted of the 3rd year classes of 2016, 2017 and 2018 of the course, which undertook the supervised curricular internship of 60 hours. The production of data from this qualitative research was carried out through document analysis, questionnaires and interviews, with the intention of capturing the perceptions of all subjects involved in the practice of internships: the student-trainee, the supervising professor and the supervisor of the granting party internship. For the interpretation of the data, the methodology used was the Discursive Textual Analysis (ATD), proposed by Moraes and Galiazzi (2016), which resulted in two categories: appropriation of knowledge and knowledge; articulation between institutions, theory and practice, subjects and the world of work. This research dialogues with the following theoretical references: Kuenzer (2003, 2007), Frigotto, Ciavatta and Ramos (2005), Pacheco (2015, 2020), Araújo and Frigotto (2015), Colombo and Ballão (2014), Niskier and Nathanael (2006), Piconez (2012), Pimenta and Lima (2012), among other scholars, in addition to legal documents, that govern the theme. Based on the understandings that emerged in the research carried out, and in order to propose instruments that contribute to overcome the identified weaknesses, we developed two educational products, being a "Stage Booklet" and an application for mobile devices called "Integrated Stage".

Keywords: Curricular stage; Integrated High School; Integral Training; Professional and Technological Education.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Capa da Cartilha de Estágio	93
Figura 2 – Tópico sobre o Aplicativo Estágio Integrado	94
Figura 3 – Apresentação dos Produtos Educacionais	95
Figura 4 – Site “Estágio Integrado”	100
Figura 5 – Página Inicial do aplicativo	101
Figura 6 – Menu do aplicativo de cada um dos sujeitos	101
Figura 7 – Ferramenta “Informações sobre o estágio”	102
Figura 8 – Ferramenta “Fique Ligado”	102
Figura 9 – Ferramenta “Sobre o App”	103
Figura 10 – Ferramenta “Contatos”	104
Figura 11 – Ferramentas “Registrar Atividade” e “Relatório Geral”	104
Figura 12 – Ferramenta “Estagiários”	105
Figura 13 – Ferramenta “Para Refletir” do estagiário	106
Figura 14 – Ferramenta “Para Refletir” do orientador	106
Figura 15 – Ferramenta “Para Refletir” do supervisor	107
Gráfico 1 – Número de alunos que realizaram estágio entre 2016 e 2018	60
Gráfico 2 – Período de realização dos estágios curriculares	61
Gráfico 3 – Dias de realização dos estágios curriculares	62
Gráfico 4 – Locais de realização de estágio, entre 2016 e 2018	62
Gráfico 5 – Áreas dos estágios curriculares	63
Gráfico 6 – Momentos que aconteceu a orientação do estágio	85
Gráfico 7 – Contribuição do orientador para o aprendizado durante o estágio	87
Gráfico 8 – Contribuição do supervisor para o aprendizado durante o estágio	88
Gráfico 9 – Número de sujeitos que avaliaram a Cartilha de Estágio	96
Gráfico 10 – Respostas do questionário sobre a Cartilha de Estágio	97
Gráfico 11 – Número de sujeitos que avaliaram o aplicativo	108
Gráfico 12 – Respostas do questionário sobre o aplicativo	109
Quadro 1 – Focos temáticos, categorias e proposições	65
Quadro 2 - Comentários e sugestões recebidas sobre a “Cartilha de Estágio”	97

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACI – Associação Comercial e Industrial

APL - Arranjo Produtivo Local

APP - Aplicativo

ATD - Análise Textual Discursiva

CAAE - Certificado de Apresentação para Apreciação Ética

CEP - Comitê de Ética na Pesquisa

CNE/CEB - Conselho Nacional de Educação/Conselho de Educação Básica

CEFET-SVS - Centro Federal de Educação Tecnológica de São Vicente do Sul

CONSUP – Conselho Superior

DCNEP - Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio

EAD - Educação à Distância

EMI - Ensino Médio Integrado

EPT - Educação Profissional e Tecnológica

IFs - Institutos Federais

IFFar - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha

LDB - Lei de Diretrizes e Bases

MEC - Ministério da Educação

PPC - Projeto Pedagógico de Curso

PROEJA - Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos

ProfEPT - Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica

SETEC - Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica

TAI – Técnico em Automação Industrial Integrado

TCLE - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

TQI – Técnico em Química Integrado

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	20
2.1 Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia	20
2.1.1 O Instituto Federal Farroupilha	24
2.1.2 O <i>Campus</i> Panambi do Instituto Federal Farroupilha	26
2.1.3 O Curso Técnico em Química Integrado ao Ensino Médio do <i>campus</i> Panambi.....	28
2.2 O Ensino Médio Integrado à Educação Profissional	32
2.3 O Estágio Curricular na Educação Profissional.....	34
2.3.1 Histórico do estágio e a sua legislação	34
2.3.2 O estágio curricular no Instituto Federal Farroupilha	41
2.3.3 O estágio como espaço de práxis.....	45
3 PERCURSO METODOLÓGICO	48
3.1 Caracterização da Pesquisa	48
3.2 Produção de Dados	50
3.2.1 Análise documental.....	51
3.2.2 Questionário	52
3.2.3 Entrevistas	54
3.3. Análise dos Dados	55
4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS	59
4.1 Caracterização do Caso Estudado.....	59
4.2 Os Elementos Formativos que Qualificam o Espaço/Tempo do Estágio Curricular do Curso Estudado	64
4.2.1 Apropriação de conhecimentos e saberes.....	66
4.2.1.1 A apropriação de conhecimentos comportamentais e saberes profissionais qualifica o processo de formação profissional do estudante	66
4.2.2 Articulação entre instituições, teoria e prática, sujeitos e o mundo do trabalho.....	72
4.2.2.1 A articulação entre a instituição de ensino e a parte concedente é determinante para a consolidação do estágio como ato educativo	72
4.2.2.2 A articulação entre teoria e prática e a interação entre os sujeitos promove a efetivação da práxis.....	80
5 PRODUTOS EDUCACIONAIS	92

5.1 Cartilha de Estágio.....	92
5.2 Aplicativo Estágio Integrado.....	99
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	111
REFERÊNCIAS.....	115
APÊNDICES	122
APÊNDICE A - Questionário para os estudantes/estagiários do TQI	123
APÊNDICE B – Termo de consentimento livre e esclarecido para estudantes maiores de 18 anos, questionário <i>on-line</i>	126
APÊNDICE C - Roteiro para entrevista com os professores orientadores de estágio do TQI.....	128
APÊNDICE D – Termo de consentimento livre e esclarecido para professores orientadores	129
APÊNDICE E – Produto Educacional “Cartilha de Estágio”	131
ANEXOS	155
ANEXO I – Matriz curricular do Curso Técnico em Química do IFFar - <i>campus</i> Panambi.....	156
ANEXO II – Parecer Consubstanciado do Comitê de Ética na Pesquisa.....	158

1 INTRODUÇÃO

Com a criação dos Institutos Federais (IFs), em 2008, houve uma significativa ampliação na oferta de cursos técnicos integrados ao ensino médio no país, impulsionando avanços estruturais na sociedade. Nesta perspectiva, o ensino médio integrado aparece como uma importante proposta para qualificar a educação básica e a formação técnica, pois visa desenvolver os estudantes de forma integral e igualitária, dando lhes possibilidade tanto de dar seguimento aos estudos em níveis mais elevados, quanto de ingressar dignamente no mundo do trabalho.

Assim, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio (DCNEP), propostas pela Resolução CNE/CEB nº 06 de 2012, em seu artigo 5º assinala que:

Os cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio têm por finalidade proporcionar ao estudante conhecimentos, saberes e competências profissionais necessários ao exercício profissional e da cidadania, com base nos fundamentos científico-tecnológicos, sócio-históricos e culturais (BRASIL, 2012, Art. 5).

Diante disso, para atender a esta finalidade, as instituições devem propor uma organização curricular em que os eixos estruturantes sejam a ciência, a cultura, o trabalho e a tecnologia, viabilizando que a formação geral e a formação profissional sejam interligadas e inseparáveis. Nesse sentido, o estágio curricular, quando presente no currículo dos cursos de educação profissional, representa um componente importante na formação dos estudantes, pois articula de forma dinâmica a educação e o trabalho.

Segundo a Lei nº 11.788/08, estágio é um ato educativo escolar, desenvolvido em ambiente real de trabalho, que visa o aprendizado profissional e à contextualização curricular, objetivando o desenvolvimento do educando para a vida cidadã e para o trabalho (BRASIL, 2008a), portanto, é uma atividade de aprendizagem com caráter pedagógico. Sendo assim, o estágio curricular é um espaço/tempo importante na formação do profissional de qualquer área, no entanto, é ainda mais significativo nos cursos técnicos integrados ao ensino médio, pois para muitos destes jovens estudantes o estágio curricular representa o primeiro contato com a vida profissional e o mundo do trabalho.

Desse modo, buscando atender aos propósitos da Rede de Educação Profissional e Tecnológica, em observância à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9.394/1996, e em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais e com as Diretrizes Institucionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio, que o Instituto Federal Farroupilha (IFFar) - *Campus* Panambi, oferta desde 2011 o Curso Técnico em Química Integrado ao Ensino Médio (TQI). Este curso visa formar profissionais “que sejam capazes de atuar em diferentes ramos do mercado industrial, oferecendo uma base de conhecimentos científicos, tecnológicos e instrumentais ao futuro egresso” (IFFAR, 2014a, p.15). A instituição e o curso mencionados são o lócus desta pesquisa.

Em vista disto, o curso TQI do IFFar - *Campus* Panambi, apresenta em sua organização curricular o estágio curricular supervisionado obrigatório como um dos instrumentos de prática profissional do curso. Conforme o Projeto Pedagógico do Curso (PPC) vigente, este estágio tem uma carga horária de 60 (sessenta) horas, e é realizado no terceiro ano do curso, após a conclusão do componente curricular de Orientação de Estágio (IFFAR, 2014a).

Cabe destacar que o interesse e aproximação com a temática aqui proposta, vem ao encontro da minha trajetória profissional, onde desde março de 2012 trabalho como técnica administrativa em educação, no cargo de técnica de laboratório de química, no IFFar - *Campus* Panambi. A atuação profissional na referida área está voltada aos laboratórios de química da instituição, no acompanhamento de diversas atividades práticas de ensino, pesquisa e extensão. Além das atividades mencionadas, inclui a função de supervisora de estágio curricular de alunos do TQI, uma vez que a Instituição também é parte concedente de estágios curriculares, ofertando de duas a quatro vagas de estágio junto ao setor de laboratórios de química a cada ano. Assim, esta experiência me permite observar de perto alguns aspectos, entre fragilidades e potencialidades, que envolvem o estágio desse curso técnico integrado e os estagiários inseridos neste contexto educacional-formativo.

Diante do exposto e das situações vivenciais na profissão ora exercida, compreendo o estágio curricular supervisionado como um relevante campo de pesquisa, pois representa uma atividade formadora capaz de proporcionar o desenvolvimento humano e profissional, e com potencial integrador de diversos conhecimentos, na perspectiva da formação integral.

Sendo assim, decidi tornar “o estágio curricular supervisionado em um curso técnico integrado ao ensino médio” o meu objeto de estudo, no qual, por meio de um estudo de caso no curso TQI do IFFar - *Campus* Panambi, busco dar resposta ao seguinte problema: Que elementos formativos possibilitam que o estágio curricular supervisionado se constitua em um espaço/tempo que contribui para a formação integral dos estudantes de um curso técnico integrado ao ensino médio?

Para responder a esse questionamento, busquei por meio do estudo de caso sobre o curso técnico em química integrado ao ensino médio do IFFar- *Campus* Panambi, investigar elementos formativos presentes no contexto do estágio curricular supervisionado que apresentam potencial pedagógico capaz de qualificar o espaço/tempo de estágio e contribuir para a formação integral dos estudantes, sendo este o objetivo geral deste trabalho.

Além disso, visando a busca de resultados mais detalhados, o presente trabalho tem os seguintes objetivos específicos:

- identificar conhecimentos possibilitados pelo estágio curricular supervisionado, que contribuem para a formação dos estudantes na perspectiva de uma educação integral;
- investigar significados atribuídos ao estágio curricular supervisionado do curso investigado, na percepção do estagiário/estudante, do professor orientador e do supervisor da parte concedente;
- apresentar, através de um produto educacional, possíveis ações que possam contribuir para a melhoria dos processos de ensino e de aprendizagem proporcionados pelos estágios curriculares supervisionados e qualificação desse tempo/espaço.

O aprofundamento das pesquisas e discussões sobre o tema estágio curricular supervisionado em cursos técnicos integrados ao ensino médio, pode contribuir para o aprimoramento das práticas educativas e melhorar os processos de ensino e de aprendizagem, seja de componentes curriculares ao longo dos cursos ou das ações desenvolvidas no próprio estágio. Entendemos ainda, que este estudo é pertinente como mais uma contribuição para ampliar as reflexões sobre o ensino médio integrado à educação profissional.

Além disso, a pesquisa sobre este tema também se justifica pelo fato de haver uma baixa produção científica quando se trata do estágio nesta modalidade de ensino.

Do ponto de vista acadêmico, o que se observa é um número relativo de publicações com o enfoque no estágio curricular relacionado à formação de professores e à formação de profissionais da saúde, deixando, desta forma, uma lacuna na investigação sobre o tema estágio curricular na educação profissional integrada ao ensino médio.

A constatação deste fato mencionado, foi evidenciada pela busca no Portal de Periódicos Capes/MEC, utilizando o descritor “estágio curricular”. Para esta busca foram encontrados 320 (trezentos e vinte) resultados, sendo que, 45% (quarenta e cinco por cento) destes trata de estágios em cursos de licenciaturas e formação de professores, 36,25% (trinta e seis inteiros e vinte e cinco centésimos por cento) trata de estágios de cursos superiores na área da saúde, 17,5% (dezessete inteiros e cinco décimos por cento) de estágios em outros cursos de graduação. Apenas quatro resultados, o que corresponde a 1,25% (um inteiro e vinte e cinco centésimos por cento), se refere a cursos técnicos de nível médio, sendo que dois deles tratam especificamente do estágio curricular nesta modalidade de ensino, conforme apresento a seguir.

Lopes, Shimoda e Shimoya (2013), realizaram um estudo intitulado “Estágio supervisionado: percepções dos concluintes de um curso técnico de enfermagem de uma instituição estadual de ensino de Campos dos Goytacazes, RJ”. Esta pesquisa apontou como itens críticos o "valor da bolsa auxílio", "participação em treinamentos/palestras", "intercâmbio com profissionais da área" e "possibilidade de efetivação", demonstrando que para os estagiários do curso técnico de enfermagem pesquisado o estágio não está cumprindo plenamente com os seus objetivos, quais sejam aprendizagem prática e aproximação do mercado de trabalho.

Stutz e Jansen (2006), em seu estudo intitulado “Ensino técnico na área da saúde: os desafios do processo de aprendizagem”, tiveram como objetivo investigar quais são as dificuldades encontradas por alunos de um curso técnico de nível médio, na área de enfermagem, frente às atividades realizadas no estágio curricular. Os resultados revelaram que as maiores dificuldades se referiam a relacionamento interpessoal e comunicação.

Como pode-se observar, os dois trabalhos tratam do estágio curricular de cursos técnicos da área da saúde, visto que, para este curso o estágio é exigido pela natureza da ocupação. Além disso, nota-se que não foram encontradas publicações

em revistas científicas com o tema principal desta pesquisa, que é estágio curricular na educação profissional integrada ao ensino médio. Diante disto, com o intuito de ampliar os resultados, foi realizada uma busca de dissertações no Google Acadêmico, porém, encontrou-se poucos trabalhos que tratam do tema. A síntese dos trabalhos encontrados que mais se aproximam da temática abordada, é apresentada a seguir.

Furtado (2017) realizou uma pesquisa intitulada “Análise do estágio curricular supervisionado como prática educativa no curso técnico em agropecuária do Centro Estadual Integrado de Educação Rural de Águia Branca - ES”. A pesquisa foi realizada com estudantes egressos e concluinte do curso técnico em agropecuária integrado ao ensino médio, além de um levantamento dos trabalhos de conclusão de estágio defendidos nos anos de 2010 a 2015. O principal objetivo da pesquisa foi investigar e avaliar como as atividades realizadas no estágio e as atividades práticas de experimentação desenvolvidas no trabalho de conclusão de estágio contribuíram para o aprendizado e para a qualificação profissional dos estudantes. Os resultados indicaram que os estudantes consideram importante à realização do estágio para uma melhor formação no curso profissionalizante e que a realização do trabalho de conclusão de estágio contribui significativamente para a compreensão dos conteúdos teóricos aprendidos durante o curso, para uma experiência com trabalhos científicos, para resolução de problemas, contribuindo não só para o processo de ensino e aprendizado como também garantindo uma maior autoconfiança para o futuro técnico em agropecuária e estudante do ensino superior.

Ribeiro (2011), em sua dissertação intitulada “Ensino médio integrado: o estágio como um dos elementos articuladores da formação geral e profissional”, analisou o ensino médio integrado a partir da prática do estágio e a sua contribuição para a formação dos alunos do curso técnico em eletrônica do IFMA - *Campus* São Luís – Monte Castelo. Visou compreender de que forma esse ato educativo pode ser um elemento articulador da formação integrada e ao mesmo tempo contribuir para a formação e inserção dos estudantes no mundo do trabalho. A pesquisa concluiu que o estágio é um importante eixo articulador na formação integrada, possibilitando aos estudantes condições objetivas para compreender a unidade teoria e prática. Constatou que o estágio representa uma etapa da formação técnico-profissional, ao mesmo tempo em que tem a possibilidade de preparar para o mundo do trabalho. Todavia, para que isto ocorra, os desafios constatados referiram a necessidade de um

acompanhamento mais sistemático do IFMA aos alunos nos campos de estágio.

Faria (2009), pesquisou em seu mestrado, a contribuição do estágio curricular supervisionado para a formação profissional do técnico agrícola junto com o ensino médio no Instituto Federal de Minas Gerais - *Campus* de Bambuí. Esta pesquisa-ação concluiu que, para um estágio de qualidade, deve-se ter atenção especial ao se buscar o momento, o local e as circunstâncias em que acontece o estágio; que estágio é um processo, algo contínuo, que implica e aceita melhorias, e que pode apresentar melhores resultados ao contar com o auxílio dos professores orientadores, além de que um aluno consciente de sua responsabilidade estará mais preparado e terá maior sucesso profissional.

As dissertações anteriormente apresentadas evidenciam a importância do estágio nos processos de ensino e de aprendizagem na formação do técnico-profissional, ressaltando a sua contribuição para a compreensão da unidade entre teoria e prática. Também identificam alguns pontos que devem receber atenção para que os estágios curriculares sejam aprimorados e atendam aos seus objetivos. Da mesma forma, a presente pesquisa tem a intenção de investigar o estágio curricular dos cursos técnicos integrados ao ensino médio, para aperfeiçoar o processo no âmbito do IFFar, no entanto, o diferencial está na busca de ações práticas nesse sentido, através da proposição de produtos educacionais que visam fortalecer os processos de ensino e de aprendizagem proporcionados pelos estágios curriculares, contribuindo assim para melhoria e qualificação desse espaço/tempo de aprendizado.

Considerando o exposto, essa dissertação foi estruturada em seis capítulos, sendo que o capítulo 1 corresponde a introdução, na qual são apresentadas a problemática, os objetivos e a justificativa para a realização desta pesquisa. Em seguida, o capítulo 2 traz a fundamentação teórica da pesquisa, em que procuro apresentar desde a origem da educação profissional no Brasil, até chegar à criação dos Institutos Federais, afunilando para o Instituto Federal Farroupilha e o *campus* Panambi, até chegar no curso técnico em química integrado ao ensino médio, que é o foco desta pesquisa. Posteriormente trato do estágio curricular na formação profissional, abordando o histórico do estágio e sua legislação, o estágio curricular no Instituto Federal Farroupilha e, por fim, o estágio como espaço de práxis.

O capítulo 3 expõe o percurso metodológico da investigação, no qual apresento a caracterização da pesquisa realizada no IFFar, bem como os métodos de produção e análise dos dados.

O capítulo 4, traz a análise e discussão dos dados produzidos, que serviram de base para a construção de dois produtos educacionais, apresentados no capítulo 5, que engloba ainda o processo de avaliação destes produtos.

Por fim, as considerações finais compõem o capítulo 6 desta dissertação, na qual saliento as contribuições desta pesquisa para a vida profissional da pesquisadora, e retomo alguns aspectos considerados importantes a respeito dos resultados deste estudo, apontando alguns caminhos para pesquisas futuras.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Este capítulo tem por objetivo apresentar o local e o contexto da pesquisa, seguida de uma discussão teórica dos eixos temáticos que a investigação envolve. Sendo assim, inicia-se apresentando os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e a Rede Federal, desde a sua origem até os dias atuais. Na sequência, apresenta-se o Instituto Federal Farroupilha, o *campus* Panambi e o curso Técnico em Química Integrado ao Ensino Médio, que são o local e o curso em que foi desenvolvida a investigação. Encerra-se com as considerações teóricas e conceituais sobre o ensino médio integrado à formação profissional e o estágio curricular supervisionado na educação profissional.

2.1 Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia

Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia foram criados pela Lei nº 11.892/08 de 29 de dezembro de 2008, que também instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, como resultado de uma nova política educacional brasileira, iniciada em 2003.

As instituições que hoje formam a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, são originárias das Escolas de Aprendizes de Artífices, instituída pelo então presidente da república, Nilo Peçanha, em 1909, por um decreto presidencial, que é o marco legal histórico do início do ensino profissional no Brasil. Ao longo dos anos, essas escolas passaram por diversas transformações. Na década de 30 passaram do Ministério dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio para o Ministério da Educação e Saúde Pública, e se transformaram nos Liceus Industriais. Em 1942, esses Liceus passam a se chamar Escolas Industriais e Técnicas, e, em 1959, Escolas Técnicas Federais, oferecendo formação profissional de nível equivalente ao nível médio atual. Neste mesmo período foi se constituindo uma rede de escolas agrícolas, as chamadas Escolas Agrotécnicas Federais, inicialmente vinculadas ao Ministério da Agricultura (SILVA, 2009).

Já em 1994, através da Lei nº 8.948, foi instituído o Sistema Nacional de Educação Tecnológica, que transformou as Escolas Técnicas Federais em Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET). Esta lei permitiu também que as Escolas

Agrotécnicas Federais pudessem se transformar em CEFET, se assim desejassem, após processo de avaliação de desempenho, processo tal que ocorreu de forma gradativa por meio de decretos específicos para cada instituição (BRASIL, 1994b). No entanto, uma alteração nesta lei, incluída pela Lei nº9.649/1998, representou um grande entrave à expansão da Rede Federal, traduzido pelo artigo 47º, no qual se lia o seguinte conteúdo:

Art. 47º A expansão da oferta de educação profissional, mediante a criação de novas unidades de ensino por parte da União, somente poderá ocorrer em parceria com Estados, Municípios, Distrito Federal, setor produtivo ou organizações não governamentais que serão responsáveis pela manutenção e gestão dos novos estabelecimentos de ensino (BRASIL, 1998, grifo nosso).

No ano de 1996 foi sancionada a Lei nº 9.394, que estabeleceu as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), vinculando, no ensino médio, a formação geral à educação profissional, aproximando o ensino regular ao mundo do trabalho e as práticas sociais. Porém, o Decreto nº 2.208 de 1997 que regulamenta os artigos da LDB de 1996 que trata da educação profissional, no seu artigo 5º descreve que “a educação profissional de nível técnico terá organização curricular própria e independente do ensino médio, podendo ser oferecida de forma concomitante ou sequencial a este” (BRASIL, 1997). Surge então, através do Decreto nº 2.208/97, artigo 5º, a separação entre o ensino médio e a educação profissional, que, segundo Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005, p. 25), além de proibir a pretendida formação integrada, regulamenta formas fragmentadas e aligeiradas de educação profissional em função das alegadas necessidades do mercado.

Com a mudança no governo federal em 2003, inicia-se uma reorientação das políticas para a educação profissional e tecnológica. Neste sentido, a revogação do Decreto nº 2.208/97, por meio da publicação do Decreto nº 5.154/2004, foi crucial, pois possibilitou a retomada da oferta de cursos técnicos integrados ao ensino médio, além de manter a oferta nas formas concomitante e subsequente. O artigo 4º do Decreto nº 5.154/2004 expõem que “a educação profissional técnica de nível médio, será desenvolvida de forma articulada com o ensino médio” (BRASIL, 2004), e apresenta as formas como esta articulação se dará:

§ 1º A articulação entre a educação profissional técnica de nível médio e o ensino médio dar-se-á de forma:

I - integrada, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino fundamental, sendo o curso planejado de modo a conduzir o aluno à

habilitação profissional técnica de nível médio, na mesma instituição de ensino, contando com matrícula única para cada aluno;

II - concomitante, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino fundamental ou esteja cursando o ensino médio, na qual a complementaridade entre a educação profissional técnica de nível médio e o ensino médio pressupõe a existência de matrículas distintas para cada curso, podendo ocorrer:

a) na mesma instituição de ensino, aproveitando-se as oportunidades educacionais disponíveis;

b) em instituições de ensino distintas, aproveitando-se as oportunidades educacionais disponíveis; ou

c) em instituições de ensino distintas, mediante convênios de intercomplementaridade, visando o planejamento e o desenvolvimento de projetos pedagógicos unificados;

III - subsequente, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino médio (BRASIL, 2004).

Dando continuidade as mudanças, em 2005, através da Lei nº 11.195/05, o governo federal alterou o conteúdo do parágrafo 47º da Lei nº 9.649/98, que impedia a criação de novas unidades de ensino por parte da União, e, ao substituir o termo “somente” por “preferencialmente”, a Lei nº 11.195/05 passou a possibilitar, legalmente, a retomada da expansão da rede federal, e por isso, é considerada um marco importante para a educação profissional no Brasil (BRASIL, 2005). Este fato resultou no lançamento da primeira fase do Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional, com a construção de novas unidades de ensino profissional federal em diversos estados brasileiros, com o objetivo de melhorar a distribuição espacial e cobertura das instituições de ensino e, conseqüentemente, ampliar o acesso da população à Educação Profissional e Tecnológica (EPT) no país (MEC, 2018).

Este processo de expansão da rede federal colocou em evidência a necessidade de se discutir a forma de organização dessas instituições, bem como de explicitar seu papel no desenvolvimento social do país. Como resultado, foi publicada em 29 de dezembro de 2008, a Lei 11.892/08, que Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica:

Art. 1º Fica instituída, no âmbito do sistema federal de ensino, a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, vinculada ao Ministério da Educação e constituída pelas seguintes instituições:

I - Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia - Institutos Federais;

II - Universidade Tecnológica Federal do Paraná - UTFPR;

III - Centros Federais de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca - CEFET-RJ e de Minas Gerais - CEFET-MG;

IV - Escolas Técnicas Vinculadas às Universidades Federais.

Parágrafo único. As instituições mencionadas nos incisos I, II e III do caput deste artigo possuem natureza jurídica de autarquia, detentoras de

autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar (BRASIL, 2008b).

Segundo Silva (2009), na criação da rede federal, a palavra educação está adjetivada por profissional, científica e tecnológica pela assunção de seu foco em uma profissionalização que se dá ao mesmo tempo pelas dimensões da ciência e da tecnologia, pela indissociabilidade da prática com a teoria.

A Lei nº 11.892/08, que institui a Rede Federal, criou também os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia:

Art. 2º Os Institutos Federais são instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas, nos termos desta Lei (BRASIL, 2008b).

O objetivo primeiro dos institutos federais é a profissionalização e, por essa razão, sua proposta pedagógica tem sua organização fundada na compreensão do trabalho como atividade criativa fundamental da vida humana e em sua forma histórica, como forma de produção (SILVA, 2009). A educação integral é princípio educativo básico e identidade fundante dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e visa superar a dicotomia entre educação intelectual para as classes dominantes e formação profissional para os trabalhadores, entre teoria e prática, ciência e tecnologia, pensar e fazer (PACHECO, 2020). Desta forma, os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia geram e fortalecem condições estruturais necessárias ao desenvolvimento educacional e socioeconômico brasileiro.

A partir do início do processo de expansão, em 2005, a rede federal passou de 144 para 643 unidades em funcionamento em 2018, sendo formada por dois Centros Federais de Educação Tecnológica, 23 Escolas Técnicas Vinculadas às Universidades Federais, a Universidade Tecnológica Federal do Paraná, o Colégio Pedro II do Rio de Janeiro e 38 Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. (MEC, 2018).

Quanto as finalidade e características dos Institutos Federais, o texto do artigo 6º da Lei nº 11.892/08 indica os seus principais compromissos, o de colaborar com o desenvolvimento socioeconômico e cultural local e regional, por meio da oferta de cursos de educação profissional e tecnológica nos diversos níveis e modalidades de ensino, visando estabelecer uma relação transformadora com a sociedade. Sendo assim, o foco central dos Institutos Federais é a “promoção da justiça social, da

equidade, do desenvolvimento sustentável com vistas a inclusão social, bem como a busca de soluções técnicas e geração de novas tecnologias” (SILVA, 2009, p. 8).

Diante do exposto, fica evidente que os Institutos Federais representam não apenas uma extraordinária expansão da rede federal de educação, mas uma revolução na Educação Profissional e Tecnológica (EPT), a partir do estabelecimento de uma proposta político-pedagógica inovadora. Quanto a esta proposta dos Institutos Federais, Pacheco (2015, p. 14), explica:

O que se propõe é uma formação contextualizada, banhada de conhecimentos, princípios e valores que potencializam a ação humana na busca de caminhos de vida mais dignos. Assim derrubar as barreiras entre o ensino técnico e o científico, articulando trabalho, ciência e cultura na perspectiva da emancipação humana, é um dos objetivos basilares dos Institutos Federais. Sua orientação pedagógica deve recusar o conhecimento exclusivamente enciclopédico, assentando-se no pensamento analítico, buscando uma formação profissional mais abrangente e flexível, com menos ênfase na formação para ofícios e mais na compreensão do mundo do trabalho e em uma participação qualitativamente superior nele.

Nesse sentido, estas instituições devem atender às demandas crescentes por formação profissional, e, por meio do ensino, da pesquisa aplicada e da extensão, promover a difusão dos conhecimentos científicos, o desenvolvimento do empreendedorismo, o suporte aos arranjos produtivos locais, de acordo com as necessidades socioeconômicas e culturais locais e regionais, a fim de fomentar o desenvolvimento sustentável e a inclusão social. Para tanto, devem ir além “da compreensão da educação profissional e tecnológica como mera instrumentalizadora de pessoas para ocupações determinadas por um mercado” (PACHECO, 2015, p. 13-14), mas sim, como formadora de cidadãos para o mundo do trabalho.

2.1.1 O Instituto Federal Farroupilha

Dos trinta e oito Institutos Federais de Educação criados pela Lei nº 11.892/08, destaco o Instituto Federal Farroupilha (IFFar), criado mediante a integração do Centro Federal de Educação Tecnológica de São Vicente do Sul e de sua Unidade Descentralizada de Júlio de Castilhos, da Escola Agrotécnica Federal de Alegrete, e da Unidade Descentralizada de Ensino de Santo Augusto que pertencia ao Centro Federal de Educação Tecnológica de Bento Gonçalves. Portanto, o IFFar teve na sua origem quatro Campus: Campus São Vicente do Sul, Campus Júlio de Castilhos,

Campus Alegrete e Campus Santo Augusto, além da reitoria instalada em Santa Maria, região central do estado do Rio Grande do Sul (IFFAR, 2014b).

Em 2010, IFFar expandiu-se com a criação dos *campi* Panambi, Santa Rosa e São Borja, em 2012, com a transformação do Núcleo Avançado de Jaguari em *campus*, em 2013, com a criação do *campus* Santo Ângelo e a implantação do *campus* Avançado de Uruguaiana, e em 2014 com a transformação do Colégio Agrícola de Frederico Westphalen, até então vinculado à Universidade Federal de Santa Maria, em *campus* Frederico Westphalen (IFFAR, 2014b). Em 2020 o IFFar é composto pela reitoria, com sede na cidade de Santa Maria, além de onze *campi*, quatro centros de referência e diversos polos de educação a distância, espalhados por diferentes cidades do estado, e conta com a colaboração de cerca de 1.500 servidores, entre técnicos administrativos em educação e professores.

De acordo com a lei de sua criação, o IFFar é uma instituição de educação superior, básica e profissional, pluricurricular e multicampi, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino. Além disso, tem natureza jurídica de autarquia, que lhe confere autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar.

O ensino no IFFar, tem ênfase na integração de uma formação geral, com princípios humanistas e de base cultural ampla, partindo de contextos regionais, e de uma formação voltada para o trabalho. Deste modo, tem como missão institucional promover a educação profissional, científica e tecnológica, pública, por meio do ensino, pesquisa e extensão, com foco na formação integral do cidadão e no desenvolvimento sustentável (IFFAR, 2014b).

Esta missão se concretiza com a oferta de mais de 140 cursos na soma de todos os *campi*, em todos os níveis e modalidades de ensino, que inclui cursos presenciais e a distância, de formação inicial e continuada, educação básica integrada à educação profissional, educação de jovens e adultos, cursos técnicos subsequentes, cursos superiores de tecnologia, licenciatura e bacharelado e pós-graduação, atendendo em torno de 15 mil alunos de diversos municípios do estado e do país.

Com essa abrangência, o IFFar visa à interiorização da oferta de educação pública, gratuita e de qualidade, atuando no desenvolvimento socioeconômico cultural e educacional das regiões as quais se insere, a partir da oferta de cursos voltados

para os arranjos produtivos locais. Assim, o IFFar em sua trajetória busca perseguir este propósito, visando constituir-se em referência na oferta de educação profissional e tecnológica, comprometida com as realidades locais, promovendo a qualidade de vida das pessoas, por meio do ensino, da pesquisa e da extensão.

2.1.2 O *Campus* Panambi do Instituto Federal Farroupilha

O *campus* Panambi teve sua história iniciada em 2008, a partir de tratativas realizadas pelo CEFET de São Vicente do Sul (CEFET-SVS), junto aos órgãos públicos e a comunidade local e regional, visando atender a demanda por ensino profissional e tecnológico na região noroeste do estado do Rio Grande do Sul. Assim, por meio da Fase II do Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, o governo federal autorizou a implantação do *campus* Panambi, previsto inicialmente para ser uma unidade avançada do CEFET-SVS.

A integração do *campus* ao IFFar ocorreu a partir da publicação da Portaria nº 04, de 06 de janeiro de 2009, do MEC, o qual recebeu a denominação de “*Campus* Panambi do Instituto Federal Farroupilha”. A autorização de funcionamento pelo Ministério da Educação, ocorreu pela Portaria nº 112, de 29 de janeiro de 2010, e a inauguração ocorreu no dia 01 de fevereiro de 2010, pelo então Presidente da República, em cerimônia coletiva realizada em Brasília, DF.

Ainda em 2008 aconteceram audiências públicas em Panambi para definir os cursos que seriam ofertados inicialmente pela instituição, para atender a demanda de qualificação local e regional, vindo a cumprir com sua função social no contexto educacional. Na ocasião foram elencados pela comunidade os cursos técnicos em Agroindústria, Edificações, Química, Sistemas de Telecomunicações e Pós-Colheita de Grãos como prioritários. Estas indicações estão de acordo com a vocação industrial e empreendedora da microrregião, que abriga a maior concentração industrial voltada para equipamentos de secagem, armazenamento e transporte de grãos do país, tendo cerca de 80 empresas que constituem o Arranjo Produtivo Local (APL) Metalmeccânico Pós-Colheita Panambi-Condor/RS (ACI, 2018). Além destas, abriga indústrias de cosméticos, de plásticos e indústrias alimentícias, especialmente de cereais e óleos vegetais, laticínios e frigorífica.

Desta forma, as atividades letivas no *campus* Panambi iniciaram em agosto de 2010, com os cursos técnicos em Agroindústria Subsequente, Técnico em Edificações Subsequente e PROEJA, Técnico em Secretariado Subsequente e Tecnologia em Sistemas para Internet, e em 2011, iniciaram-se os cursos Técnico em Química Integrado e Licenciatura em Química. De lá para cá, muitos cursos novos foram criados e alguns extintos. Em 2018, o *campus* Panambi ofertou os cursos técnicos integrados ao ensino médio em Química, Manutenção e Suporte em Informática e Automação Industrial; PROEJA em Edificações; cursos técnicos subsequentes em Controle Ambiental, Pós-colheita, Edificações; cursos de graduação em Tecnologia em Sistemas para Internet, Tecnologia em Produção de Grãos, Licenciatura em Química e Licenciatura em Ciências Biológicas; e curso de pós-graduação *Latu Sensu* em Biodiversidade e Conservação. Em 2019 iniciou ainda um novo curso de graduação, o Tecnólogo em Processos Químicos, e em 2020 o Tecnólogo em Automação Industrial.

Para a concretização do *campus* Panambi, a prefeitura municipal de Panambi, fez a doação de uma área de 51,28 hectares no perímetro urbano do município para instalação do campus, além de contribuir com a instalação de infraestrutura básica como rede elétrica e pavimentação. Cerca de 40% da área total resguarda fragmentos de vegetação nativa e Áreas de Preservação Permanente. Diante disto, as obras para a instalação física tiveram início efetivo ainda em 2008, com a construção dos Blocos A (administrativo) e B (didático). Atualmente, o *campus* Panambi conta com três blocos (A, B e C), de dois andares cada um, interligados, destinados aos setores administrativos e pedagógicos, sala de reunião, salas de professores, salas de aulas, biblioteca, auditório, serviços de assistência estudantil e de saúde, laboratórios de química, física, biologia, alimentos, informática e estúdio EaD. Além destes, possui também um bloco que abriga os laboratórios de edificações e de automação industrial, um prédio destinado para os cursos do eixo de Recursos Naturais, um ginásio de esportes, um refeitório e dois contêineres que abrigam a incubadora tecnológica.

Por fim, o *campus* Panambi atende em torno de 880 alunos em todos os seus cursos, e, segundo dados de junho de 2020 fornecidos pela Coordenação de Gestão de Pessoas, conta com 126 servidores, sendo 53 técnicos administrados em educação, 62 docentes efetivos em regime de dedicação exclusiva, e 11 docentes temporários. No decorrer desses anos de funcionamento efetivo do *campus*, a

instituição vem trabalhando para consolidar-se como referência em educação profissional, através da aproximação com a comunidade, ofertando cursos que possam impulsionar a qualidade de vida das pessoas, bem como o crescimento local e regional, em consonância com o arranjo produtivo local.

2.1.3 O Curso Técnico em Química Integrado ao Ensino Médio do *campus* Panambi

O curso técnico em química foi um dos cursos eleitos como prioritários nas audiências públicas que ocorreram em 2008, e, portanto, foi um dos primeiros cursos a ser ofertado pelo *campus* Panambi. Nesse contexto, no primeiro semestre de 2011 iniciou-se as atividades do curso técnico em química integrado ao ensino médio, em turno integral, com a oferta de 35 vagas para estudantes com o ensino fundamental completo, através de processo seletivo. Segundo o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos, o curso Técnico em Química pertence ao eixo de Produção Industrial, o qual deve ter uma carga horária mínima de 1.200 horas, e sua proposta pedagógica deve qualificar o profissional que:

Opera, controla e monitora processos industriais e laboratoriais. Avalia atividades. Controla a qualidade de matérias-primas, insumos e produtos. Realiza amostragens, análises químicas, físico-químicas e microbiológicas. Desenvolve produtos e processos. Compra e estoca matérias-primas, insumos e produtos (BRASIL, 2014, p. 222).

Em complementação a isso, o projeto pedagógico do curso (PPC), traz uma lista de atividades profissionais relacionadas ao curso que o estudante do técnico em química deve receber formação para realizar, que envolve desde ter domínio das técnicas, tecnologias e dos conhecimentos científicos inerentes à mesma, de modo a permitir sua inserção no mundo do trabalho, até a capacidade de operar, monitorar e controlar processos industriais e laboratoriais, proceder análises instrumentais e de controle de qualidade de matéria-prima, reagentes e produtos de acordo com os princípios éticos e de segurança (IFFAR, 2014a).

Além disso, a concepção do currículo deste curso, bem como de todos os cursos técnicos do IFFar, tem “como premissa a articulação entre a formação acadêmica e o mundo do trabalho, possibilitando a aproximação entre os conhecimentos construídos nas diferentes disciplinas do curso com a prática real de

trabalho” (IFFAR, 2014a, p. 19). Sendo assim, este curso ainda prioriza a formação de profissionais que:

Tenham competência técnica e tecnológica em sua área de atuação; sejam capazes de se inserir no mundo do trabalho de modo comprometido com o desenvolvimento regional sustentável; tenham formação humanística e cultura geral integrada à formação técnica, tecnológica e científica; atuem com base em princípios éticos e de maneira sustentável; saibam interagir e aprimorar continuamente seus aprendizados a partir da convivência democrática com culturas, modos de ser e pontos de vista divergentes; sejam cidadãos críticos, propositivos e dinâmicos na busca de novos conhecimentos (IFFAR, 2014a, p. 18).

O Catálogo Nacional de Cursos Técnicos destaca ainda, como campo de atuação para os egressos do curso técnico em química, as indústrias químicas, os laboratórios de controle de qualidade, de certificação de produtos químicos, alimentícios e afins, laboratórios de ensino, de pesquisa e de desenvolvimento em indústrias ou empresas químicas, empresas de consultoria, assistência técnica, de comercialização de produtos químicos, farmoquímicos e farmacêuticos e estações de tratamento de águas e efluentes (BRASIL, 2014, p. 222).

Desta forma, a formação do profissional deverá estar atenta as tendências tecnológicas da região, bem como as demandas dos setores produtivos, com o objetivo de proporcionar conhecimentos relacionados à qualidade, à sustentabilidade e à viabilidade técnico-econômica, a partir de questões éticas e ambientais, a fim de capacitar os alunos para atuar de forma competente em diferentes ramos do mercado industrial, mas sem deixar de lado a formação humanística, comprometida com o desenvolvimento de cidadãos críticos, autônomos, capazes de conviver em sociedade, atuando nela de forma justa e ética.

O currículo do referido curso, propõe a aproximação acadêmica com o trabalho, e para que ocorra essas relações necessárias de aprendizagens, bem como, a aproximação da prática com a teoria, está organizado a partir de três núcleos: básico, tecnológico e politécnico, os quais são perpassados pela prática profissional. Assim, o núcleo politécnico é o espaço para a promoção da politecnia, da formação integral omnilateral e da interdisciplinaridade, durante todo o itinerário formativo (IFFAR, 2014a).

Como pode-se observar na matriz curricular do curso, que se encontra no anexo I, a carga horária total do Curso Técnico em Química Integrado é de 3380 horas relógio, ou 3840 horas aula, sendo que a cada ano são executadas 1280 horas aula.

Esse total é composto por 1633 horas de disciplinas do Núcleo Básico, 500 horas de disciplinas do Núcleo Politécnico e de 1067 horas de disciplinas do Núcleo Tecnológico, somadas a 60 horas de Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório, 20 horas do componente curricular de Orientação de Estágio e 100 horas de atividades complementares de curso (IFFAR, 2014a). Cabe destacar que, conforme a matriz curricular do curso, o estágio curricular não é definido nem como disciplina, nem como componente curricular, e sim como um instrumento de prática profissional.

Para dar conta dessa carga horária, os estudantes deste curso, bem como dos outros cursos técnicos integrados do *campus* Panambi, têm aulas das disciplinas em turno integral, isto é, todas as manhãs de segunda a sexta-feira, das 7h50min às 11h30min, e três tardes por semana, às segundas, quintas e sextas-feiras, das 13h20min às 17h, além de alguns sábados letivos no ano. O estágio curricular, o componente curricular de Orientação de Estágio e as atividades complementares são realizados em horários diferentes dos estipulados para as disciplinas, sendo basicamente as terças e quartas-feiras no período da tarde, ou no turno da noite, ou ainda aos finais de semana e férias escolares.

Logo, para promover a interdisciplinaridade e a transdisciplinaridade do planejamento integrado, o PPC do curso TQI, do IFFar - *Campus* Panambi prevê ainda o desenvolvimento de práticas profissionais, que devem acontecer em diferentes situações de vivência, aprendizagem e trabalho. Para isso, apresenta em sua estrutura curricular, como um dos instrumentos de tais práticas, a realização de um estágio curricular supervisionado obrigatório, a ser efetivado em empresas que possuam alguma relação com o curso e com profissional disponível para supervisionar o estudante durante as atividades (IFFAR, 2014a).

O estágio curricular supervisionado obrigatório, tem a duração de 60 horas relógio e deve ser realizado pelos estudantes durante o terceiro ano do curso, somente após a conclusão do componente curricular de Orientação de Estágio. Este componente curricular conta com a carga horária de 20 horas relógio a ser desenvolvido nos dois primeiros meses do calendário acadêmico do 3º ano e visa orientar os estudantes antes de iniciar o estágio sobre aspectos relacionados à ética, pontualidade, assiduidade, questionamentos, atividades que devem ou não ser realizadas, além de esclarecer sobre a elaboração do relatório final e quanto a documentação necessária (IFFAR, 2014a).

As atividades do componente curricular de Orientação de Estágio são organizadas pelo coordenador do curso, em horário inverso as outras disciplinas, e podem acontecer por meio de oficinas, minicursos, palestras, seminários, workshops, encontros, entre outros. O PPC prevê as seguintes temáticas a serem abordadas neste componente curricular: ética e postura profissional, legislação vigente sobre estágio supervisionado, documentação institucional necessária à realização do estágio. As atividades podem ser desenvolvidas por profissionais da própria instituição, como psicólogo, administrador, servidores do setor de gestão de pessoas ou coordenação de estágio, o coordenador do curso ou outros docentes, e ainda por profissionais de empresas locais conveniadas (IFFAR, 2014a).

Ao final do estágio curricular supervisionado obrigatório, o aluno elabora o relatório de estágio, e procede a defesa do estágio perante uma banca composta por três avaliadores, sendo o professor orientador, um professor da área e um terceiro avaliador com formação na área de atuação superior ao avaliado. O relatório, a defesa e a ficha de avaliação da parte concedente, compõe a nota final do estágio, que junto com a ficha de registro de atividades, que certifica o cumprimento da carga horária mínima, determina a aprovação do estudante de acordo com os propósitos pedagógicos do estágio.

Existe ainda, para os estudantes que desejarem ampliar a sua prática de estágio, para além da carga horária mínima estipulada na matriz curricular, a possibilidade de realizar estágio curricular supervisionado não obrigatório com carga horária não especificada, mediante convênio e termos de compromisso entre as empresas ou instituições e o Instituto Federal Farroupilha que garantam as condições legais necessárias (IFFAR, 2014a).

Esta análise do PPC do curso revela uma proposta curricular baseada nos princípios base do currículo integrado, que articula diferentes saberes, integrando não somente as disciplinas, mas também a formação humana com a profissional, sendo esta uma identidade institucional. Para tanto, prevê diferentes tempos e espaços para a concretização do currículo integrado, que por ser um processo dinâmico, precisa ser constantemente revisado e avaliado, permitindo avançar em direção a concepção de formação integral dos sujeitos, capaz de atuar na sociedade de forma autônoma e cidadã, qualificado para o trabalho e para a vida social como um todo.

2.2 O Ensino Médio Integrado à Educação Profissional

O artigo 8º da Lei nº 11.892/08 de 29 de dezembro de 2008 que criou os Institutos Federais, determina que 50% (cinquenta por cento) de suas vagas devem ser ofertadas para atender a educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados (BRASIL, 2008b).

O ensino médio integrado (EMI) à formação profissional é uma forma de articulação da educação, prevista na LDB de 1996, que pode contribuir para a superação da dualidade educacional entre a formação para o trabalho manual e o trabalho intelectual, pois sugere que a educação geral se torne parte interligada e inseparável da educação profissional, em todos os campos que se dá a preparação para o trabalho.

No IFFar, em seus cursos técnicos integrados à formação profissional, a organização curricular é baseada em uma proposta de currículo integrado, buscando a constituição de um sujeito desenvolvido em todas as dimensões da vida que estruturam a prática social, o que se aproxima do conceito de formação omnilateral, conforme defende Ramos (2009, p. 3), que explica:

Essas dimensões são o trabalho, a ciência e a cultura. O trabalho compreendido como realização humana inerente ao ser (sentido ontológico) e como prática econômica (sentido histórico associado ao respectivo modo de produção); a ciência compreendida como os conhecimentos produzidos pela humanidade que possibilita o contraditório avanço produtivo; e a cultura, que corresponde aos valores éticos e estéticos que orientam as normas de conduta de uma sociedade.

Como visto, o currículo integrado faz parte de uma concepção de formação humana que busca relacionar as partes com o todo, integrando os conhecimentos científicos produzidos ao longo da história da humanidade e relacionando-os aos conhecimentos e vivências dos educandos, e desta forma corresponde as necessidades e direitos dos trabalhadores. Para isso, deve ter como eixos estruturantes a ciência, a cultura, o trabalho e a tecnologia, além de trabalhar na perspectiva da politecnia.

Em relação a politecnia, Saviani (2003, p.140), explica como sendo o “domínio dos fundamentos científicos das diferentes técnicas que caracterizam o processo de trabalho produtivo moderno”. É uma educação que possibilita a compreensão dos princípios científico-tecnológicos e históricos de produção do conhecimento,

orientando o estudante na realização de escolhas e a construção de caminhos ao longo da vida.

Nessa perspectiva, as propostas de EMI elaboradas sobre essas bases visam a formação de cidadãos capazes de compreender a realidade social, econômica, política, cultural e do mundo do trabalho, para nela inserir-se de forma ética e competente, contribuindo com a transformação da sociedade. Segundo Ramos (2009, p. 13) “a forma integrada de oferta do ensino médio com a educação profissional, caso não esteja sustentada por uma concepção de formação omnilateral, é extremamente frágil e não lograria mais que suas finalidades formais”.

Além disso, incluso na proposta de currículo integrado, o IFFar assume o trabalho como princípio educativo em seus cursos de educação profissional de nível médio (IFFAR, 2013), firmando a compreensão da relação indissociável entre ciência, trabalho, tecnologia e cultura. Segundo Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005, p. 2-3):

[...] o que demarca a dimensão mais profunda da concepção do trabalho como princípio educativo, é de ordem ontológica (inerente ao ser humano) e, conseqüentemente, ético-política (trabalho como direito e como dever). [...] E é pela ação vital do trabalho que os seres humanos transformam a natureza em meios de vida. Se essa uma condição imperativa, socializar o princípio do trabalho como produtor de valores de uso, para manter e reproduzir a vida, é crucial e “educativo”. [...] Na relação dos seres humanos para produzirem os meios de vida pelo trabalho, não significa apenas que, ao transformar a natureza, transformamos a nós mesmos, mas também que a atividade prática é o ponto de partida do conhecimento, da cultura e da conscientização.

Desse modo, prosseguindo na reflexão sobre a dimensão ontocriativa do trabalho, Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005, p. 17-18), colocam “a centralidade do trabalho como práxis, que possibilita criar e recriar [...] o mundo humano como resposta às múltiplas e históricas necessidades (produz conhecimento)”. Isso fortalece a ideia de que o trabalho educa, e, portanto, é um princípio educativo.

Diante dessas concepções e princípios, busca-se por uma proposta pedagógica de caráter integrador, a qual articule de forma dinâmica e indissolúvel a teoria e a prática, primando em aliar nesses entendimentos a educação e o trabalho de maneira que promova a autonomia e amplie os horizontes dos sujeitos em direção a libertação.

2.3 O Estágio Curricular na Educação Profissional

O estágio curricular corresponde a um espaço/tempo formativo importante no currículo dos cursos de educação profissional, e se constitui como momento de aprendizado por meio da articulação entre a formação acadêmica e o mundo do trabalho. Nesse sentido, é essencial enfatizar o seu caráter pedagógico, que permite a articulação entre conhecimentos teóricos e práticos e proporciona uma formação mais sólida para enfrentar as mudanças que ocorrem constantemente no mundo do trabalho.

2.3.1 Histórico do estágio e a sua legislação

A palavra estágio tem origem no latim medieval *stagium*, que significava residência, morada. Em 1630, o termo *stage* apareceu na literatura francesa referindo-se ao período transitório de treinamento de um sacerdote, que deveria residir na igreja, antes de exercer sua função por completo. Daí também deriva o termo “residência”, usado para indicar o tempo de prática para a profissionalização médica (COLOMBO; BALLÃO, 2014). Portanto, desde seu surgimento, o termo estágio sempre esteve vinculado a aprendizagem pela prática, sob supervisão de um profissional experiente.

Ao longo do tempo, o conceito de estágio sofreu mudanças, e atualmente é entendido como uma atividade pedagógica supervisionada dos cursos profissionais, que tem como objetivo consolidar os processos de ensino e de aprendizagem, inserindo o educando no real contexto do mundo do trabalho. Quanto a isso, a Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, que dispõe sobre o estágio de estudantes, em seu artigo 1º traz a seguinte definição de estágio: “é o ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de estudantes” (BRASIL, 2008a).

Porém, até chegar ao conceito de estágio presente na Lei de Estágio em vigor (Lei nº 11.788/08), desde a década de 40, diversas normas legais buscaram regulamentar o estágio no Brasil. As principais delas foram: o Decreto-Lei nº 4.073/42, a Portaria nº 1.002/67, o Decreto nº 66.546/70, o Decreto nº 75.778/75, a Lei nº 6.494/77 e o Decreto nº 87.497/82, a Lei nº 8.859/94, a Medida Provisória nº 2.164-41/01, que serão apresentadas a seguir.

O Decreto-Lei nº 4.073 de 1942, que instituiu a Lei Orgânica do Ensino Industrial, no seu artigo 47 definiu o estágio como “um período de trabalho” realizado pelo estudante em estabelecimento industrial, sob o controle de um docente (BRASIL, 1942). Além disto, este decreto-lei não previa a formalização do estágio entre a escola e a empresa, e, desta forma, o estágio funcionava como um aporte de mão de obra melhor qualificada e de baixo custo para a indústria, e não como uma ação pedagógica para a qualificação profissional destinada a alunos dos mais variados cursos, como acontece hoje (NISKIER; NATHANAEL, 2006).

No final da década de 60, por meio da Portaria nº 1.002 de 1967 do Ministério do Trabalho e Previdência Social, foi reconhecida a importância do estágio para o aperfeiçoamento do ensino técnico-profissional, e a necessidade de normatizar a relação entre escola e empresa. Em vista disto, através desta portaria ficou determinado que o estágio deveria ser firmado em um contrato contendo duração, carga horária, valor da bolsa e o seguro contra acidentes pessoais, além de determinar que esta atividade não gerava vínculo empregatício do estagiário com a empresa (BRASIL, 1967). Assim, esta portaria representou um avanço positivo para o entendimento do estágio como parte dos processos de ensino e de aprendizagem dos estudantes, no entanto, o foco principal continuou sendo o interesse do setor econômico e produtivo.

Já em 1970, por meio do Decreto nº 66.546, de 11 de maio de 1970, foram criados os “estágios práticos” para estudantes do ensino superior de áreas consideradas prioritárias, especialmente as de engenharia, tecnologia, economia e administração (BRASIL, 1970). Para estas atividades de estágio foram previstas bolsas de estudos, tanto no setor público como no privado, mas sem que isso gerasse vínculo empregatício. O que motivou a publicação deste decreto foi a deficiência de mão de obra preparada nestas áreas, consideradas estratégicas pelo governo da época, que estava focado na construção e administração de grandes obras, parte do plano nacional de desenvolvimento econômico, que tinha intenção de preparar a infraestrutura necessária para o desenvolvimento do Brasil nas décadas seguintes. Diante disto, fica clara a intenção unicamente econômica desta normativa, que nem sequer menciona a questão educativa ou pedagógica deste tipo de estágio.

É válido ressaltar que a Lei nº 5.692/71 (LDB), que fixou as diretrizes e bases da educação, impôs a habilitação profissional a todo o ensino de 2º grau nacional,

podendo ser realizada em regime de cooperação com as empresas, através de estágios (BRASIL, 1971). Desta forma, evidenciou a necessidade do estágio como elemento complementar à formação profissional dos estudantes, no entanto, ao determinar que a habilitação profissional seria fixada em consonância com as necessidades do mercado de trabalho, revelou a sua verdadeira intenção.

Poucos anos depois, em 1975, por meio da publicação do Decreto nº 75.778, ocorreu a regulamentação do estágio de estudantes do ensino superior e profissionalizante de 2º Grau no serviço público federal. Este decreto determinou que para estagiar em algum órgão federal, o estudante deveria estar frequentando um dos dois últimos períodos do curso, e que “o estágio, que se revestirá da forma de bolsa, se destina à complementação educacional e de prática profissional e será planejado e desenvolvido em harmonia com os programas escolares” (BRASIL, 1975).

Na mesma década, em 7 de dezembro de 1977, foi promulgada a lei nº 6.494, que tratava especificamente de estágios, a qual foi regulamentada pelo decreto nº 87.497, de 18 de agosto de 1982, trazendo avanços e aberturas em relação à portaria nº 1.002/67. Um avanço importante foi a determinação que somente alunos regularmente matriculados e com frequência efetiva, nos cursos de nível superior e profissionalizante de 2º grau e supletivo, poderiam realizar estágio curricular, com as vantagens previstas em lei. Outro avanço é em relação a definição do que vinha a ser o estágio curricular, definido como “atividades de aprendizagem social, profissional e cultural, proporcionadas ao estudante pela participação em situações reais de vida e trabalho de seu meio [...]” (BRASIL, 1982). E ainda, o inciso 2º do artigo 1º, da lei nº 6.494/77, esclareceu os objetivos dos estágios:

Os estágios devem propiciar a complementação do ensino e da aprendizagem a serem planejados, executados, acompanhados e avaliados em conformidade com os currículos, programas e calendários escolares, a fim de se constituírem em instrumentos de integração, em termos de treinamento prático, de aperfeiçoamento técnico-cultural, científico e de relacionamento humano (BRASIL, 1977).

Entre as aberturas proporcionadas pela lei nº 6.494/77 e decreto nº 87.497/82, encontrava-se a possibilidade da realização de estágio na “forma de atividades de extensão, mediante a participação do estudante em empreendimentos ou projetos de interesse social” (BRASIL, 1977). Segundo Colombo e Ballão (2014), esta possibilidade propiciava, sob o manto da palavra estágio, que as empresas driblassem a legislação trabalhista por meio de uma interpretação gananciosa de termos da

legislação, gerando o trabalho precarizado e distante dos fins educativos, ou seja, maquiava o trabalho precário, para que se encaixasse no conceito alargado de estágio.

Essa lei vigorou sem nenhuma alteração por mais de uma década, e foi somente em 1994, com a Lei nº 8.859, que a primeira mudança ocorreu, ao estender aos alunos da educação especial o direito à participação em atividades de estágio (BRASIL, 1994a). Em 2001, outra importante alteração ocorreu com a Medida Provisória nº 2.164-41, que permitiu o estágio para estudantes matriculados no ensino médio não profissionalizante (BRASIL, 2001).

A partir de 25 de setembro de 2008, o estágio passou a ser regulado pela Lei nº 11.788, que, comparando com as normas anteriores, melhorou sensivelmente o conceito de estágio. Ela prevê duas grandes mudanças: o estagiário deve ter um tratamento diferenciado dentro da empresa, e a escola deve ser responsável por acompanhar e vincular o estágio ao processo didático-pedagógico de maneira formal.

Logo, em seu artigo primeiro, a Lei nº 11.788/08, conhecida popularmente por Lei dos Estágios, define estágio como:

Art. 1º Estágio é ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam frequentando o ensino regular em instituições de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos (BRASIL, 2008a).

De acordo com Saviani (2011, p. 13), a essência do trabalho educativo ou ato educativo, consiste em “produzir, direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens”. Portanto, a definição do estágio como ato educativo, pressupõe que ele se constitui como uma ação pedagógica intencional, que tem por finalidade a efetivação do ensino e da aprendizagem de conteúdos educativos, habilidades e posturas científicas, sociais, afetivas, humanas, por meio de mediações pedagógicas específica (PIMENTA; LIMA, 2012).

Pacheco (2012, p. 102), colabora com o assunto ao afirmar que mesmo ocorrendo no ambiente de trabalho, o estágio curricular é “estritamente um momento de formação orientada e supervisionada, necessariamente previsto no projeto do curso” e “jamais deve ser confundido com emprego”. Nesse sentido, o estágio integra

a proposta pedagógica do curso, devendo assim ser planejado, executado e avaliado conforme os objetivos propostos.

Ainda, no seu artigo 1º, inciso 2º, a lei afirma: “o estágio visa ao aprendizado de competências próprias da atividade profissional e à contextualização curricular, objetivando o desenvolvimento do educando para a vida cidadã e para o trabalho” (BRASIL, 2008a). Diante disto, Faria (2009), afirma que esta lei trouxe um novo enfoque para os estágios, que “possibilita que o educando exercite, no mundo do trabalho, as matérias que estuda, as habilidades que desenvolve e os comportamentos sociais que se espera dele” (FARIA, 2009, p. 20).

Além disso, esta lei define que o estágio deve integrar o itinerário formativo do estudante e aponta a necessidade de fazer parte do projeto pedagógico do curso nas instituições educacionais. Desta forma, divide e caracteriza as modalidades de estágio, qualificando-as como estágio curricular obrigatório e estágio curricular não obrigatório:

Art. 2º O estágio poderá ser obrigatório ou não-obrigatório, conforme determinação das diretrizes curriculares da etapa, modalidade e área de ensino e do projeto pedagógico do curso.

§ 1º Estágio obrigatório é aquele definido como tal no projeto do curso, cuja carga horária é requisito para aprovação e obtenção de diploma.

§ 2º Estágio não-obrigatório é aquele desenvolvido como atividade opcional, acrescida à carga horária regular e obrigatória (BRASIL, 2008a).

A referida Lei, também estabelece que as atividades de extensão, monitoria e iniciação científica só podem ser consideradas estágio se for previsto no projeto pedagógico do curso, e apenas para o estudante da educação superior. Além disso, determina que o estágio não cria vínculo empregatício se for observado, cumulativamente, a matrícula e a frequência regular do estudante, a celebração de termo de compromisso e atividades desenvolvidas conforme previstas no termo (BRASIL, 2008a).

É importante ressaltar que o processo de acompanhamento do estagiário é fundamental para que o estágio seja de fato um ato educativo. Isto, inclusive é exposto no artigo 3º, inciso 1º da lei: “o estágio, como ato educativo escolar supervisionado, deverá ter acompanhamento efetivo pelo professor orientador da instituição de ensino e por supervisor da parte concedente” (BRASIL, 2008a). Portanto, pela nova lei o estagiário deve ser acompanhado por um professor da área, que orienta e avalia as atividades do aluno, e o estabelecimento de estágio precisa indicar um funcionário

com formação ou experiência profissional na área de conhecimento do estágio, para orientar e supervisionar o estudante.

Por esta nova lei de estágio, estão previstas ainda uma série de responsabilidades, procedimentos e definições para cada uma das três partes envolvidas no processo de estágio (instituição de ensino, parte concedente de estágio e aluno estagiário).

No que tange às obrigações das instituições de ensino em relação aos estágios de seus educandos, a nova lei, em seu artigo 7º, aponta como principais obrigações: celebrar termo de compromisso com o educando e com a parte concedente, no qual deverá estar incluído o plano de atividades, zelando pelo seu cumprimento; avaliar as instalações da parte concedente do estágio e sua adequação à formação cultural e profissional do educando; indicar professor orientador da área a ser desenvolvida no estágio, como responsável pelo acompanhamento e avaliação das atividades do estagiário; exigir do educando a apresentação de relatório das atividades a cada seis meses (BRASIL, 2008a).

Em relação a parte concedente, a Lei nº 11.788/08 estipula em seu artigo 9º, que a administração pública, empresas privadas e profissionais liberais de nível superior registrados em conselho podem oferecer estágios, observadas as seguintes obrigações: celebrar termo de compromisso com a instituição de ensino e o educando, zelando por seu cumprimento; ofertar instalações que proporcionem ao educando atividades de aprendizagem social, profissional e cultural; indicar funcionário com formação ou experiência profissional na área de conhecimento do curso do estagiário, para supervisionar até dez estagiários simultaneamente; enviar a cada seis meses relatório de atividades à instituição de ensino; contratar em favor do estagiário seguro contra acidentes pessoais, sendo que no caso de estágio obrigatório, a responsabilidade pela contratação do seguro poderá ser assumida pela instituição de ensino (BRASIL, 2008a).

Quanto aos estagiários, a Lei determina no artigo 10º, que a jornada de atividade em estágio seja definida de comum acordo entre a instituição de ensino, a parte concedente e o aluno estagiário, devendo o termo de compromisso ser compatível com as atividades escolares e não ultrapassar:

I – 4 (quatro) horas diárias e 20 (vinte) horas semanais, no caso de estudantes de educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional de educação de jovens e adultos;

II – 6 (seis) horas diárias e 30 (trinta) horas semanais, no caso de estudantes do ensino superior, da educação profissional de nível médio e do ensino médio regular.

§ 1º O estágio relativo a cursos que alternam teoria e prática, nos períodos em que não estão programadas aulas presenciais, poderá ter jornada de até 40 (quarenta) horas semanais, desde que isso esteja previsto no projeto pedagógico do curso e da instituição de ensino (BRASIL, 2008a).

A Lei ainda assegura ao estudante que a carga horária do estágio poderá ser reduzida à metade nos períodos de avaliações pedagógicas da instituição de ensino, para permitir que ele estude e tenha um bom desempenho. Quanto ao período de estágio, a lei determina que este pode durar no máximo dois anos em um mesmo local, exceto quando se tratar de estudante portador de deficiência. Limita ainda o número máximo de estagiários em relação ao número de funcionários do estabelecimento concedente de estágio, sendo que 10% das vagas ofertadas deverão ser destinadas aos estudantes portadores de deficiência (BRASIL, 2008a).

No caso de estágio não obrigatório, a concessão de bolsa ou outra forma de contraprestação, bem como de auxílio-transporte é compulsória, já no caso de estágio obrigatório, a bolsa é opcional. Além disso, se o estágio tiver duração igual ou superior a um ano, o estagiário tem direito a recesso de trinta dias, ou proporcional ao tempo de estágio, preferencialmente no período de férias escolar, que deverá ser remunerado quando o estagiário recebe bolsa ou outra forma de contraprestação (BRASIL, 2008a).

Como visto, a lei prevê mais rigor no controle dos estágios pelas instituições de ensino e estabelecimentos concedentes de estágio, e inclusive aponta que, os estabelecimentos que mantiverem estagiários em desconformidade com esta lei, sofrerão processo administrativo e poderão ser impedidos de receber estagiários por dois anos (BRASIL, 2008a). Dessa forma, a atual lei de estágios, tenta proteger os estagiários de uma exploração de seu trabalho, e assegurar que o estágio se constitua como um momento de aprendizado, por meio da inserção do estudante no mundo do trabalho.

Quanto a isso, Colombo e Ballão (2014), colocam que a legislação brasileira, inicialmente, definia o estágio a partir do interesse das empresas, e que a atual Lei de Estágio (Lei nº 11.788/08) busca superar esta situação, colocando em evidência a necessidade de focar no interesse pedagógico da escola, porém, para executá-la plenamente e de maneira adequada, torna-se imprescindível a atuação dos gestores em educação, pois ela por si só não supera as dicotomias conceituais historicamente

enraizadas em nossa cultura. Os mesmos autores ainda completam que, se trabalharmos para isso, o estágio na educação brasileira deixará de ser uma forma de trabalho precarizado e passará a ser uma ação pedagógica transformadora na formação dos profissionais.

Em 2012, reforçando a Lei nº 11.788/08, foi publicada a Resolução CNE/CEB nº 6, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio (DCNEP). Nessa resolução, o estágio é entendido como prática profissional em situação real de trabalho, assumido como ato educativo de responsabilidade da instituição educacional, que deve explicitar o plano de realização do estágio na organização curricular e no plano de cada curso (BRASIL, 2012).

Por fim, em 2018, por meio da resolução CNE/CEB nº 3, as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio foram atualizadas, o que representou uma série de alterações no currículo do ensino médio. Entre elas, está a implementação de itinerários formativos, sendo um deles a formação técnica e profissional, que poderá ser ofertado por meio de parcerias entre o setor público e o privado. Essa resolução, contempla o estágio apenas como uma possibilidade de atividade a ser realizada pelos estudantes para a concretização dos itinerários formativos, contudo, não houve regulamentação desta questão até o momento, e por conta disso, não há muita clareza sobre como se dará essa relação novo Ensino Médio (BRASIL, 2018).

Considerando as diversas concepções e definições dadas ao estágio ao longo da história, passo a apresentar o que fundamenta o estágio curricular na instituição em que esta pesquisa foi desenvolvida.

2.3.2 O estágio curricular no Instituto Federal Farroupilha

Diante da determinação das DCNEP (Resolução CNE/CEB nº 6/2012), que o estágio é de responsabilidade da instituição educacional, o estágio curricular aparece nas normativas internas vigentes do IFFar, na Resolução nº 010/2016, que em conformidade com a Lei nº 11.788/08 e demais diretrizes institucionais, regulamenta a realização do estágio curricular supervisionado para os cursos técnicos de nível médio, superiores de graduação e pós-graduação *latu sensu* do IFFar. Logo, em seu artigo 2º, dispõe que “o estágio profissional supervisionado é caracterizado como

prática profissional em situação real de trabalho e assumido como ato educativo do IF Farroupilha” (IFFAR, 2016).

Ainda no artigo 2º, inciso 1º da Resolução nº 010/2016 do IFFar, fica estabelecido que o estágio, quando necessário em função da natureza do itinerário formativo, ou exigido pela natureza da ocupação, deve ser incluído no PPC como obrigatório ou não obrigatório, sendo realizado em empresas e outras organizações públicas e privadas, conforme também definido pela Lei nº 11.788/08. Quanto a isto, a Resolução CONSUP nº102/2013 do IFFar, que define as Diretrizes Institucionais da organização administrativo-didático-pedagógica para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio no Instituto Federal Farroupilha, em seu artigo 90º, detalha que o estágio profissional supervisionado poderá ser realizado apenas a partir da metade da duração do curso, garantido ao aluno orientação e supervisão de estágio pelo docente responsável, e que:

III - a carga horária destinada à realização de atividades de estágio profissional obrigatório será de, no máximo, 200 (duzentas) horas relógio e deve ser adicionada à carga horária mínima estabelecida pelo Conselho Nacional de Educação ou prevista no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos para a duração do respectivo curso técnico de nível médio ou correspondente qualificação ou especialização profissional:

a) nos cursos dos Eixos Tecnológicos de Recursos Naturais e Saúde, poderá ser prevista carga horária maior que 200 (duzentas) horas de estágio obrigatório e conseqüente ampliação do tempo de integralização do curso, a ser definido no currículo de referência dos cursos do IF Farroupilha.

IV - será(ão) previsto(s) componentes curriculares para formação dos estudantes para realização de estágio profissional obrigatório conforme a especificidade de cada curso, formas e modalidade de oferta:

a) se for componente específico de orientação de estágio, a carga horária deste deverá ser computada além da carga horária mínima do curso (IFFAR, 2013).

Além disso, o artigo 90º da Resolução CONSUP nº102/2013 do IFFar, explica que os cursos nas modalidades EAD e PROEJA não preverão a realização de estágio obrigatório, e que na ausência do estágio ou para além dele, as práticas profissionais poderão ser realizadas por meio de outras atividades que possibilitem contato com a situação real de trabalho, tais como: visitas técnicas, projetos integradores, atividades em laboratórios, oficinas, atividades desenvolvidas nos setores de produção, dentre outras a serem previstas no PPC (IFFAR, 2013).

No mesmo sentido, o artigo 2º da Resolução nº 010/2016 do IFFar, em seu inciso 3º, reafirma que o Estágio Curricular Supervisionado Não Obrigatório deverá ser previsto em todos os Projetos Pedagógicos de Cursos Técnicos e de Graduação

do IFFar, já que é direito do estudante, e poderá ser realizado como atividade opcional, desde que o estudante esteja devidamente matriculado (IFFAR, 2016).

A formalização dos estágios no IFFar, é de responsabilidade da Coordenação de Extensão/Setor de Estágio de cada *campus* e da Pró-reitora de Extensão, que deve providenciar a celebração do Termo de Convênio de Estágio entre o IFFar e a Parte Concedente de Estágio (opcional), o Termo de Compromisso de Estágio entre o IFFar, a Parte Concedente e o Estudante (obrigatória) e o Plano de Atividades de Estágio. Já à Diretoria de Ensino, junto à Coordenação do Curso, compete acompanhar a concretização da dimensão pedagógica do estágio dos cursos (IFFAR, 2016).

Como parte concedente para a realização do Estágio Curricular Supervisionado, conforme previsto na Lei nº 11.788/08, poderá ser pessoas jurídicas de direito privado, órgãos da administração pública direta, autárquica e fundacional de qualquer dos Poderes da União, dos Estados e dos Municípios e profissionais liberais de nível superior devidamente registrados em seus respectivos conselhos de fiscalização profissional. Além destas, o IFFar indica a possibilidade de o Estágio Curricular Supervisionado ser realizado na própria instituição, como parte concedente, desde que em setor/local que possibilite a realização das atividades previstas no PPC. Também prevê em seu artigo 9º, a possibilidade de credenciamento de produtores rurais e afins, visando propiciar oportunidades de estágio nessas propriedades (IFFAR, 2016).

Ainda sobre a realização do Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório, o artigo 10º indica que o estudante que exercer atividade profissional correlata ao seu curso, na condição de empregado, autônomo ou empresário devidamente registrado, poderá valer-se de tais atividades, a partir da celebração do termo de compromisso, desde que elas atendam aos requisitos definidos no PPC e nas diretrizes institucionais, e desde que possa ser atendida a exigência do Supervisor de Estágio (IFFAR, 2016).

A escolha da Parte Concedente e da área de interesse de realização de estágio é de responsabilidade do estudante, respeitadas as condições previstas no PPC e na Resolução nº 010/2016 do IFFar. Acerca disso, o IFFar permite que o Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório seja realizado em mais de uma Parte Concedente, e inclusive no exterior, desde que o acompanhamento efetivo pelo professor orientador seja possível. Em todos os casos, durante a realização do

estágio, o estudante deverá estar segurado contra acidentes pessoais, sendo que, para os estágios obrigatórios o IFFar contratará o seguro, e para os estágios não-obrigatórios a parte concedente deverá contratar (IFFAR, 2016).

Em relação a carga horária diária e o tempo total de duração dos estágios, as determinações previstas na Resolução nº 010/2016 do IFFar, estão de acordo com a Lei nº 11.788/08. Já em relação ao desenvolvimento do estágio, o artigo 22º determina que, durante a realização do estágio, o estagiário deverá ter o acompanhamento efetivo de um professor orientador e de um supervisor na parte concedente, comprovado por meio de registro de data e hora de realização das orientações, e que mais detalhes quanto a isso deverá ser normatizado por meio de Regulamento de Estágio de cada curso, anexado ao seu PPC (IFFAR, 2016).

A Resolução nº 010/2016 do IFFar determina ainda algumas competências e responsabilidades para cada uma das partes envolvidas com os estágios, para além das já firmadas por meio da Lei nº 11.788/08. As principais determinações que se diferenciam são em relação as competências do professor orientador, do estagiário durante a realização do estágio e do supervisor de estágio da parte concedente. Desta forma, o artigo 32º traz o que compete ao professor orientador:

- auxiliar o estagiário na elaboração do plano de atividades de estágio curricular supervisionado; orientar o estagiário durante as etapas de encaminhamentos e de realização das atividades de estágio; acompanhar as atividades de estágio; avaliar o desempenho do estagiário e o relatório final de estágio; participar da banca de avaliação de estágio, quando prevista no PPC do curso; comunicar irregularidades ocorridas no desenvolvimento do estágio à coordenação de extensão e ao coordenador do curso. Parágrafo Único - o professor orientador deverá ser preferencialmente da área do curso e, quando o requisito não for cumprido, a designação deverá ser justificada (IFFAR, 2016).

O artigo 34º, detalha as responsabilidades do estagiário durante a realização do estágio na parte concedente:

- prestar informações e esclarecimentos, julgados necessários pelo supervisor do estágio; ser responsável no desenvolvimento das atividades de estágio; cumprir as exigências definidas no Termo de Compromisso; respeitar os regulamentos e normas; cumprir o horário estabelecido; não divulgar informações confidenciais recebidas ou observadas no decorrer das atividades, pertinente ao ambiente organizacional que realiza o estágio; participar ativamente dos trabalhos, executando suas tarefas da melhor maneira possível, dentro do prazo previsto; ser cordial no ambiente de estágio; responder pelos danos pessoais e/ou materiais que venha a causar por negligência, imprudência ou imperícia; zelar pelos equipamentos e bens em geral; observar as normas de segurança e higiene no trabalho; entregar, sempre que solicitado, os relatórios internos da instituição; enviar, em tempo hábil, os documentos solicitados (IFFAR, 2016).

Já o que compete ao supervisor de estágio da parte concedente, é determinado pelo artigo 35°:

- acompanhar a elaboração e a realização do plano de atividades de estágio curricular supervisionado; enviar à instituição de ensino, com periodicidade máxima de seis meses, relatório de atividades desenvolvidas, com vista obrigatória ao estagiário. enviar a ficha de avaliação do estagiário, após o término do estágio, para a coordenação de extensão/setor de estágio do *campus*; por ocasião de desligamento do estagiário, encaminhar termo de realização do estágio com indicação resumida das atividades desenvolvidas, dos períodos e da avaliação de desempenho.

§ 1º O supervisor de estágio da parte Concedente deverá ter formação ou experiência profissional na área de conhecimento de desenvolvimento do estágio.

§ 2º Não existindo essa condição caberá ao Coordenador de Curso/Eixo autorizar ou não a realização do estágio (IFFAR, 2016).

Diante das determinações da Resolução nº 010/2016 e da Resolução CONSUP nº102/2013 do IFFar, observa-se o comprometimento da instituição com o atendimento da Lei de Estágios vigente e com uma educação profissional contextualizada e humanística, que supere dicotomias entre ciência/tecnologia, entre teoria/prática. Além disso, tem consciência que um estágio bem conduzido pode trazer contribuições para todas as partes envolvidas, tornando-se um espaço para a efetivação da práxis, que contribui para a formação integral dos estudantes.

2.3.3 O estágio como espaço de práxis

Práxis, segundo Vázquez, “é atividade teórica e prática que transforma a natureza e a sociedade; prática, na medida em que a teoria, como guia da ação, orienta a atividade humana; teórica, na medida em que esta ação é consciente” (*apud* KUENZER, 2003, p. 2). Diante disso, pode-se compreender a práxis como uma experiência ativa e dinâmica de ação-reflexão-ação, que utiliza dos conhecimentos já existentes para atuação em situações novas, dentro de uma totalidade, que possibilita a conscientização da realidade, e a conseqüente (re)elaboração de conhecimentos. Sendo assim, a práxis é mais que prática, ou sua unidade com a teoria, “práxis é, definitivamente, teórico-prática. Isto é, dois lados da mesma moeda que se separam por abstração” (MAYORAL, 2007, p. 335).

Diante disso, podemos atribuir ao estágio curricular um importante momento dos processos de ensino e de aprendizagem, que possibilita a efetivação da práxis dentro da formação escolar, pois, ao aproximar o estudante da realidade do mundo

do trabalho e da prática profissional e social, contribui para constituir a unidade teórico-prática, superando a unilateralidade, e desenvolvendo o estudante para a vida cidadã e para o trabalho. Portanto, a efetivação da práxis na realização do estágio curricular, contribui para a formação integral dos estudantes dos cursos de educação profissional.

A prática profissional desenvolvida nos estágios se caracteriza pelo enfrentamento de situações reais de trabalho que ocorrem no cotidiano das organizações. Essa prática é permeada pela interação entre conhecimentos científicos, práticas laborais, comportamento moral e ético, em um contexto real de trabalho, que exige reflexão para o agir consciente e autônomo. Conforme Niskier e Nathanael (2006, p. 129 - 130), “qualquer trabalho será válido para o amadurecimento de valores laborais”, e nesse sentido, “o estágio ocasiona uma iniciação de indiscutível riqueza comportamental [...], que leva à compreensão racional da realidade”.

Porém, para a efetivação da práxis na realização do estágio é fundamental a atuação conjunta dos sujeitos do estágio, com o intuito de desenvolver um trabalho pedagógico integrado que promova a prática e a discussão teórica desta prática, conduzindo o estágio para um fazer refletido, pensado, um fazer transformador, e não apenas um fazer por fazer. Nas palavras de Kuenzer (2003, p. 17): “A mera superposição de tempos e espaços para aprender teoricamente e tempos e espaços para atuar praticamente apenas repõe a tão discutida fragmentação entre pensamento e ação”.

Como se vê, sem a reflexão e a discussão da prática, a relação prática-teoria-prática proporcionada pelos estágios, processa-se mecanicamente e de forma dissociada. Quanto a isso, Piconez (2012), em um estudo sobre o estágio supervisionado na formação de professores, contribui ao indicar que a prática da reflexão gera um movimento em que a prática fornece elementos para teorizações que podem acabar transformando aquela prática primeira, e, portanto, é um movimento na direção da prática-teoria-prática recriada. Vázquez, acrescenta que “só artificialmente por um processo de abstração, podemos separar, isolar a teoria da prática e vice-versa uma da outra” (*apud* PICONEZ, 2012, p. 23).

Portanto, para que seja possível a produção do conhecimento a partir da prática de estágio, é preciso refletir sobre esta prática com base nos conhecimentos teóricos já existentes. Para Kuenzer (2003, p. 15), é essa reflexão que:

determinará a diferença entre prática enquanto repetição reiterada de ações que deixam tudo como está, e práxis enquanto processo resultante do contínuo movimento entre teoria e prática, entre pensamento e ação, entre velho e novo, entre sujeito e objeto, entre razão e emoção, entre homem e humanidade, que produz conhecimento e por isto revoluciona o que está dado, transformando a realidade.

Ainda segundo Kuenzer (2003), o movimento do pensamento entre parte e totalidade, permite compreender que o ponto de partida é sempre o conhecimento inicial, pouco elaborado e isolado do todo, e o ponto de chegada é uma totalidade concreta, em que o conhecimento inicial adquire significado, elaborado através da práxis, que resulta da articulação entre teoria e prática, e entre o indivíduo e a sociedade. Posto que esse é um movimento contínuo, esta totalidade parcial será novo ponto de partida para outros conhecimentos.

Assim, entende-se que é preciso analisar os processos de estágio atuais para identificar se eles dão espaço e promovem a mediação pedagógica entre os sujeitos envolvidos nesta prática. É preciso rever ou até construir propostas que superem as limitações identificadas, propondo formas de estabelecer a integração entre os sujeitos e a efetiva articulação entre os saberes para o mundo do trabalho e para o mundo das relações sociais, promovendo a formação integral dos estudantes, a partir da efetivação da práxis também no tempo/espaço destinado aos estágios curriculares.

3 PERCURSO METODOLÓGICO

Na busca pelo percurso metodológico para o desenvolvimento da pesquisa, recorreremos à explicação de Minayo (2002, p. 16), a qual define metodologia como sendo “o caminho do pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade”, logo, foi necessário estabelecer com clareza o tipo de pesquisa e o caminho a ser seguido para encontrar respostas ao problema e aos objetivos traçados nesta investigação. Diante disto, neste capítulo buscaremos caracterizar a pesquisa desenvolvida, delineando o caminho percorrido para a sua realização, os métodos utilizados para a produção e análise dos dados, e como ela esteve fundamentada metodologicamente.

3.1 Caracterização da Pesquisa

A pesquisa foi realizada no âmbito do IFFar - *Campus* Panambi, junto ao Curso Técnico em Química Integrado ao Ensino Médio, devido ser o local de exercício profissional da pesquisadora.

Para atingir o fim a que se destina, esta pesquisa está voltada para a natureza aplicada, de abordagem qualitativa. De acordo com Malheiros (2011, p. 31-32), as pesquisas de natureza aplicada “objetivam descobertas ou novas formas de interpretar algo para serem utilizadas imediatamente”, e as pesquisas de abordagem qualitativa “têm o objetivo de compreender a percepção do sujeito”. Além disso, para Minayo (2002, p. 22), “a abordagem qualitativa aprofunda-se no mundo dos significados das ações e relações humanas, um lado não perceptível e não captável em equações, médias e estatísticas”, e por isso vem ganhando cada vez mais espaço no cenário investigativo, especialmente na área de educação.

Porém, cabe destacar que quando estabelecemos o desenvolvimento da pesquisa em uma abordagem qualitativa, não estamos excluindo a possibilidade de usar dados numéricos e estatísticos, de natureza quantitativa, que possam contribuir para o entendimento de fenômenos observados na investigação. Para isso, nos apoiamos em Minayo (2002, p. 22), a qual afirma que “o conjunto de dados quantitativos e qualitativos não se opõem, ao contrário, se complementam, pois a realidade abrangida por eles interage dinamicamente, excluindo qualquer dicotomia”.

Quanto a amostragem da investigação, esta é composta pelas turmas do 3º ano de 2016, 2017 e 2018 do TQI do IFFar - *Campus* Panambi, as quais seguem o PPC vigente, aprovado pela Resolução CONSUP nº 091, de 28 de novembro de 2014, que estipula a realização do estágio curricular supervisionado de 60 (sessenta) horas relógio a ser realizado no terceiro ano do curso.

Segundo Minayo (2002, p. 43), “a amostragem boa é aquela que possibilita abranger a totalidade do problema investigado em suas múltiplas dimensões”. Portanto, a amostragem desta pesquisa contempla a totalidade dos alunos que concluíram o estágio curricular em 2016, 2017 e em 2018, e que seguem o PPC citado anteriormente, atingindo 83 alunos pesquisados, aos quais foi solicitado responder a um questionário.

Quanto aos professores orientadores de estágios, o estudo envolveu seis indivíduos, sendo os que estavam desenvolvendo esta atividade em 2019, durante o período da pesquisa, e que já foram orientadores de estágios entre 2016 e 2018, aos quais foi solicitado responder a perguntas por meio de uma entrevista.

Diante destas características, esta pesquisa se configura também como um estudo de caso, uma vez que tem seu contorno de tempo e espaço bem delimitado, representando assim o estudo de um caso individual. Esta particularidade do estudo de caso está em acordo com a explicação de Lüdke e André (1986), que afirmam que “o caso é sempre bem delimitado devendo ter seus contornos claramente definidos no desenrolar do estudo” (p. 17). Ainda, segundo Malheiros (2011, p. 94), o estudo de caso “consiste em se pesquisar uma situação específica para compreender uma determinada relação de causa e efeito”.

De acordo com Yin (2005, p. 32), o estudo de caso “é uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos”. Nesse sentido, o estudo de caso visa compreender fenômenos complexos, de um caso específico, observando as múltiplas variáveis que nele intervêm.

Ainda, na concepção de Severino (2007, p.121), o estudo de caso é a “pesquisa que se concentra no estudo de um caso particular, considerado representativo de um conjunto de casos análogos, por ele significativamente representativo”. No mesmo sentido, Lüdke e André (1986, p. 17), afirmam que o interesse do estudo de caso

“incide naquilo que ele tem de único, de particular, mesmo que posteriormente venham a ficar evidentes certas semelhanças com outros casos ou situações”.

Diante disso, este estudo irá tratar da singularidade da atividade de estágio curricular supervisionado do TQI do IFFar - *Campus* Panambi, realizados entre 2016 e 2018, no entanto, tentaremos estabelecer relações com outros estudos semelhantes, levando para uma discussão mais ampla quanto aos estágios curriculares dos cursos técnicos integrados ao ensino médio.

Quanto aos aspectos éticos, salientamos que esta pesquisa foi cadastrada na Plataforma Brasil em março de 2019, recebendo o Certificado de Apresentação para Apreciação Ética (CAAE) nº 09753019.0.0000.5574, e foi aprovada sem ressalvas pelo Comitê de Ética na Pesquisa (CEP), do IFFar, conforme o Parecer Consubstanciado nº 3.216.298 (anexo II).

3.2 Produção de Dados

Segundo Yin, (2005), os dados para os estudos de caso podem se basear em várias fontes de evidências, que se complementam entre si. Para o autor, três princípios são extremamente importantes para realizar estudos de casos de alta qualidade: a utilização de várias fontes de evidências, e não apenas uma; a criação de um banco de dados para o estudo de caso; e a manutenção de um encadeamento de evidências. Estes princípios estão relacionados com o aumento da confiabilidade das informações em estudos de caso, e favorecem a compreensão das múltiplas percepções e significados, além de permitir verificar a repetição de observações e interpretações.

Diante disto, a produção de dados desta pesquisa foi realizada por meio de três diferentes instrumentos: análise documental, questionários e entrevistas. Esta opção se deu com a intenção de captar as percepções de todos os sujeitos envolvidos nas atividades de estágio: o estudante-estagiário, o professor orientador e o supervisor da parte concedente de estágio.

Especificamos a seguir cada uma das etapas e dos instrumentos utilizados para a produção dos dados desta investigação.

3.2.1 Análise documental

A análise documental utiliza documentos como fonte de dados, e, segundo Malheiros (2011, p. 86), deve ser utilizada quando for viável “analisar, criticar, rever ou compreender um fenômeno específico ou fazer alguma consideração com base na análise de documentos”. Além disso, Lüdke e André (1986, p. 38) enfatizam que “a análise documental pode se constituir numa técnica valiosa de abordagem de dados qualitativos, seja complementando as informações obtidas por outras técnicas, seja desvelando aspectos novos de um tema ou problema”.

Segundo Yin (2005, p. 112), para os estudos de caso, “o uso mais importante de documentos é corroborar e valorizar as evidências oriundas de outras fontes”, e esclarece que, se ao invés de corroborar com um dado, os documentos o contradizem, o pesquisador possui razões para estudar o tópico com mais profundidade. O mesmo autor explica ainda que “é possível se fazer inferências a partir de documentos, no entanto, devem ser tratadas somente como indícios que valem a pena serem investigados mais a fundo, em vez de serem tratadas como descobertas definitivas” (YIN, 2005, p. 112).

Diante disto, para esta investigação, a análise documental utilizou-se dos documentos de estágio dos estudantes egressos do TQI, dos anos de 2016, 2017 e 2018, conforme delimitação da amostragem apresentada anteriormente, que ficam arquivados de forma física junto ao Setor de Estágios do *campus* Panambi do IFFar.

O conjunto de documentos de cada aluno é composto pelos seguintes registros: ficha de confirmação de estágio; plano de atividades de estágio; ficha de acompanhamento de orientações de atividades relativas ao estágio; ficha ponto do estágio; termo de avaliação do estagiário pelo professor orientador; termo de avaliação do estagiário pela parte concedente; ficha de avaliação final do estágio.

Nesta etapa, realizada em janeiro de 2019, solicitamos formalmente junto ao Setor de Estágios do *campus* Panambi do IFFar, acesso aos documentos citados, nos comprometendo em preservar a privacidade e o anonimato dos sujeitos cujos dados foram coletados. Todos os documentos a que tivemos acesso foram digitalizados, identificados e arquivados para a posterior análise.

Foram disponibilizados os documentos de estágio curricular de 83 alunos, total composto por 29 egressos da turma de 2016, 27 egressos da turma de 2017 e 27

egressos da turma de 2018, o que representa a totalidade dos alunos que realizaram estágio e concluíram o curso de TQI em cada ano. Por razões éticas, a identificação do conjunto de documentos de cada aluno foi realizada através de códigos, da seguinte forma: egressos da turma de 2016: A1-16 a A29-16; egressos da turma de 2017: A1-17 a A27-17; egressos da turma de 2018: A1-18 a A27-18.

Trata-se de um material muito rico em informações, e para a melhor organização, os dados mais significativos para esta pesquisa foram compilados em uma planilha do Excel, que permitiu uma melhor visualização do conjunto de informações a serem analisadas.

Cabe destacar que, entre os documentos analisados, está o termo de avaliação do estagiário pela parte concedente, sendo este um formulário preenchido e encaminhado pelo supervisor do local de realização do estágio, no qual consta a avaliação do estágio e do estagiário. É por meio deste documento que tentamos captar a percepção dos supervisores da parte concedente quanto ao estágio curricular do TQI.

3.2.2 Questionário

Outra etapa da produção de dados foi a aplicação de questionário *on-line* utilizando o Google Forms (conforme apêndice A), aos alunos egressos do curso estudado, que concluíram em 2016, 2017 e em 2018, e que, portanto, já realizaram o estágio curricular supervisionado do curso. O objetivo deste questionário foi de produzir informações sobre a realização do estágio pelos estudantes e as suas percepções quanto a relação teoria e prática, as dificuldades encontradas, e as contribuições para o seu desenvolvimento humano e profissional.

Quanto a utilização de questionário como instrumento de produção de dados, por ser realizado sem a presença do pesquisador, pode ser um forte aliado no levantamento dos fatos como eles são, porém traz dados mais superficiais, pois não permite o aprofundamento como se faz em uma entrevista, por exemplo (MALHEIROS, 2011). Outro ponto negativo deste método de produção de dados, é a possibilidade de ter retorno de poucos questionários respondidos, o que pode ser minimizado por meio da explicação da importância da pesquisa e o uso de lembretes como ação de reforço de respostas.

O questionário *on-line*, neste caso, foi utilizado devido ao grande número de alunos que se pretendia abranger, favorecendo o trabalho de compilação dos dados, além de permitir alcançar com mais facilidade os alunos egressos, isto é, que não estão mais na instituição, o que dificulta ou até impossibilita a realização de entrevistas para a produção destes dados.

Além disto, quando se decide utilizar questionários para a produção de dados, segundo Malheiros (2011, p. 156), “é fortemente recomendável a realização de um estudo-piloto. O estudo-piloto é capaz de orientar o pesquisador sobre a qualidade da redação dos itens do questionário, permitindo que se corrijam eventuais falhas”.

Em vista disto, com o objetivo de compreender se o questionário elaborado estava adequado ao propósito, após a aprovação do projeto no CEP, foi realizado um teste-piloto entre os dias 02 e 04 de abril de 2019. O referido teste foi realizado por meio de questionário *on-line*, enviado por *e-mail* para cinco estudantes egressos, sendo dois alunos da turma de 2016, um aluno da turma de 2017 e dois alunos da turma de 2018. Nesta etapa, os egressos responderam ao questionário e ainda enviaram a sua avaliação quanto ao tamanho, linguagem e clareza das perguntas do questionário. Como todas as avaliações foram positivas, entendeu-se que o questionário elaborado estava adequado, não necessitando de correções, possibilitando assim partir para a próxima etapa de aplicação do questionário para a totalidade dos alunos incluídos na pesquisa.

Assim, em 17 de abril de 2019, foi enviado por *e-mail* o questionário *on-line* aos demais estudantes egressos participantes da pesquisa, sendo que a cada 10 dias, foi enviado um lembrete como ação de reforço de respostas. Ao final de 42 dias de pesquisa, isto é, em 29 de maio de 2019, foi finalizado o recebimento de respostas, atingindo 42 questionários respondidos do total de 83 enviados, o que corresponde a uma taxa de 50,6% de retorno.

Em relação aos aspectos éticos, destacamos que todos os egressos aos quais foi enviado o questionário *on-line*, foram informados sobre os procedimentos desta pesquisa e receberam um termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE), que foi enviado de forma virtual e apresentava um campo no qual o participante deveria manifestar, eletronicamente, seu aceite ou não em participar da pesquisa, o que correspondeu à assinatura do TCLE, o qual poderia ser impresso se assim o participante desejasse (apêndice B). Desta forma, foram incluídos na pesquisa todos

os que aceitaram participar e assinaram o termo solicitado. Para garantir a preservação da identidade dos participantes cada aluno egresso foi identificado por um código, sendo os mesmos utilizados na análise documental, conforme segue: egressos da turma de 2016: A1-16 a A29-16; egressos da turma de 2017: A1-17 a A27-17; egressos da turma de 2018: A1-18 a A27-18.

3.2.3 Entrevistas

Para Yin (2005), as entrevistas são fontes essenciais de informação para estudos de caso, e Minayo (2011, p. 57), explica que a entrevista “não significa uma conversa despreziosa e neutra”, e sim uma conversa “com propósitos bem definidos”.

Assim sendo, a última etapa da produção de dados deste estudo foi a realização de entrevistas com os professores orientadores de estágios do curso envolvido, que estavam desenvolvendo esta atividade em 2019, durante o período da pesquisa, e que já foram orientadores de estágios entre 2016 e 2018. Para isso foi utilizado um roteiro com questões semiestruturadas, conforme o apêndice C, com o objetivo de coletar informações sobre a forma como acontecem as orientações, sobre as principais dificuldades, críticas ou elogios dos estagiários, observadas e/ou relatadas a estes professores, e ainda sobre a percepção dos mesmos em relação a prática do estágio do TQI.

Para Lüdke e André (1986, p. 34), uma entrevista semiestruturada, “se desenrola a partir de um esquema básico, porém não aplicado rigidamente, permitindo que o entrevistador faça as necessárias adaptações”. Malheiros (2011), acrescenta que a produção de dados por meio de entrevista semiestruturada apresenta como vantagens a possibilidade de adequação da questão frente às respostas, o aprofundamento de conhecimentos relacionados às questões que forem julgadas pertinentes e a complementação dos dados diretos com dados indiretos. As desvantagens são principalmente o receio do entrevistado em se expor e a possibilidade de responder o que julga que o entrevistador gostaria de ouvir.

Posto isto, as entrevistas com os professores foram agendadas individualmente após a aprovação do projeto no CEP, e conforme disponibilidade dos professores. Assim, as entrevistas foram realizadas entre os dias 23 de maio e 10 de junho de

2019. No total foram realizadas entrevistas com seis professores orientadores que estavam desenvolvendo esta atividade no período da pesquisa, e que já foram orientadores de estágios entre 2016 e 2018. Entre os entrevistados, está a coordenadora do curso, que atuou nesta função desde 2011, quando iniciou as atividades do curso TQI no *campus* Panambi do IFFar, até meados de 2019. Por razões éticas, os professores foram identificados através de códigos, de P1 a P6. O registro das entrevistas foi realizado através de gravação em áudio, seguida da transcrição do áudio para texto, para a posterior análise.

Quanto as questões éticas para a realização das entrevistas, esclarecemos que todos os participantes foram informados sobre os procedimentos desta pesquisa e foi solicitado a assinatura de um TCLE (conforme apêndice D), feito em duas vias impressas, sendo que uma delas ficou em poder da pesquisadora e outra com o sujeito participante da pesquisa. Com isto, foram incluídos na pesquisa todos os que aceitaram participar e assinaram o termo solicitado.

3.3. Análise dos Dados

Na concepção de Minayo (2002, p. 26), a etapa de tratamento do material produzido no campo “conduz a teorização sobre os dados, produzindo o confronto entre a abordagem teórica anterior e o que a investigação de campo aporta de singular como contribuição”. Nesse sentido, conforme Squizani *et al.* (2019, p. 39-40), a pesquisa “requer uma análise de dados coerente com o material produzido e com os objetivos propostos”, e, desta forma, “a metodologia de análise é uma etapa importante na composição de um trabalho”, sendo fundamental para o sucesso de uma pesquisa.

Diante disto, para a análise dos dados produzidos nesta investigação, optamos por utilizar a Análise Textual Discursiva (ATD), proposta por Moraes e Galiuzzi (2016), que é uma abordagem que transita entre a análise de conteúdo e a análise de discurso. Segundo os autores, a ATD “corresponde a uma metodologia de análise de informações de natureza qualitativa com a finalidade de produzir novas compreensões sobre os fenômenos e discursos” (2016, p. 13).

Ainda conforme os autores supracitados, a ATD pode ser entendida como:

“o processo de desconstrução, seguido de reconstrução, de um conjunto de materiais linguísticos e discursivos, produzindo-se a partir disso novos entendimentos sobre os fenômenos e discursos investigados. Envolve identificar e isolar enunciados dos materiais submetidos à análise, categorizar esses enunciados e produzir textos, integrando nestes a descrição e a interpretação, utilizando como base de sua construção o sistema de categoria construído” (MORAES; GALIAZZI, 2016, p. 134).

Como visto, a ATD é constituída por três momentos que compõem um ciclo, formado pelos seguintes passos:

- 1- Desmontagem dos textos ou unitarização: consiste em examinar o conjunto de dados produzidos ou coletados, fragmentando-os em unidades de análise ou de significado, de acordo com os objetivos da pesquisa;
- 2- Estabelecimento de relações ou categorização: envolve estabelecer relações entre as unidades de significado anteriormente construídas, combinando-as para a formação de categorias que congregam os elementos semelhantes;
- 3- Captação do novo emergente: etapa em que as compreensões obtidas são comunicadas através da produção de metatextos, constituídos de descrição e interpretação dos elementos construídos ao longo dos passos anteriores, que constituem a compreensão renovada do todo.

Segundo os autores, portanto, a análise inicia pela desconstrução e unitarização dos textos, que exige uma ou mais leituras do conjunto dos textos, aos quais o pesquisador precisa atribuir sentidos e significados para construir as unidades de análise ou de significado, que chamaremos de focos temáticos. Quanto a isso, Moraes e Galiazzi (2016, p. 35), destacam “à importância de um envolvimento e impregnação aprofundados com os materiais analisados, condição de possibilidade para a emergência de compreensões dos fenômenos investigados”.

Em vista disso, iniciamos a análise dos dados desta investigação, pela leitura intensa do conjunto dos dados produzidos, para então construir os focos temáticos relevantes para o estudo, que englobam a percepção de todos os sujeitos envolvidos na prática de estágio, quanto ao estágio curricular supervisionado do TQI, com foco na formação integral dos estudantes. Desta etapa, definimos doze focos temáticos, e na sequência realizamos a desconstrução dos textos e a fragmentação dos dados, separando os fragmentos entre os focos temáticos criados.

Na ATD, as unidades de significados construídas são a base para o processo de categorização, que envolve estabelecer relações entre as unidades de significado,

“combinando-as e classificando-as, reunindo esses elementos unitários na formação de conjuntos que congregam elementos próximos, resultando daí sistemas de categorias” (MORAES; GALIAZZI, 2016, p. 34). Com base nisso, na etapa de categorização agrupamos os doze focos temáticos em um conjunto de duas categorias, que serão apresentadas mais detalhadamente no capítulo 4.

Quanto aos métodos de categorização na ATD, Moraes e Galiazzi (2016), explicam que se pode utilizar dois tipos de categorias: categorias *a priori* e categorias emergentes. As primeiras são definidas pelo método dedutivo, antes mesmos de examinar os dados, com base nas teorias que servem de fundamento para a pesquisa. Já as categorias emergentes são elaboradas a partir da análise dos dados, e são associadas aos métodos indutivos e intuitivos. Diante disto, nesta investigação optamos pelas categorias emergentes, isto é, foram elaboradas a partir da compreensão do pesquisador diante dos dados, e emergiram do próprio processo de análise.

Na sequência, realizamos a construção de proposições, que são a base para a produção dos metatextos descritivos e interpretativos, que expressam as compreensões alcançadas neste estudo, e que integram o capítulo 4 desta dissertação. Para a construção desta etapa, buscamos estabelecer relações entre as proposições e os referenciais teóricos, para compreender os fenômenos acerca do estágio curricular supervisionado do TQI, e responder à questão que norteia esta investigação. Portanto, para a interpretação dos dados e compreensão dos fenômenos desta pesquisa, nos apoiamos nos estudos de Kuenzer (2003, 2007), Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005), Pacheco (2015, 2020), Araújo e Frigotto (2015), Colombo e Ballão (2014), Niskier e Nathanael (2006), Piconez (2012), Pimenta e Lima (2012), entre outros estudiosos, além de documentos legais, que regem o tema.

Ainda de acordo com Moraes e Galiazzi (2016), o ciclo da ATD como um todo é um processo auto organizado do qual emergem as compreensões sobre os fenômenos investigados, num processo comparado pelos autores a uma “tempestade de luz” (p. 34). Para isso, como já destacamos anteriormente, é essencial um intenso envolvimento, aprofundamento e retorno cíclico do pesquisador as unidades de significado e as categorias, para que os resultados finais, criativos e originais possam emergir.

As etapas detalhadas realizadas a partir da ATD, serão apresentadas no capítulo 4, desde a unitarização dos textos até a produção dos metatextos.

Além disso, com base nos metatextos produzidos e nas compreensões que emergiram, ocorreu a elaboração de dois produtos educacionais, um dos objetivos desta pesquisa. Mais informações acerca dos produtos educacionais encontram-se no capítulo 5.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

Neste capítulo, serão apresentados os dados obtidos através da análise documental, da aplicação dos questionários e das entrevistas realizadas, e a análise e interpretação dos dados, que conforme exposto no capítulo anterior, utilizou a metodologia da ATD, descrita por Moraes e Galiazzi (2016).

Inicia-se este capítulo apresentando uma descrição e caracterização do caso estudado, baseado na análise documental, expondo alguns aspectos da organização do estágio curricular supervisionado do TQI do IFFar *campus* Panambi, para que se tenha uma ideia de como ele foi organizado e realizado entre os anos de 2016 e 2018.

Dito isto, exibimos na sequência nossa análise dos estágios curriculares, procurando articular as discussões aos aspectos teóricos que nos embasam.

4.1 Caracterização do Caso Estudado

Com base nos dados coletados através da análise documental, apresentamos agora uma descrição e caracterização do estágio curricular supervisionado do TQI do IFFar *campus* Panambi, realizado entre 2016 e 2018, o que representa o caso estudado nesta investigação. Esta caracterização servirá de apoio para as discussões e interpretações dos dados apresentados na sequência.

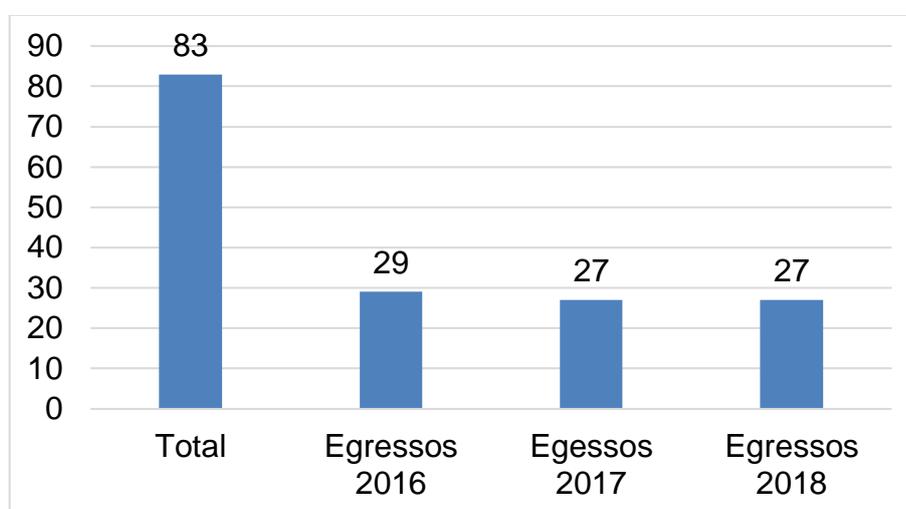
Inicialmente, lembramos que o PPC vigente do curso estudado, aprovado pela Resolução CONSUP nº 091, de 28 de novembro de 2014, estipula a realização do estágio curricular supervisionado obrigatório de 60 (sessenta) horas relógio a ser realizado no terceiro ano do curso, após a conclusão do componente curricular de Orientação de Estágio, e deve ser efetivado em empresas que possuam alguma relação com o curso e com profissional disponível para supervisionar o estudante durante as atividades (IFFAR, 2014a).

Conforme a matriz curricular, a carga horária total do curso é de 3840 horas, e a integralização do mesmo é em 3 anos. Para dar conta dessa carga horária, os estudantes têm aulas das disciplinas em turno integral, isto é, todas as manhãs de segunda a sexta-feira, e três tardes por semana, às segundas, quintas e sextas-feiras, além de alguns sábados letivos no ano. O estágio curricular, o componente curricular

de Orientação de Estágio e as atividades complementares são realizados em horários diferentes dos estipulados para as disciplinas.

Como já citado no capítulo anterior, na análise documental foram coletados documentos de 83 alunos, total composto por 29 egressos da turma de 2016, 27 da turma de 2017 e 27 da turma de 2018, o que representa a totalidade dos alunos que realizaram estágio e concluíram o curso de TQI em cada ano. A demonstração gráfica destes dados pode ser conferida no gráfico 1.

Gráfico 1 – Número de alunos que realizaram estágio entre 2016 e 2018



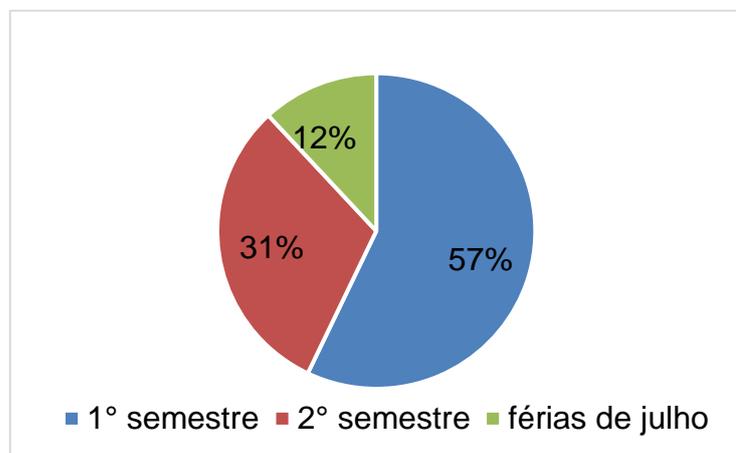
Fonte: Elaborado pela autora.

Esse dado revela que, dos 35 alunos que ingressam no curso a cada ano, parte não concluiu o curso, por motivos diversos que não foram analisados nesta investigação, mas dos estudantes que chegaram ao 3º ano, todos realizam o estágio obrigatório durante o 3º ano, de acordo com o tempo de integralização do curso determinado no PPC.

Conforme o PPC, existe ainda, para os estudantes que desejarem ampliar a sua prática de estágio, a possibilidade de realizar estágio curricular supervisionado não obrigatório, com carga horária não especificada, (IFFAR, 2014a). No entanto, no período estudado, não há registro de nenhum estudante do curso que realizou tal estágio. Acreditamos que este fato se dá uma vez que este tipo de estágio prevê o cumprimento de uma carga horária para além da carga horária mínima estipulada na matriz curricular, e por se tratar de um curso técnico integrado ao ensino médio, os estudantes tem pouco tempo livre para a realização de tal atividade.

No gráfico 2, pode-se observar como se deu a organização dos estágios curriculares quanto ao período de realização.

Gráfico 2 – Período de realização dos estágios curriculares

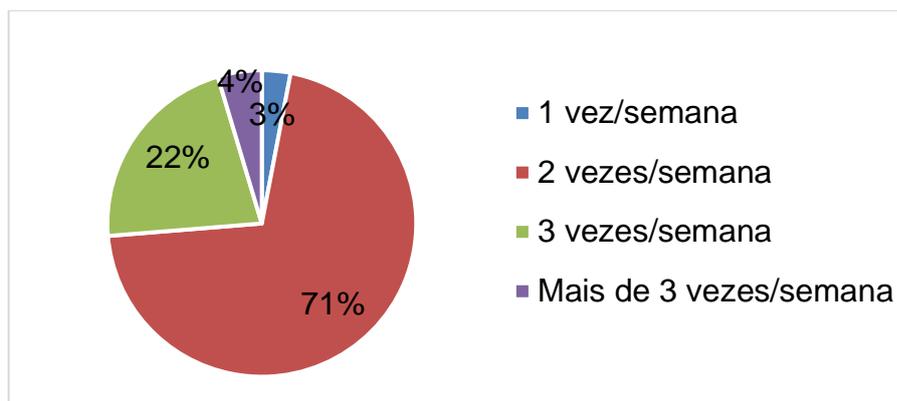


Fonte: Elaborado pela autora.

Como podemos ver, a maior parte dos estudantes do período estudado, realizou o estágio durante o primeiro semestre do 3º ano, momento de menor número de atividades no curso, visto que, no segundo semestre estão concentradas as práticas profissionais integradas e a mostra científica, além da preocupação dos estudantes com a realização do ENEM e vestibulares. Ainda, observamos que uma parcela dos estudantes realiza o estágio no período de férias escolares do mês de julho, que corresponde a duas semanas, o que permite a realização de toda a carga horária do estágio curricular neste intervalo.

O gráfico 3, apresenta a organização quanto aos dias de realização dos estágios. Observa-se que mais de 70% dos estágios foram realizados duas vezes na semana, às terças e quartas-feiras à tarde, e 21,7% três vezes na semana, incluindo além das terças e quartas, os sábados de manhã, por 4 horas diárias, o que corresponde aos dias e turnos que os alunos não estão em sala de aula. O percentual de estágios realizados mais de 3 vezes na semana corresponde aos estágios realizados no período de férias escolares de julho, período em que os estudantes se dedicam integralmente a realização do estágio.

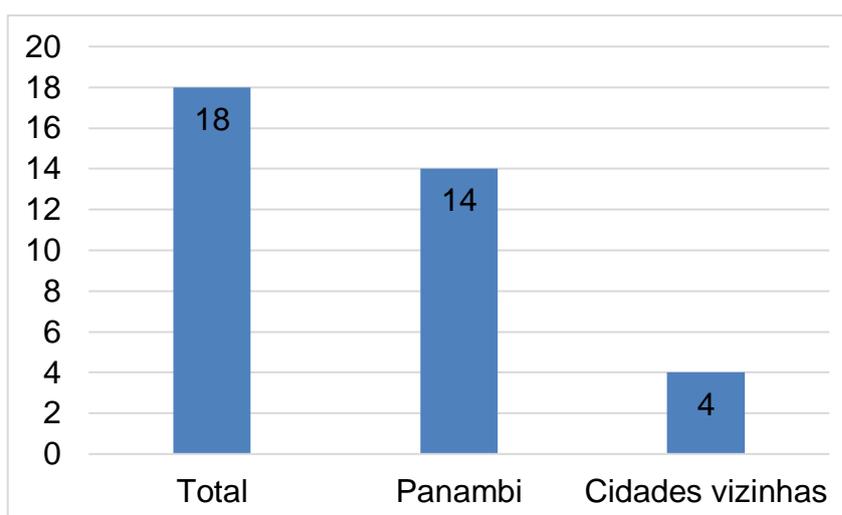
Gráfico 3 – Dias de realização dos estágios curriculares



Fonte: Elaborado pela autora.

Em relação aos locais de estágio, conforme gráfico 4, identificamos que entre os anos de 2016 e 2018, 18 empresas ou instituições concederam estágios para os estudantes do curso TQI, sendo que a grande maioria destas são do município de Panambi, e as demais são de municípios vizinhos ou próximos à Panambi. A busca por locais de estágio, que sejam no município ou próximos geograficamente, se justifica pelo fato dele ocorrer concomitante às aulas do terceiro ano do curso, e, portanto, os estagiários só possuem as terças e quartas-feiras a tarde livres para a sua realização.

Gráfico 4 – Locais de realização de estágio, entre 2016 e 2018

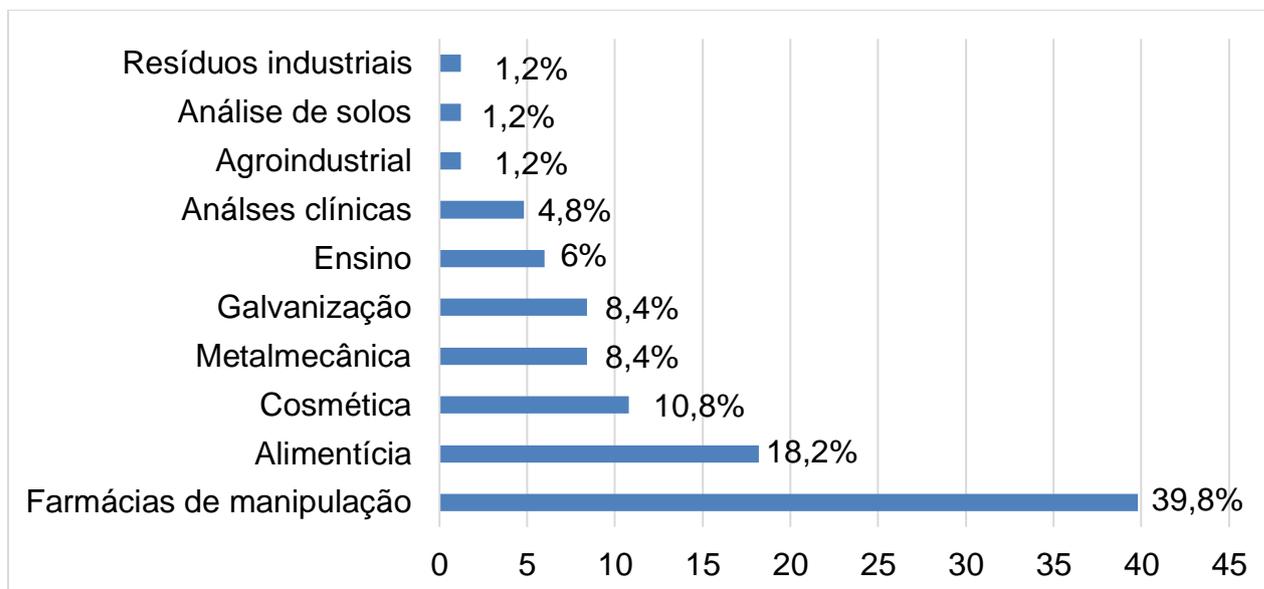


Fonte: Elaborado pela autora.

Observa-se ainda, que as farmácias de manipulação foram as empresas que receberam o maior número de estagiários, sendo responsável por quase 40% dos

estágios do curso. Os demais estágios aconteceram em outras nove áreas, de acordo com as características empresariais e industriais do município e da região, como pode ser conferido no gráfico 5.

Gráfico 5 – Áreas dos estágios curriculares



Fonte: Elaborado pela autora.

Todavia, cabe ressaltar, que o curso não possui nenhuma disciplina que abrange conhecimentos da área farmacêutica e cosmética, e que “o estágio visa ao aprendizado de competências próprias da atividade profissional e à contextualização curricular” (BRASIL, 2008a), e, sendo assim, é pertinente avaliar se os estágios realizados nestas áreas contribuem para atender os objetivos do estágio curricular do curso, ou, se considerarmos que estes são os locais que mais recebem os estagiários, é preciso repensar a estrutura curricular do curso para atender esta demanda de formação. Esta discussão será retomada mais adiante.

Em relação às orientações de estágio, por meio da análise documental, foi possível identificar que os responsáveis por elas foram os professores das disciplinas da área técnica do curso, no entanto, em algumas situações, os professores orientaram estágios realizados em áreas distintas as de sua formação.

Ressaltamos que os dados e compreensões possíveis por meio da análise documental apresentada nesta seção, contribuíram para o entendimento de como o estágio curricular do TQI do IFFar – *campus* Panambi se desenvolve, proporcionando

uma visão mais clara do caso delimitado neste estudo, e ainda indicaram aspectos importantes a serem observados na sequência da análise e interpretação dos dados apresentada na continuação deste capítulo.

4.2 Os Elementos Formativos que Qualificam o Espaço/Tempo do Estágio Curricular do Curso Estudado

A ATD, de Moraes e Galiazzi (2016), determina três movimentos para a análise dos dados: unitarização; categorização; captação e comunicação do novo emergente.

Diante disto, o trabalho de análise foi iniciado a partir da leitura do conjunto dos dados produzidos com cada um dos instrumentos, em que buscou-se construir focos temáticos relevantes para o estudo. Desta forma, foram definidas doze focos temáticos, sendo: relação teoria e prática; aspectos comportamentais dos estagiários; conhecimento técnico; relatório de estágio; vivências no mercado de trabalho; decisão do futuro profissional; contextualização curricular; áreas de abrangência do estágio; carga horária; orientação; supervisão; interação entre os sujeitos do estágio.

Na sequência, realizou-se a desconstrução dos textos e a fragmentação dos dados, tentando separar os fragmentos entre os focos temáticos criados. Destacamos que os fragmentos foram identificados por códigos da seguinte forma: professores orientadores foram identificados pela letra P, de P1 a P6; os supervisores foram identificados com a letra S, sendo que os supervisores do ano de 2016 receberam os códigos de S1-16 a S29-16, os de 2017 os códigos S1-17 a S27-17, e os de 2018 os códigos S1-18 a S27-18; os alunos egressos foram identificados pela letra A, sendo que egressos da turma de 2016 receberam os códigos de A1-16 a A29-16, os egressos da turma de 2017 receberam os códigos de A1-17 a A27-17, e os egressos da turma de 2018 receberam os códigos de A1-18 a A27-18.

Finalizada a etapa de unitarização, passamos para o segundo movimento da ATD, que corresponde a etapa de categorização. Nesta etapa, agrupamos os doze focos temáticos em um conjunto de duas categorias emergentes, que congregam elementos próximos. São elas: apropriação de conhecimentos e saberes; articulação entre instituições, teoria e prática, sujeitos e o mundo do trabalho.

Ainda como parte da etapa de categorização, elaboramos as proposições, que são a base da produção dos metatextos descritivos e interpretativos, que expressam

as compreensões alcançadas neste estudo. O quadro 1 exhibe os focos temáticos, as categorias e as proposições construídas ao longo desta análise¹.

Quadro 1 - Focos temáticos, categorias e proposições

Focos temáticos	Categorias	Proposições
Aspectos comportamentais dos estagiários	Apropriação de conhecimentos e saberes	A apropriação de conhecimentos comportamentais e saberes profissionais qualifica o processo de formação profissional do estudante
Conhecimento técnico		
Vivências no mercado de trabalho		
Contextualização curricular	Articulação entre instituições, teoria e prática, sujeitos e o mundo do trabalho	A articulação entre a instituição de ensino e a parte concedente é determinante para a consolidação do estágio como ato educativo
Áreas de abrangência do estágio		
Carga Horária		
Relação teoria e prática		A articulação entre teoria e prática e a interação entre os sujeitos promove a efetivação da práxis
Relatório de estágio		
Decisão do futuro profissional		
Orientação		
Supervisão		
Interação entre os sujeitos do estágio		

Fonte: elaborado pela autora.

O terceiro movimento da ATD, é a captação e comunicação do novo emergente, em que todo o processo da análise volta-se a produção do metatexto. Diante disso, na sequência apresentamos os metatextos elaborados a partir das categorias e das proposições, nos quais buscamos estabelecer relações entre os dados obtidos e os referências teóricos que embasam este estudo, visando compreender os fenômenos acerca do estágio curricular supervisionado do TQI, e responder à questão que norteia esta investigação.

Cabe salientar que os metatextos estão permeados por fragmentos dos dados obtidos, destacados em *itálico* e devidamente identificados por códigos da seguinte

¹ Utilizamos os termos 'focos temáticos' e 'proposições' por sugestão da banca de defesa, que julgou mais pertinente, mesmo que na ATD estes termos não sejam utilizados.

forma: professores orientadores identificados pela letra P; supervisores identificados com a letra S; alunos egressos identificados pela letra A.

4.2.1 Apropriação de conhecimentos e saberes

Esta categoria destaca o ato de tornar próprio do estagiário os conhecimentos e saberes inerentes ao mundo do trabalho, ação esta que apresenta potencial pedagógico capaz de qualificar o espaço/tempo de estágio e contribuir para a formação integral dos estudantes. Nesta categoria, uma proposição pôde ser constituída e defendida com base nos dados produzidos e amparo teórico.

4.2.1.1 A apropriação de conhecimentos comportamentais e saberes profissionais qualifica o processo de formação profissional do estudante

O principal aspecto considerado para a construção desta proposição é o fato de o estágio curricular em um curso técnico integrado ao ensino médio ser, para a maioria dos jovens estudantes, o primeiro contato com o mundo do trabalho e o ambiente profissional. Para dar início à discussão, serão trazidos fragmentos dos dados produzidos nesta pesquisa que fornecem as primeiras aproximações necessárias para a compreensão e construção desta proposição:

“O estágio foi importante para nos familiarizarmos com um ambiente de trabalho, com as normas de laboratório a serem seguidas e a lidar com as pessoas em um ambiente desses, já que a grande maioria ou até mesmo todos da turma não possuíam experiências profissionais anteriores” (A28-16, 2019 – Questionário).

“Até então eu não havia trabalhado de fato, ter essa experiência de trabalho em equipe dentro de uma empresa, com chefes, colegas, supervisores, estagiários. Isso abriu muito os meus olhos pra entender como o mercado de trabalho funciona, realizando as atividades de forma mais responsável e profissional” (A20-17, 2019 – Questionário).

“O estágio culminou todo o processo de aprendizagem dos 3 anos; me trouxe autoconfiança e segurança como profissional da área, além de me auxiliar a crescer como pessoa, entender e aprender como é estar em um ambiente de trabalho, a ter dedicação, experiência e responsabilidade, bem como a importância de fazer algo e a confiança que depositam em você para realizar. (A24-17, 2019 – Questionário).

“Gostaria de destacar a importância do estágio para a formação de um futuro profissional, suas responsabilidades e funções dentro de uma empresa” (A18-16, 2019 – Questionário).

“Aprendi como é o mercado de trabalho e como se portar nesse ambiente” (A25-18, 2019 – Questionário).

“Eles crescem com conhecimento na empresa, como é que é lidar com o pessoal, como é que é ter compromisso, ter horário, chegar lá e ter iniciativa. [...] Como as principais contribuições, eu acho que é o ambiente de uma empresa, assim, eles aprender a ter compromisso, responsabilidade, horário e iniciativa. (P3, 2019 – Entrevista).

“As contribuições vão muito além do conhecimento técnico! Até se sobrepõe essas outras experiências que eles têm, de relacionamento interpessoal, do compromisso. [...] Eles saem daquele ninho protegido aqui do IF e da família, para começar a encarar o mercado profissional, e nisso eu acho importante o estágio, porque é um curso técnico. [...] Eu acho importante até pela questão ali da vivência profissional, eles aprenderem a ter horário, ética, responsabilidade” (P4, 2019 – Entrevista).

“Como contribuições, vejo desde ter um cumprimento de horário, pois aqui (no IF), embora tem o horário de aula, se eles chegarem atrasados, eles têm como entrar normalmente na sala de aula, e numa empresa, a cobrança é diferente. E a relação interpessoal, que aqui eles estão conversando com colegas, lá eles vão estar conversando com chefe, superiores, supervisores, então essa questão também é importante porque muda bastante a relação deles” (P5, 2019 – Entrevista).

Nestas manifestações pode-se perceber o destaque que os estagiários e os professores orientadores conferem para esta primeira experiência dos estudantes em um ambiente profissional, ainda durante a formação escolar, considerando que em breve, após a conclusão do ensino médio técnico, muitos desses jovens irão ingressar no mundo de trabalho, mas não mais como estagiário aprendiz, e sim em uma relação de trabalho formal, como profissionais formados.

Em paralelo a isso, os aspectos comportamentais se destacam nas manifestações, sendo atribuído a eles como contribuições que o estágio curricular traz para estes estudantes do ensino médio integrado, sem experiências de trabalho anterior. Os principais aspectos comportamentais citados são a responsabilidade, a iniciativa, o relacionamento interpessoal, o comprometimento, a assiduidade e a pontualidade.

Entre as manifestações dos supervisores de estágio da parte concedente, de um modo geral, também se destacam os aspectos comportamentais dos estagiários no ambiente de estágio, sendo que os atributos que mais aparecem são: interesse, dedicação, comprometimento, esforço, responsabilidade, proatividade, atenção, boa vontade, disponibilidade, sociabilidade e assiduidade. Algumas destas declarações podem ser visualizadas nos fragmentos a seguir:

“A aluna demonstra sempre muita atenção e interesse nas atividades propostas, compreendendo com facilidade os objetivos. Possui iniciativa e responsabilidade para o cumprimento das atividades” (S2-16, 2019 – Documentos).

“A aluna demonstrou excelente maturidade comportamental, sendo perceptível sua compreensão frente às demandas apresentadas e facilidade de aprendizagem dos processos de uma forma geral” (S27-16, 2019 – Documentos).

“Estagiária atenciosa, prestativa, trabalha bem em equipe, cumpriu horários corretamente” (S29-16, 2019 – Documentos).

“A aluna demonstrou grande interesse nas atividades propostas. Demonstrou dedicação e entusiasmo na área” (S5-17, 2019 – Documentos).

“Estagiária tímida, mas com o passar do estágio se soltou, teve boa interação com o pessoal do laboratório, e estava sempre disposta a aprender e interessada nas atividades” (S23-17, 2019 – Documentos).

“Dedicada. Sempre mostrou muito interesse e proatividade. Bom relacionamento com o grupo. Boa comunicação” (S2-18, 2019 – Documentos).

“A aluna demonstrou desde o início do estágio atenção, interesse e dedicação com as atividades propostas. Destacou-se pela iniciativa e capacidade de compreensão dos assuntos tratados, bem como pela excelente sociabilidade com os demais colegas” (S5-18, 2019 – Documentos).

“Apresentou muito interesse e iniciativa para desempenhar as atividades. É uma aluna muito dedicada que faz as atividades com muita atenção e qualidade, sempre interessada em aprender mais” (S14-18, 2019 – Documentos).

“A aluna demonstrou ter um perfil bastante tímido e introspectivo. Apesar disto, colaborou com as atividades propostas e com o passar dos dias, interagiu ainda mais com os colegas e atividades” (S26-18, 2019 – Documentos).

Quanto a isso, Niskier e Nathanael (2006), defendem que o aspecto laboral do estágio deve ser considerado, pois serve também para situar o jovem estudante quanto aos procedimentos ligados ao mundo do trabalho: disciplina, senso de hierarquia, obediência a normas de convivência corporativa, trabalho em grupo, liderança, criatividade, entre outros. Os autores supracitados ainda afirmam que:

Qualquer trabalho será válido para o amadurecimento de valores laborais e de uma cultura de procedimentos exigidos pela disciplina coletiva, sem que necessariamente esse fazer tenha que ver com as teorias aprendidas na escola. Se ocorrer, tudo bem; se não ocorrer, a validade do estágio não estará descartada (NISKIER; NATHANAEL, 2006, p. 129-130).

No entanto, Niskier e Nathanael (2006), alertam que o estágio não substitui a aprendizagem escolar e entendem que a ligação do estágio com o mundo do trabalho vai muito além da prática dos saberes adquiridos em sala de aula, e sintetiza que o estágio promove a maturidade existencial que “ocasiona uma iniciação de indiscutível riqueza comportamental” (p. 130).

Diante destas manifestações, compreendemos que o estágio curricular do curso técnico estudado, por ser integrado ao ensino médio, contribui para que os estudantes se apropriem de conhecimentos comportamentais e de saberes próprios do ambiente real de trabalho. Aqui entendemos que a apropriação do conhecimento se dá quando aquele que aprende torna-se seguro de tal conhecimento, isto porque, o tornou parte de si. Dessa maneira, a apropriação do conhecimento pelo educando refere-se não como uma simples reprodução de atitudes e comportamentos, mas a posse e construção do conhecimento no sentido da apreensão mental do entender e compreender.

Segundo Kuenzer (2007), as mudanças ocorridas no mundo do trabalho demandam por um trabalhador com habilidades mais amplas em substituição a aprendizagens repetitivas e mecânicas. A partir da substituição dos processos rígidos por processos flexíveis, desloca a necessidade de um trabalhador que apenas saiba fazer, para a articulação de saberes, atitudes e comportamentos, com habilidades de comunicação, o desenvolvimento para trabalhos no coletivo e também habilidades criativas.

Se por um lado o discurso dos sujeitos da pesquisa aponta a importância do estágio curricular para a apropriação de conhecimentos comportamentais e saberes profissionais pelos estudantes, por outro trazem à tona, também, aspectos em que a instituição pode avançar, visando à formação para as relações sociais e profissionais. A esse respeito, professores orientadores e supervisores fazem as seguintes declarações:

“E eles são muito pouco proativos, e eu acho que isso a gente teria que trabalhar mais com eles” (P4, 2019 – Entrevista).

“A aluna apresenta um perfil um pouco tímido, mas que soube interagir com sua equipe direta” (S6-17, 2019 – Documentos).

“Desenvolver habilidades de comunicação interpessoal poderá ajudar a aluna em futuros processos seletivos/trabalhos. No entanto, isto não comprometeu o andamento do estágio” (S11-17, 2019 – Documentos).

“Maior estímulo a autonomia e participação nas atividades” (S17-17, 2019 – Documentos).

Nas entrevistas com os professores orientadores de estágio, questionamos como eles desenvolvem esses comportamentos e atitudes em suas disciplinas, e com isso identificamos que as ações ocorrem de forma pontual, pelo uso de exemplos, por meio de diálogo e de algumas estratégias isoladas em sala de aula, principalmente relacionado aos temas sobre ética, iniciativa, postura profissional e responsabilidade. Além disso, percebeu-se que estes docentes das disciplinas técnicas que são os orientadores de estágio, atribuem a responsabilidade pelo desenvolvimento destes conhecimentos, especialmente, para as disciplinas ligadas as ciências humanas e sociais, citando as disciplinas de filosofia, sociologia e gestão e empreendedorismo. Este fato aponta para uma compreensão fragmentada da construção do conhecimento, em um movimento contrário a interdisciplinaridade, e, portanto, distinta da concepção do currículo integrado. A seguir estão alguns dos relatos que levaram a esta apreensão:

“Eu trabalho química básica com o terceiro ano, então eu costumo, assim, usar muitos exemplos [...] do que já aconteceu, e pergunto: como é que tu procederia? Para eles trazerem, aí eu coloco o que eu acho que é o correto, o que que seria a postura ou a atitude correta. É assim que eu consigo na minha disciplina puxar um pouquinho da questão das competências que eles deveriam ter, ou saberes, enfim, além do conhecimento científico” (P6, 2019 – Entrevista).

“Eu acho que é bastante pessoal, mas eu acho que tem maneiras de fazer. Esse ano eles criaram a metodologia para uma análise na disciplina. [...] Eu acho que isso ajuda eles a ter iniciativa, uma liberdade. [...] Depois eu vou fazer um levantamento com eles para ver se foi válido ou não, mas foi a primeira vez que eu fiz. Eu acho que isso é uma maneira de incentivar” (P3, 2019 – Entrevista).

“Postura ética, que a gente não tem uma disciplina específica, né, mas eu acho que a Filosofia, e às vezes a Sociologia, trabalham um pouco isso. [...] Eu tento, bem nas disciplinas práticas, é onde eu mais tento fazer isso. [...] Porque o conhecimento científico eu acho que a gente faz muito bem na sala de aula, assim na área da química, no técnico em química, a gente realmente dá uma base forte na parte teórica. E aí eu acho que na prática, por isso que eles vão bastante para o laboratório, de ter uma organização de grupo, porque eles vão trabalhar sempre em equipe, e aí eu tento focar nisso, nessa disciplina” (P2, 2019 – Entrevista).

“Dentro das disciplinas a gente sempre tenta estimular um pouquinho de proatividade, para eles não ficarem tão dependentes da gente. Por exemplo numa aula prática, que eu sempre explico: vocês são trinta e eu sou uma para atender todos vocês. Então, algumas coisas eles podem ir se virando sozinhos, eu tento ir estimulando isso neles. E com conversa, mas eu acho que a gente teria que fazer um trabalho a parte, com psicólogo, alguma coisa

assim, uma oficina prática, alguma coisa que demonstrasse o quanto as empresas hoje valorizam a proatividade” (P4, 2019 – Entrevista).

“Além do conhecimento químico, a ética. Por isso que a disciplina que eles têm de empreendedorismo, de administração, que fala sobre ética é muito importante. [...] Mais como coordenadora do que como professora. Eu acho que mais atuando na coordenação, entrando sempre em sala de aula para falar a respeito dos estágios, e nas primeiras 20 horas de orientação de estágio que eles têm no início do ano. Claro que sempre em cada disciplina a gente tenta trabalhar alguma coisa e vai dizer: “oh, quando vocês estiverem fazendo estágio, vocês vão se deparar com uma situação parecida com essa”. Então, são coisas assim” (P1, 2019 – Entrevista).

No relato do orientador P1, observa-se que este ressaltou o componente curricular de Orientação de Estágio, que tem carga horária de 20 horas e é desenvolvido nos dois primeiros meses do calendário acadêmico do 3º ano, como um espaço/tempo destinado para o desenvolvimento dos aspectos comportamentais dos estudantes. Conforme o PPC (IFFAR, 2014a), o componente curricular de Orientação de Estágio deve abordar assuntos relacionados à ética, pontualidade, assiduidade, atividades a serem realizadas, entre outros, no entanto, esta responsabilidade deve ser de todos os educadores que assumem o compromisso com o ensino integrado.

Em se tratando da promoção da autonomia nos estudantes, Araújo e Frigotto (2015), sugerem que a valorização da atividade e da problematização podem ser usadas como estratégias que visam “desenvolver nos estudantes a sua capacidade de agir crítica e conscientemente e de adaptar a realidade às suas necessidades” (p. 73). Quanto a isso, os autores explicam:

A atividade, portanto, na perspectiva da transformação da realidade e visando à ampliação das capacidades humanas, coloca-se como um componente a ser considerado no planejamento, no desenvolvimento e na avaliação das práticas pedagógicas que se querem integradora. A autonomia, condição desejável pelo ensino integrado, é aqui entendida como capacidade de os indivíduos compreenderem a sua realidade, de modo crítico, em articulação com a totalidade social, intervindo na mesma conforme as suas condições objetivas e subjetivas. Em outras palavras, reconhecendo-se como produto da história, mas também como sujeito de sua história (ARAÚJO; FRIGOTTO, 2015, p. 73-74).

Prosseguindo na reflexão, Araújo e Frigotto (2015), colocam que a autonomia também pode ser identificada como a auto-organização ou autodireção dos estudantes, ideia defendida pelo educador soviético Pistrak, na qual a auto-organização dos revelar-se-ia em três capacidades: habilidade de trabalhar coletivamente, habilidade de trabalhar organizadamente cada tarefa, e desenvolvimento da capacidade criativa (ARAÚJO; FRIGOTTO, 2015).

Diante disto, defendemos que, além das estratégias utilizadas pelos docentes do curso, o espaço/tempo destinado para o estágio curricular do curso técnico em química integrado ao ensino médio promove a apropriação de conhecimentos comportamentais e saberes profissionais pelos estudantes, uma vez que envolve a dinâmica das relações sociais e profissionais, em uma prática pedagógica que ultrapassa o espaço escolar.

Quando o conhecimento é obtido com propriedade, ele não tem como característica uma mera repetição sem sentido, ele gera ações determinadas e seguras na sua aplicação, e, portanto, é uma forma de aprendizagem de valor significativo. Dessa forma, a apropriação de conhecimentos comportamentais e saberes profissionais tem uma grande relevância para atender aos objetivos da formação humana integral, assim como defendem Araújo e Frigotto (2015, p. 77), que “a articulação entre trabalho e ensino deve servir para formar homens omnilaterais, ou seja, promover e desenvolver amplas capacidades humanas, intelectuais e práticas”. Portanto, a apropriação de conhecimentos comportamentais e saberes profissionais se constitui como um elemento formativo que qualifica o espaço/tempo do estágio curricular do curso estudado.

4.2.2 Articulação entre instituições, teoria e prática, sujeitos e o mundo do trabalho

Esta categoria evidencia as articulações que apresentam potencial pedagógico capaz de qualificar o espaço/tempo do estágio e contribuir para a formação integral. Nesse sentido apresento a seguir duas proposições possíveis de serem sustentadas por dados e contribuições teóricas.

4.2.2.1 A articulação entre a instituição de ensino e a parte concedente é determinante para a consolidação do estágio como ato educativo

Esta proposição valoriza a articulação entre a instituição de ensino e o local do estágio (ou parte concedente), que quando alinhados, em sintonia, em busca do mesmo objetivo, trazem muitos benefícios a todos os envolvidos, especialmente para a aprendizagem do estudante no espaço/tempo destinado ao estágio curricular.

O estágio como ato educativo é aquele que prioriza o caráter pedagógico e se distancia da antiga concepção de estágio como aporte de mão de obra para o mercado de trabalho, que assim era tratado uma vez que a legislação brasileira, inicialmente, definia o estágio a partir do interesse das empresas, não havendo nenhuma preocupação com o aspecto pedagógico desta atividade.

A atual Lei dos Estágios, Lei nº 11.788/08 (BRASIL, 2008a), busca superar esta concepção alienada, e assegurar que o estágio se constitua como um momento de aprendizagem, e, portanto, uma ação pedagógica de acordo com o interesse das instituições de ensino. No entanto, Colombo e Ballão (2014), alertam que para executá-la plenamente e de maneira adequada, torna-se imprescindível a atuação dos gestores em educação, “pois ela por si só não supera as dicotomias conceituais historicamente enraizadas em nossa cultura” (p. 184).

A Lei dos Estágios estabelece as responsabilidades de cada uma das partes envolvidas no processo de estágio, determinando questões de ordem administrativa, mas também em relação ao aspecto pedagógico dos estágios. Assim, no seu artigo 7º, a referida lei aponta que cabe à instituição de ensino “celebrar termo de compromisso com o educando e com a parte concedente, indicando as condições de adequação do estágio à proposta pedagógica do curso”, e “zelar pelo seu cumprimento”. Já no artigo 9º, a lei indica que cabe a parte concedente, além de “celebrar termo de compromisso com a instituição de ensino e o educando, zelando por seu cumprimento”, deve “ofertar instalações que tenham condições de proporcionar ao educando atividade de aprendizagem social, profissional e cultura” (BRASIL, 2008a).

Conforme Ciavatta (2005, p. 100), “as experiências de formação integrada não se fazem no isolamento institucional”, e diante disso, defendemos que o trabalho conjunto, ou melhor, a articulação entre a instituição de ensino e a parte concedente no intuito de fortalecer o estágio como ato educativo, ajuda a “evitar que esta atividade curricular se torne uma forma de precarização nas relações de trabalho” (COLOMBO E BALLÃO, 2014, p. 173).

Apesar disso, ainda é possível encontrar algumas situações em que a atividade de estágio se desvincula do processo curricular de aprendizagem, e a parte concedente determina tarefas pouco “educativas” ao estagiário, ou que não proporcionam uma aprendizagem significativa. Esta questão vai de encontro com os

dados obtidos no questionário aplicado aos estudantes quanto às atividades desenvolvidas no estágio, no qual 38,1% dos participantes declararam que as atividades desenvolvidas tinham relação parcial com as disciplinas/conteúdos do curso. Algumas declarações dos estudantes ajudam a explicar esta percepção, conforme pode ser visto nos fragmentos a seguir:

“Eu senti que estava lá para fazer as coisas que ninguém mais queria ou tinha tempo pra fazer. Foram poucas as vezes que realmente pude me sentir uma técnica em química e usar os meus conhecimentos” (A20-17, 2019 - Questionário).

“Práticas que são propostas pelo professor em alguns lugares não são cumpridas, colocando os estagiários para fazer outros serviços não coerentes com a proposta do estágio” (A11-18, 2019 - Questionário).

“Algumas empresas deveriam deixar os estagiários trabalharem mais na sua função, de técnico em química, e não em outras atividades que não sejam dessa função” (A12-18, 2019 - Questionário).

Nas entrevistas com os professores, também observamos algumas declarações nesse mesmo sentido:

“Eles (os estagiários) relatam muito que só lavam vidrarias, que só observam, que não podem tocar em nada, e tem algumas coisas que eles podem fazer” (P4, 2019 – Entrevista).

“Tem algumas (empresas) que botam, infelizmente, lavar vidraria mais do que qualquer outra coisa” (P6, 2019 – Entrevista).

Pode-se associar estas manifestações com outro aspecto avaliado junto aos estudantes, quanto a percepção enquanto a sua valorização durante a realização do estágio, em que 9,8% dos estudantes afirmaram não terem se sentido valorizados, e 41,5% se sentiram parcialmente valorizados. Como podemos ver, menos da metade dos estudantes afirmaram terem se sentido valorizados durante o estágio. As declarações a seguir, de um estudante e de um professor orientador, podem ajudar a compreender estes dados:

“Nos deixavam durante um longo período de tempo sem nos designarem à alguma atividade” [...] “pareciam não querer perder muito tempo com a gente” (A28-16, 2019 - Questionário).

“Eles (os estudantes) falam que não podem fazer muita coisa, que não deixam eles fazer muita coisa” (P3, 2019 – Entrevista).

Esses fragmentos dão indícios que em alguns locais de estágio o estagiário executa tarefas repetitivas e simples, o que aponta para um distanciamento da

atividade de estágio quanto aos seus objetivos de caráter pedagógico, e portanto, da atual concepção de estágio como ato educativo, nos levando a associar o estagiário como um aporte de mão de obra melhor qualificada e de baixo custo para a empresa, ou, nas palavras de Colombo e Ballão (2014, p. 178), “mera substituição de trabalho regular”.

Colombo e Ballão (2014, p. 173), afirmam ainda que “a prática do estágio não pode ser confundida com a aplicação de mão de obra barata (precarizada) a ser utilizada nas empresas”, e, como já explicitamos anteriormente, a atual lei de estágio tenta coibir essas situações, mas sem uma fiscalização efetiva e um reconhecimento/esclarecimento sobre a função do estágio na formação dos estudantes, estas situações continuarão a ocorrer. Por isso defendemos a efetiva articulação entre instituição de ensino e parte concedente, com o intuito de deixar claro os objetivos do estágio e com que tipo de educação a instituição está comprometida.

Além disso, para Colombo e Ballão (2014, p. 173), o estágio se torna ainda mais proveitoso “quando está ligado à realidade econômica em que a escola está inserida, pois, com a interação – entre o aluno, a empresa e a escola –, há um ganho pedagógico para todos”. Ressaltam ainda que (p. 182), “para ampliar as possibilidades pedagógicas do estágio, é altamente recomendado que se tenha relações perenes com boas empresas. Isto possibilitará uma relação para além do estágio”. Quanto a isto, os autores explicam que o estágio pode ser “uma porta de entrada para empreender, inovar, estender conhecimento, fazer pesquisa, e empregar”, além de funcionar como “cartão de visita da qualidade dos estudantes da escola e uma vitrine das potencialidades”. Para os autores, esta relação com as concedentes de estágio “irão fatalmente evoluir para outras parcerias de enriquecimento mútuo, tendo um ganho pedagógico, social e econômico desejado por todos” (COLOMBO; BALLÃO, 2014, p. 182).

Na presente investigação, os dados produzidos nos permitem fazer algumas aproximações quanto a possibilidade de crescimento e aprendizagem para todos os envolvidos na atividade de estágio. A declaração a seguir, de um supervisor de estágio, retrata algumas contribuições do estágio para a parte concedente:

“(o estagiário) propôs discussões e sugeriu melhorias em análises e instruções de laboratórios” (S2-18, 2019 – Documentos).

Já os fragmentos a seguir demonstram as contribuições positivas do estágio, na visão dos estudantes egressos, quando a articulação entre as instituições é eficiente:

“Ver a importância que o meu curso técnico possui na comunidade” (A18-16, 2019 - Questionário).

“desenvolvimento do caráter empreendedor criativo” (A2-18, 2019 - Questionário).

Além disso, acreditamos que a articulação e parceria entre a instituição de ensino e a parte concedente pode proporcionar benefícios também para o projeto pedagógico do curso, que tem a oportunidade de enriquecer o currículo a partir das sugestões recebidas da parte concedente, não no sentido de atender as demandas do mercado de trabalho, mas “em termos de compromisso ético para com os estudantes e a sociedade” (BRASIL, 2012, Art. 18), sendo capaz de identificar suas fragilidades e promover uma formação que reconhece as mudanças do mundo do trabalho e está atenta as inovações tecnológicas e as oportunidades de trabalho do setor produtivo local e regional. Esse enfoque também está nas DCNEP, ao determinar que a “vocação regional e às tecnologias e avanços dos setores produtivos pertinentes” devem ser consideradas na organização curricular dos cursos técnicos de nível médio (BRASIL, 2012, Art. 22).

Quanto a isto, Ciavatta (2005, p. 99), defende que se ao mesmo tempo que a educação “não pode ser reduzida às necessidades estritas do mercado de trabalho, ela não pode ser alheia às suas necessidades de sobrevivência e às exigências da produção econômica, como campo onde os sujeitos sociais retiram os meios de vida”. A partir disto, a autora argumenta que as oportunidades locais de trabalho devem ser identificadas e consideradas como parâmetros norteadores do processo educativo.

Para Bastos (1998, p. 25), as transformações tecnológicas recompõem as relações da escola com a empresa:

Não se trata de uma relação produtiva, visando exclusivamente o emprego e mercado. A escola não transmite aos alunos somente conhecimentos para serem aplicados posteriormente pelo trabalho na empresa. A relação da escola com a empresa é mais substantiva, no sentido de uma comunicação, não de uma extensão do conhecido pelas teorias e pelos livros, mas pela geração de um saber que se constrói no laboratório da escola e da vida. Por conseguinte, o relacionamento da escola com a empresa deve ser na base da comunicação de saberes que contêm não só princípios e práticas formais,

mas atitudes de inventores de novos saberes forjados nas relações internas da escola, na comunicação entre aluno/professor e na busca da investigação pelo contato das teorias com as práticas (BASTOS, 1998, p. 25).

Ademais, ao observar o objetivo geral do curso estudado, podemos identificar essa relação: “A formação do profissional ocorrerá de acordo com as tendências tecnológicas da região e em consonância com as demandas dos setores produtivos” (IFFAR, 2014a, p. 10). Diante disso, defendemos que o estágio curricular, ao aproximar e articular a instituição de ensino aos arranjos produtivos locais, contribui para o acompanhamento e identificação das oportunidades e demandas da sociedade.

Na pesquisa realizada, como já apresentamos anteriormente, identificamos que as farmácias de manipulação foram as empresas que receberam o maior número de estagiários no período estudado, sendo responsáveis por quase 40% dos estágios do curso, e que conforme a matriz curricular vigente (IFFAR, 2014a), o curso não possui nenhuma disciplina que abrange conhecimentos da área farmacêutica. Uma vez que as oportunidades de estágio curricular também se refletem como as oportunidades de trabalho futuro para os egressos, este fato não pode ser ignorado pela instituição de ensino, que precisa repensar a estrutura curricular do curso para atender esta demanda de formação.

Esta fragilidade do curso foi também observada nas manifestações dos estudantes e dos professores orientadores, conforme segue:

“A farmácia me exigia conhecimento sobre farmácia, mas esse não é um conteúdo do curso” (A25-18, 2019 - Questionário).

“Em algumas áreas falta (conhecimentos), por exemplo, a farmácia. Sobre farmácias eles não têm nada” (P3, 2019 – Entrevista).

“Observando a microrregião aqui, eles poderiam ter mais conhecimento, poderiam ter uma disciplina específica [...] da área farmacêutica. Então acaba que em alguns casos eles teriam que ter mais conhecimento, mas acaba não tendo” (P5, 2019 – Entrevista).

“Principalmente com relação a parte de manipulação de medicamentos, eles não têm nenhuma disciplina” (P4, 2019 – Entrevista).

“Em termos de conhecimento científico, eu acho que a gente só tá pecando mesmo na área da farmácia, farmacêutica, [...] já veio pedido da supervisora várias vezes, vários estágios, de nós ter pelo menos uma introdução, porque eles chegam lá sem saber o que que é uma manipulação de medicamento, e a gente não prepara eles aqui dentro para isso” (P2, 2019 – Entrevista).

Conforme o último excerto, a instituição de ensino já recebeu pedidos dos supervisores de estágio quanto a inclusão de conteúdos da área farmacêutica na matriz curricular do curso. Este fato foi confirmado por meio da análise documental, na qual identificamos estas sugestões dos supervisores nos documentos analisados, conforme segue:

“Que seja fornecido ao aluno mais conhecimentos da área farmacêutica, matérias no curso com ênfase em farmácia” (S19-17, 2019 – Documentos).

“Mais aulas práticas voltadas para a área de manipulação” (S20-17 e S23-17, 2019 – Documentos).

“Ter mais aulas práticas na área (manipulação/laboratório)” (S1-18 e S3-18, 2019 – Documentos).

“Poderia esclarecer para o aluno qual sua responsabilidade como técnico em um laboratório, preparando ele para a manipulação de medicamentos” (S12-18, 2019 – Documentos).

“Incluir na grade curricular mais aulas práticas referente a laboratório de manipulação” (S25-18, 2019 – Documentos).

Quanto a isto, conforme a opinião de um orientador entrevistado, *“é questão de ajuste do currículo, e isso que a gente tá trabalhando agora” (P5, 2019 – Entrevista).* Com isso, cabe ressaltar que o PPC do curso estudado, assim como dos demais cursos técnicos integrados ao ensino médio do IFFar, passaram por revisão durante o ano de 2019, e, conforme informações repassadas através das entrevistas com os professores orientadores que participaram deste processo, conteúdos da área farmacêuticas foram incluídos na ementa da disciplina de Processos Industriais.

Outro aspecto que podemos relacionar com a articulação entre a instituição de ensino e o local de estágio, é quanto a carga horária destinada para a realização do estágio curricular do curso, pois representa o tempo que o estudante permanece no local de estágio, que precisa ser o suficiente para atender os objetivos e a função do estágio curricular do curso.

No PPC do curso TQI, objeto desta investigação, está previsto a realização do estágio curricular supervisionado obrigatório de 60 horas. Quando observamos as declarações dos supervisores, dos orientadores e dos estudantes em relação a carga horária, percebemos que existem diferentes entendimentos a esse respeito.

Entre os estudantes que responderam ao questionário desta pesquisa, 50% consideram as 60 horas de estágio curricular suficiente, e 7,1% responderam que a carga horária não é suficiente. Já entre os supervisores de estágio que escreveram

sugestões para a instituição de ensino, percebe-se opiniões no sentido de aumentar a carga horária, como nas seguintes declarações:

“Possibilitar tempo maior de estágio ou pelo menos mais dias na semana, para que o aluno/estagiário possa acompanhar o processo da indústria por completo” (S13-18, 2019 – Documentos).

“Aumentar a carga horária do estágio obrigatório” (S10-17, 2019 – Documentos).

Entre os professores orientadores observou-se opiniões diferentes quanto a carga horária, alguns sugerem aumentar e outros sugerem diminuir, mas o que se nota é uma clareza quanto aos motivos da carga horária do estágio ser de 60 horas, como pode ser visto nas seguintes declarações:

“Eles têm pouco horário disponível, só às terças e quartas de tarde, e às vezes sábado de manhã. A nossa ideia é diminuir o tempo do estágio, mas não retirá-lo da grade” (P1, 2019 – Entrevista).

“Eu acho pouco 60 horas. É, eu acho que podia aumentar um pouquinho mais. Apesar de que, ao mesmo tempo, eu acho que é bem puxado pra eles, junto, integrado ao terceiro ano, com aula manhã e tarde [...] em termos de experiência de trabalho, devia ser umas 90 horas. Mais que isso não dá, pro integrado. Tem tudo o que tem no resto dos outros anos, mais estágio” (P2, 2019 – Entrevista).

“Eu acho que 60 horas é o suficiente pra eles terem uma noção boa do processo. Eu gostaria até que fosse mais horas, só que tem várias questões que dificultam, ou impossibilitam. Uma delas é que o terceiro ano é a parte final da formação deles no ensino médio, eles têm outras atribuições, outras atividades que eles fazem” (P5, 2019 – Entrevista).

Quanto a isso, Colombo e Ballão (2014, p. 183), defendem que é “absolutamente imprescindível” que o estágio apareça nos planos dos cursos técnicos e superiores, e explicam que a “quantidade de horas para tal e o tipo de prática [...] estão diretamente ligadas ao perfil e robustez da formação técnica desejada”, no entanto, ressaltam que “às vezes, uma grande quantidade de horas de estágio previsto no plano pode ser boa no papel, mas na prática pode representar um desastre pedagógico” (COLOMBO; BALLÃO, 2014, p. 183).

Cabe destacar que o PPC do curso estudado, prevê, para além do estágio curricular de 60 horas, outras atividades para a realização de práticas profissionais pelos estudantes, em diferentes situações de vivência, aprendizagem e trabalho, como:

Experimentos e atividades específicas em ambientes especiais, tais como laboratórios, oficinas, entre outros, bem como investigação sobre atividades

profissionais, projetos de pesquisa e/ou intervenção, visitas técnicas, simulações, observações e outras (IFFAR, 2014a, p. 26).

Desta forma, nota-se que a instituição de ensino considera as questões que dificultam, ou até impossibilitam a realização de uma carga horária maior de estágio curricular, por uma questão organizacional e pedagógica do curso técnico integrado. Contudo, o que pode ser melhorado na articulação com a parte concedente, e com os estudantes envolvidos, é esclarecer as funções do estágio na matriz curricular deste curso, e os motivos da organização curricular do curso prever 60 horas de estágio curricular, o porquê não são mais horas, e, especialmente, que a realização da carga horária prevista, assumida por todos os envolvidos como um ato educativo, é suficiente para apropriação de conhecimentos e saberes comportamentais, e para a efetivação da práxis no espaço/tempo destinado ao estágio curricular do curso.

Diante do exposto, acreditamos que a articulação efetiva entre instituição de ensino e a parte concedente, quando assumem juntas o “compromisso com a formação ampla dos trabalhadores e a articulação dos processos de formação com o projeto ético-político de transformação social” (ARAÚJO; FRIGOTTO, 2015, p. 67), consolidam o estágio curricular como um momento de aprendizado para os estudantes, capaz de propiciar contribuições para todos os envolvidos. Assim, corroboramos com a ideia de Colombo e Ballão (2014), que se trabalharmos para isso, o estágio na educação brasileira deixará de ser uma forma de trabalho precarizado e passará a ser uma ação pedagógica transformadora na preparação dos profissionais, ao mesmo tempo em que se criam elos de reforço mútuo entre a escola, o currículo e o setor produtivo.

4.2.2.2 A articulação entre teoria e prática e a interação entre os sujeitos promove a efetivação da práxis

Esta proposição destaca a relação entre teoria e prática estabelecida no contexto do estágio curricular e faz referência as interações que ocorrem entre o estagiário, o professor orientador e o supervisor da parte concedente no sentido de promover a efetivação da práxis, que é capaz de qualificar o espaço/tempo de estágio e contribuir para a formação integral dos estudantes. Portanto, esta proposição será abordada por diferentes aspectos que se cruzam entre si, iniciando por algumas considerações a respeito da articulação entre teoria e prática, conforme segue.

Sobre a articulação entre teoria e prática, Araújo e Frigotto (2015), explicam que ela tem sido pensada sob diferentes perspectivas: por justaposição, por subordinação de um elemento a outro (da prática sobre a teoria ou da teoria sobre a prática) ou por unidade indissolúvel. No entanto, os autores defendem que os projetos de ensino integrado devem ser orientados sob a perspectiva de unidade indissolúvel entre teoria e prática, e explicam:

Sob a ótica da unidade, a distinção entre teoria e prática se dá no seio de uma unidade indissolúvel que pressupõe uma relação de autonomia e dependência de um termo em relação ao outro. Na visão de unidade, a teoria nega a prática imediata para revelá-la como práxis social, a prática nega a teoria como um saber autônomo, como puro movimento de ideias e a teoria e prática são tidos como dois elementos indissolúveis da “práxis”, definida como atividade teórico-prática (ARAÚJO; FRIGOTTO, 2015, p. 71).

A indissociabilidade entre teoria e prática nos processos de ensino e de aprendizagem também está entre os princípios norteadores da educação profissional técnica de nível médio (BRASIL, 2012, Art. 6), exigindo o desenvolvimento de metodologias de ensino na perspectiva da integração. Para Ciavatta (2005, p. 84), integrar remete ao sentido de “completude, de compreensão das partes no seu todo”, e assim, a formação integrada é aquela que estabelece relações concretas entre os conhecimentos escolares e a realidade do mundo do trabalho e da vida em sociedade. Nessa perspectiva, a educação profissional técnica de nível médio visa a formação de cidadãos capazes de compreender a “sua realidade específica e da relação desta com a totalidade social” (ARAÚJO; FRIGOTTO, 2015, p. 64).

Diante disso, entendemos o estágio curricular dos cursos de educação profissional como um espaço/tempo que possibilita a aprendizagem teórico-prática no processo de formação, pois ao articular os conteúdos escolares e o conhecimento da realidade, contribui para a efetivação da práxis, e, conseqüentemente, para o desenvolvimento dos estudantes para a vida cidadã e para o trabalho. No entanto, muitos estudantes, ainda, associam o estágio à “parte prática” do curso, sendo que esse entendimento acaba produzindo posturas dicotômicas, que tratam teoria e prática de forma isolada.

Para dar início à essa discussão, apresentamos a seguir algumas manifestações dos estudantes e dos professores orientadores que fornecem as primeiras aproximações sobre esse assunto. Perguntamos a estes sujeitos quais as

principais contribuições do estágio para a formação dos estudantes, e algumas das respostas podem ser vistas na sequência:

“Poder praticar aquilo que foi aprendido no curso” (A6-16, 2019 - Questionário).

“Colocar em prática o que se aprendeu na teoria” (A8-17, 2019 - Questionário).

“Pude colocar em prática diversos conteúdos estudados apenas em teoria” (A21-17, 2019 - Questionário).

“A vivência do estágio ajuda o estudante a findar o ciclo de estudos e pôr em prática, por si só, seus conhecimentos” (A24-17, 2019 – Questionário).

“Contribuiu para a formação acadêmica vindo na prática a teoria, analisando realmente o modo que as coisas acontecem, os processos e análises” (A25-17, 2019 - Questionário).

“Colocar em prática no mercado de trabalho todo o aprendizado do curso” (A5-18, 2019 - Questionário).

“O estágio é parte fundamental do curso, é quando se coloca em prática e reforça o conhecimento adquirido no decorrer do curso técnico” (A23-18, 2019 - Questionário).

“É quando eles vão para fora, para as empresas, é quando eles vão botar na prática aquilo que eles viram na parte teórica aqui dentro (no IFFAR)” (P1, 2019 – Entrevista).

“Usar os conceitos que eles trabalham aqui (no IFFAR), lá (na parte concedente), na aprendizagem deles da parte prática. É claro, por mais que a gente tenha disciplinas práticas, o meio profissional é totalmente diferente” (P2, 2019 – Entrevista).

Assim como afirmam Pimenta e Lima (2012, p. 33), que “o estágio sempre foi identificado como a parte prática dos cursos de formação profissional, em contraposição a teoria”, as narrativas anteriores indicam que alguns sujeitos envolvidos na investigação realizada, atribuem ao estágio o significado de “prática”, o que sugere uma visão dicotômica sobre o currículo do curso, isto é, entendem o currículo de uma forma fragmentada, no qual há uma separação entre a teoria e a prática.

Para Araújo e Frigotto (2015, p. 71), na visão dicotômica que separa teoria e prática, “a prática é uma aplicação da teoria (percepção de uma relação mecânica de dependência)”. Esta visão fragmentada se distancia da concepção de currículo integrado a qual a instituição de ensino se fundamenta, e segundo Araújo e Frigotto (2015, p. 71), “essa visão predomina nas práticas de educação profissional que reproduzem a dualidade educacional brasileira”.

Por outro lado, na entrevista com um professor orientador, identificamos outro aspecto da relação entre teoria e prática, que se aproxima da ideia da articulação como fundamental para a construção do conhecimento, assim como afirma Pacheco (2020, p. 16): “Nem a prática, nem a teoria podem, isoladamente, produzir conhecimento. Tanto o empirismo, como o academicismo são insuficientes para a compreensão da realidade”. A declaração do professor orientador pode ser vista a seguir:

“Todo o conhecimento que eles vão construindo em cima da prática. Então pra mim, aliar o teórico com o prático é fundamental, e por isso que eu julgo que é imprescindível o estágio” (P5, 2019 – Entrevista).

Esta manifestação evidencia que não se trata de apenas “fazer”, e sim de saber o que se está fazendo, ou um fazer consciente. De acordo com Kuenzer (2003, p. 9):

A prática, portanto, compreendida não como mera atividade, mas como enfrentamento de eventos, não se configura mais como simples fazer resultante do desenvolvimento de habilidades psicofísicas; ao contrário, se aproxima do conceito de práxis, posto que depende cada vez mais de conhecimento teórico.

No mesmo sentido, Pacheco (2020), afirma que o conhecimento está vinculado à prática social e a sua inserção no processo produtivo, e destaca que “o conhecimento não é produzido pela especulação teórica, nem pela simples percepção, mas pela prática, refletida e, posteriormente, transformada em teoria” (p. 15).

Quanto a valorização da relação entre teoria e prática, Kuenzer (2003), defende que esta decorre das mudanças no mundo do trabalho, o que traz à tona a preocupação pedagógica de promovê-las nos cursos de formação para os trabalhadores. É a articulação entre teoria e prática que possibilita a mobilização dos conhecimentos para o enfrentamento das situações novas, não previsíveis, do ambiente de estágio, dentro de um contexto real de trabalho.

Nesse sentido, para o agir consciente e autônomo diante as situações reais de trabalho, é necessária a reflexão crítica sobre a atividade, num processo de ação-reflexão-ação, que torna possível a constituição da unidade teórico-prática, isto é, a efetivação práxis. Conforme Freire (1996, p. 11), “a reflexão crítica sobre a prática se torna uma exigência da relação teoria/prática sem a qual a teoria pode ir virando

blábláblá e a prática, ativismo”. Quanto a isso, Piconez (2012, p. 24-25), afirma que “com a prática da reflexão sobre a prática vivida e concebida teoricamente, são abertas perspectivas de futuro proporcionadas pela postura crítica, mais ampliada, que permite perceber os problemas que permeiam as atividades e a fragilidade da prática”, e isso colabora para a (re)elaboração de conhecimentos, atribuindo assim valor e significado aos estágios curriculares.

Todavia, o processo de reflexão crítica nem sempre acontece de forma automática, principalmente se considerarmos os jovens estudantes dos cursos técnicos integrados ao ensino médio, que ainda estão em processo de formação, portanto, a reflexão precisa acontecer de modo intencional e sistemático. Nesse sentido, é fundamental a atuação conjunta dos sujeitos do estágio, com o intuito de desenvolver um trabalho pedagógico integrado, que promova a reflexão sobre atividade, em um “contínuo movimento entre teoria e prática, entre pensamento e ação” (KUENZER, 2003, p. 15).

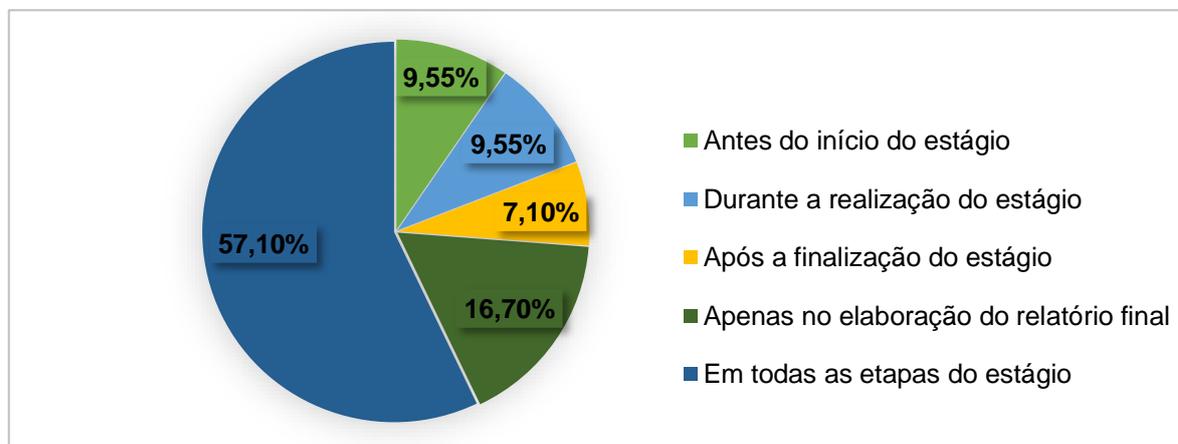
A respeito disso, Piconez (2012, p. 27), salienta que “na relação dialógica, a troca de opiniões e experiências contribui para a elaboração de novos conhecimentos”. Kuenzer (2003, p. 17), destaca ainda que no tempo de aprendizagem assistida “se dê cuidadosa atenção a mediação pedagógica” que é promovida pelos distintos sujeitos envolvidos, e sugere que estes “devem estabelecer profunda integração, de modo a propiciar articulação entre as práticas e as discussões teóricas destas mesmas práticas”. Diante disso, fica evidente a importância do professor orientador e do supervisor da parte concedente para a aprendizagem dos estudantes que realizam o estágio curricular, bem como a necessidade de espaços para o diálogo e interação entre estes sujeitos.

Dito isto, voltamo-nos novamente para os dados produzidos nesta investigação, com o intuito de compreender como acontecem a orientação, a supervisão do estágio e as interações entre os sujeitos no contexto desta investigação.

Para iniciar a discussão sobre a orientação do estágio, que ocorre entre o professor orientador e o estagiário, lançamos um olhar sobre as respostas dos estudantes egressos a pergunta do questionário sobre os momentos que aconteceram a orientação do estágio por parte do professor. Como pode ser observado no gráfico 6, a maior parte dos estudantes que participou da pesquisa declarou que a orientação aconteceu em todas as etapas do estágio, no entanto, uma parcela considerável de

estudantes (23,8%), respondeu que a orientação aconteceu somente após o final do estágio ou apenas na etapa de elaboração do relatório.

Gráfico 6 – Momentos que aconteceu a orientação do estágio



Fonte: Elaborado pela autora.

Já os registros das fichas de acompanhamento das orientações, preenchidas pelos professores orientadores, indicam que a maior parte das orientações de estágio aconteceram após a finalização do estágio e tinham foco principal na elaboração e escrita do relatório. Poucos são os registros com datas anteriores ao início do estágio ou durante o período de sua realização, para orientações prévias e ou discussões da prática enquanto esta acontecia. Apesar disso, nas fichas de avaliação do estágio, todos os professores orientadores classificaram como boa ou ótima a interação estagiário-orientador.

Nas entrevistas com os professores orientadores também questionamos sobre como aconteciam os momentos de orientação com os estagiários. Alguns trechos destas entrevistas podem ser vistos a seguir:

“Quando eles estão na empresa, eles pouco nos procuram, enquanto eles estão atuando, porque é tão rapidinho aquelas 60 horas, que uma ou duas vezes, no máximo, eles nos procuram durante o estágio. Eles nos procuram para escrever. Normalmente, tem uma primeira reunião com eles para dizer: ‘oh o relatório é assim, assim, assim, tenta fazer nesse sentido, descreve as atividades’. Aí eles esquematizam o relatório, e vão mandando por e-mail, aí só é troca de e-mails. Aí quando tem um conteúdo mais ou menos, a gente faz mais uma presencial: ‘oh, aqui não tá bom, aqui tem que mudar’. E depois mais uma ou duas presencial, para preparar pra defesa. [...] E eles procuram muito pouco a gente durante o estágio” (P3, 2019 – Entrevista).

“Quando eles já estão na metade do estágio que eles começam a ver que eles têm que fazer o relatório, aí a gente faz uma primeira orientação. [...] É mais acerca do relatório mesmo” (P4, 2019 – Entrevista).

Nesses discursos dos professores em relação a sua atuação como orientador de estágio revela ser ainda incipiente a interação e a estimulação para a reflexão crítica. Já a declaração adiante, de um orientador, apresenta uma atuação mais voltada para o estímulo a reflexão e compreensão dos processos realizados no estágio, por meio do diálogo e interação com o supervisor da parte concedente.

“A orientação ocorre na maioria por e-mail, no entanto a gente tem vários encontros também pessoais. O papel do orientador é esse, observar, ver as dificuldades, se o aluno está tendo dificuldade absurda lá de entender como funciona o processo, ir lá e conversar: ‘Tem livro aqui, vamos entender um pouquinho como funciona, ver com o teu supervisor’. Então nesse sentido aí a gente pode acabar ajudando enquanto orientador” (P5, 2019 – Entrevista).

Como se vê, a elaboração do relatório do estágio é bastante enfatizada quando se trata da relação entre professor orientador e estagiário. Outros fragmentos das entrevistas nos dão mais subsídios para interpretações a este respeito:

“Primeiro eu reúno eles e daí já dou um modelo de relatório, para eles já comecem pensando no relatório no início do estágio. Dou algumas orientações da prática lá na empresa, um pouquinho antes deles iniciar na empresa. Aí quando eles iniciam, ele vem aqui me dando os pareceres de como tá indo, e depois, lá na metade do estágio, a gente começa a conversar e fazer pelo menos a parte introdutória do relatório. E daí no final do estágio, eles vêm pra terminar a parte das atividades de estágio, o que eles fizeram, e terminar o relatório e se preparar para a banca” (P2, 2019 – Entrevista).

“De todo esse momento do estágio, o que mais eles têm dificuldade é na escrita do relatório, principalmente com relação à formatação, como escrever e erros de concordância. Embora isso venha sendo trabalhado com eles desde o primeiro ano, eles fazem relatório de aula prática, eles aprendem o que é a norma ABNT, eles ainda têm muita dificuldade nessa sistematização final” (P4, 2019 – Entrevista).

“Eles vão tendo dificuldades no seguinte sentido: relatório é para relatar, e eles, na maioria dos casos, eles querem fazer muita revisão. Aí aparece muita revisão teórica e pouca parte prática que eles fizeram. No início é o Bicho de Sete Cabeças e depois quando eles começam a ver que tem uma estrutura, aí a gente vai dando orientação, daí fica mais tranquilo para eles, e no final, beleza. Então, a gente já procura montar o relatório de uma maneira pensando já na apresentação” (P5, 2019 – Entrevista).

“A maior dificuldade no relatório deles é realmente trazer o relato do que eles fizeram. [...] Eles têm uma dificuldade de colocar no papel claramente o que que ele realmente fez, como é que foi a experiência, eles têm um pouco de dificuldade de relatar realmente a experiência” (P6, 2019 – Entrevista).

Nota-se que esses professores solicitam que o estagiário faça uma descrição dos fatos vivenciados no estágio, contudo, não o orienta a fazer questionamentos mais amplos que poderiam levá-lo a pensar sobre as atividades realizadas, a fim de compreendê-las sob diferentes aspectos e relacioná-las a conhecimentos

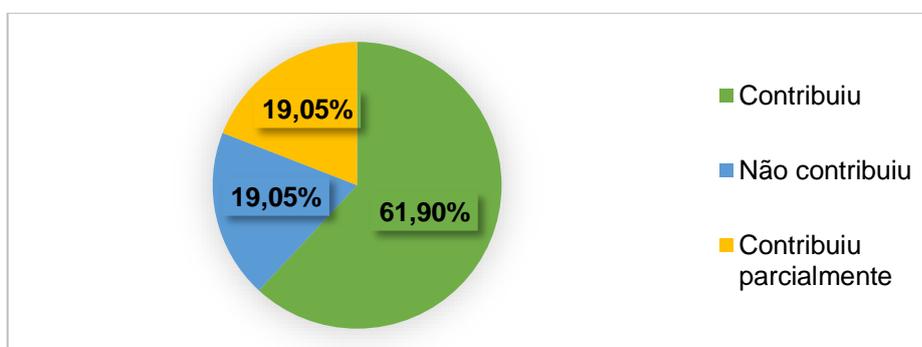
anteriormente adquiridos. O efeito deste tipo de orientação quanto a parte escrita do estágio, é a produção de relatórios com característica mais descritiva.

Quanto a isso, em um estudo sobre os relatórios de estágio de cursos integrados de nível médio de um *campus* do IFFar, Pokulat e González (2019), identificaram que os relatórios apresentados eram textos de baixa qualidade, que não atingiam os objetivos de reflexão sobre as atividades realizadas pelos estagiários, isso devido a diferentes exigências e orientações quanto a construção do relatório, com base nas referências que cada professor importava de sua respectiva formação. O resultado deste estudo, assim como na presente pesquisa, permite destacar a importância que o professor orientador possui, tanto acompanhando o estagiário durante o processo como na reflexão sobre as atividades do estágio e na elaboração de relatórios reflexivos sobre os aprendizados que o estágio proporciona.

Nesta perspectiva, o relatório do estágio é muito mais que a simples descrição das atividades realizadas, e resulta em uma redação que integra o pensamento e a ação. O orientador, por sua vez, ao promover a reflexão crítica sobre as atividades realizadas, conduz o estágio para um fazer significativo aos estudantes, e assim deixa de ser apenas um revisor de relatório, e tem um papel fundamental para o aprendizado e para a formação integral.

Estas observações se refletem também nas respostas dos estudantes a outra pergunta do questionário, sobre a contribuição do professor orientador para o seu aprendizado durante o estágio. Conforme o gráfico 7, a maioria respondeu que o professor contribuiu, no entanto, é elevado o percentual de estudantes que afirmou que o professor orientador não contribuiu para o aprendizado.

Gráfico 7 – Contribuição do orientador para o aprendizado durante o estágio



Fonte: Elaborado pela autora.

Esses dados vêm de encontro com o relato de alguns egressos, que podem ajudar a compreender estas respostas, como pode ser visto na resposta de três estudantes, quando questionados sobre o que poderia melhorar no estágio:

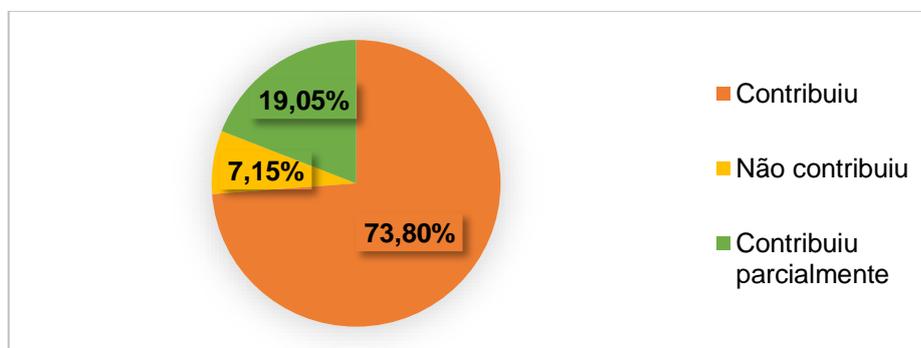
“Maior interesse dos professores no estágio e não só na elaboração e apresentação do relatório” (A10-17, 2019 - Questionário).

“Maior envolvimento do professor orientador durante a realização do estágio” (A12-18, 2019 - Questionário).

“Os professores orientadores poderiam visitar o local de estágio do aluno pelo menos uma vez durante sua realização” (A26-18, 2019 - Questionário).

No que se refere a supervisão do estágio, que ocorre entre o supervisor da parte concedente e o estagiário, buscamos compreender como ela ocorreu com base nas respostas do questionário aplicado aos estudantes egressos. Quando questionados se o supervisor contribuiu para o seu aprendizado durante o estágio, de acordo com as respostas apresentadas no gráfico 8, 26,2% dos egressos declararam que o supervisor não contribuiu, ou contribui apenas parcialmente para o aprendizado durante a realização do estágio.

Gráfico 8 – Contribuição do supervisor para o aprendizado durante o estágio



Fonte: Elaborado pela autora.

Acerca disso, nas respostas dos questionários alguns estudantes manifestaram-se a respeito:

“No local que estagiei havia somente uma farmacêutica, que dificilmente estava presente, as demais colegas do laboratório não possuíam formação, portanto não sabiam explicar muitas coisas quanto a parte química dos processos” (A18-16, 2019 - Questionário).

“Tive dificuldade para entender o que estava sendo realizado, já que quem nos ensinava os procedimentos não tinha nenhuma formação na área para poder nos dar maiores esclarecimentos” (A28-16, 2019 - Questionário).

“Mais ajuda do supervisor do estágio. Cheguei perdida, faltou algumas explicações” (A17-17, 2019 - Questionário).

Como visto, os estudantes apontam para alguns problemas na orientação e na supervisão do estágio curricular, que na sua percepção, prejudicam a aprendizagem e torna a atividade pouco relevante. São mencionados a necessidade de maior interesse e envolvimento do orientador com o estágio, e o pouco conhecimento teórico dos supervisores para prestar mais explicações quanto as atividades realizadas. Diante disso, entendemos que a valorização do papel de cada envolvido na atividade de estágio, juntamente com a interação e o trabalho conjunto entre orientador e supervisor, pode contribuir para a superação dos problemas identificados.

Quanto a interação entre o orientador e o supervisor, as entrevistas realizadas com os professores orientadores nos apresentaram informações preocupantes sobre essa relação:

“O único contato que a gente tem um pouco é quando faz estágio aqui no IFFAR, mas nas empresas não tem, eu nunca tive contato direto assim” (P3, 2019 – Entrevista).

“Não, com o supervisor muito pouco, praticamente nunca” (P4, 2019 – Entrevista).

“O contato que a gente tem é por escrito no final, na ficha. Então um contato prévio, assim, a gente não tem. Alguns eu conheço casualmente, ou por ser ex-aluno ou por já ter ido na empresa, mas assim de ter um encontro específico em função do estágio, não” (P5, 2019 – Entrevista).

“Só tem um nome que vem no papel, na documentação. Daí caso tu conheça a pessoa, tu conhece, senão não. Não tem contato com o supervisor, só com o aluno” (P6, 2019 – Entrevista).

Diante desses trechos, percebemos que a interação entre os sujeitos é praticamente inexistente e pouco efetiva no contexto desta investigação, restringindo-se apenas à participação do supervisor na avaliação do estagiário. Apenas um professor reconheceu a interação com o supervisor do estágio como um aspecto positivo, que contribui para o aprendizado do aluno e como benéfica para todas as partes:

“Eu deixo sempre o aluno bem à vontade para, primeiro, ele tem que pedir para o supervisor, que ele sabe muito mais o processo que o professor aqui, e segundo, se ainda houver alguma dificuldade de entender o processo, ele precisa procurar o professor, e aí a gente tem as nossas conversas sobre o processos [...] Essa é a função do orientador. E a gente só conseguiu sanar essa dúvida conversando todo mundo junto, e com o supervisor, que é um aluno aqui do superior também, e o orientado e o orientador. Quando tem essa interação, sana as dúvidas e ajuda no aprendizado, e todas as partes ganham, e esse é o aspecto positivo” (P5, 2019 – Entrevista).

Apesar disso, o conjunto de dados da pesquisa indica que a interação entre os sujeitos ainda é tímida e isolada, e que pouco contribui para o processo de reflexão, já que não houve menção nas respostas de que essas ações sejam realizadas em coletividade e proporcionem momentos dialógicos entre os envolvidos (professor orientador, supervisor, estagiário e comunidade escolar). Acreditamos que os principais fatores que não favorecem a interação entre sujeitos estão relacionados a questões de organização: o PPC não prevê a necessidade de visita do orientador ao local de estágio; não acontecem momentos de encontro e diálogo; não há incentivo a comunicação e interação entre os sujeitos.

Entendemos que as questões que envolvem a orientação, a supervisão e a interação entre os sujeitos, são aspectos importantes a serem considerados na atividade de estágio, e servem de alerta para a instituição de ensino, pois não podemos esquecer que o estágio curricular é rigorosamente um momento de formação orientada e supervisionada. Se não há acompanhamento do estágio curricular por meio de orientação e supervisão adequados, o estágio fica fragilizado na sua função como ato educativo, sobretudo na perspectiva da educação integrada. Além disso, a ação do estágio sem a reflexão e discussão teórica desta atividade, não propicia uma experiência formativa significativa e, portanto, também não promove a efetivação da práxis educativa, e passa a ser uma mera exigência do currículo.

Nas palavras de um estudante:

“O estágio do curso técnico em química é de extrema importância e devido a isso deveria ser visto pelos alunos não apenas como obrigação para concluir o curso, mas sim como uma grande oportunidade que fará grande diferença após o encerramento do ensino médio. Então os professores também poderiam transmitir essa ideia aos alunos, até mesmo fazendo palestras sobre e visitando as empresas locais” (A2-18, 2019 - Questionário).

Apesar das fragilidades identificadas no contexto deste estudo de caso, mais de 90% dos estudantes que responderam o questionário desta investigação afirmaram que o estágio é importante/indispensável para o curso e que foi importante para a sua formação. Apenas 4,8% dos estudantes afirmaram que não se sentiram preparados para exercer as atividades no estágio, e 19% afirmou ter encontrado dificuldades durante o estágio. As dificuldades citadas foram: a utilização de equipamentos que não conheceu durante as aulas; cálculos; assuntos específicos da área do estágio; a defesa do estágio. Segundo Kuenzer (2003), a prática como enfrentamento da realidade complexa, se aproxima do conceito de práxis, pois depende cada vez mais

dos conhecimentos teóricos, num movimento de ação-reflexão-ação, e assim, podemos compreender as dificuldades encontradas nos estágios como oportunidades para a construção de novos conhecimentos, a partir do enfrentamento ao novo, assim como foi expresso na seguinte declaração:

“Encontrei dificuldades em trabalhar com certos instrumentos pela primeira vez no estágio, o que exigiu mais tempo e dedicação, além de pesquisa e procura por ajuda” (A24-17, 2019 - Questionário).

Por fim, todos os egressos que participaram da pesquisa responderam que ao concluir o curso pretendem continuar os estudos em nível superior, nas mais diversas áreas, mas se destacam como os mais citados, nesta ordem, os cursos de engenharia química, farmácia, ciências biológicas, biomedicina, tecnologia de alimentos e direito. Estes dados demonstram que, mesmo sendo um curso técnico profissional, os estudantes são preparados e motivados para buscar novos conhecimentos, sendo este um dos propósitos da instituição (IFFAR, 2014), além de proporcionar uma educação que possibilita a compreensão dos princípios científico-tecnológicos e históricos de produção do conhecimento, orientando o estudante na realização de escolhas e a construção de caminhos ao longo da vida.

Enfim, a construção desta proposição possibilitou a compreensão no sentido de que, para formar cidadãos críticos e reflexivos, as práticas pedagógicas adotadas devem ser capazes de articular de forma indissolúvel a teoria e a prática. Com isso, acreditamos que nos cursos de ensino médio integrado, assim como no curso estudado, a articulação entre teoria e prática e a interação entre os sujeitos se constitui como um elemento formativo que qualifica o tempo/espço estágio curricular uma vez que contribui para a efetivação da práxis.

Desta forma, defendemos a necessidade de pensar em instrumentos e práticas que contribuam para superar as fragilidades identificadas nesta investigação, a fim se constituir a unidade teórico-prática por meio da reflexão crítica proporcionada pela interação entre os sujeitos, como condição essencial para conduzir o estágio curricular à uma atividade significativa e transformadora para os estudantes.

5 PRODUTOS EDUCACIONAIS

O objetivo deste mestrado profissional é tanto a produção de conhecimentos, como o desenvolvimento de produtos educacionais, que sejam soluções tecnológicas que possam contribuir para a melhoria dos processos de ensino no contexto da Educação Profissional e Tecnológica (IFES, 2019). Desse modo, um dos objetivos desta pesquisa é a elaboração de um produto educacional que fortaleça os processos de ensino e de aprendizagem proporcionados pelos estágios curriculares supervisionados e contribua com a qualificação desse espaço/tempo de aprendizado.

Diante disso, e com base nos metatextos produzidos e nas compreensões que emergiram na investigação realizada, decidimos desenvolver dois produtos educacionais que se complementam, sendo uma “Cartilha de Estágio” e um aplicativo para dispositivos móveis denominado “Estágio Integrado”. A apresentação detalhada, e o processo de desenvolvimento, aplicação e avaliação de cada um dos produtos são apresentados na sequência deste capítulo.

5.1 Cartilha de Estágio

No decorrer da pesquisa, notamos certa dificuldade em encontrar as informações sobre o estágio, principalmente as relacionadas aos estágios no IFFar, sendo necessário buscar em diversos locais para conseguir todas as informações. A dificuldade inicial foi encontrar as resoluções e regulamentos pertinentes no site institucional, pelo fato que neste não existe um local específico que trata sobre os estágios, além de que alguns documentos se encontram apenas na forma física arquivados nos Setores de Estágios dos *campi*. Ademais, a linguagem e o tamanho de alguns documentos que orientam sobre os estágios são barreiras para o conhecimento sobre o tema.

Partindo disso, a “Cartilha de Estágio” foi elaborada com o intuito de fornecer informações claras para estudantes, professores, supervisores e demais interessados, a respeito do estágio curricular supervisionado dos cursos técnicos integrados ao ensino médio do IFFar *campus* Panambi.

A figura 1 mostra a capa da cartilha elaborada, sendo que o material completo encontra-se disponível no apêndice E desta dissertação e no Portal EduCapes através do *link*: <http://educapes.capes.gov.br/handle/capes/571874>.

Figura 1 – Capa da Cartilha de Estágio



Fonte: a autora.

A cartilha visa fornecer orientações e informações sobre os procedimentos para a realização do estágio, que faz parte da matriz curricular de alguns cursos técnicos integrados ao ensino médio do IFFar, na tentativa de sanar as principais dúvidas que a comunidade escolar tem sobre este tema e contribuir para a sua organização e desenvolvimento. Também esperamos que a cartilha possa colaborar para que o estágio seja reconhecido e valorizado por todos os envolvidos como um espaço/tempo de aprendizagem, importante para a formação profissional e cidadã dos estudantes, já que permite a articulação entre os conhecimentos teóricos e práticos, e contribui para a efetivação da práxis.

Para atender a estes propósitos, procuramos desenvolver a cartilha com uma linguagem simples e de fácil entendimento, e para isso a maior parte dela é estruturada na forma de perguntas e respostas que abordam as informações necessárias para conhecer mais sobre os estágios e a sua realização. Além disso, o material faz uso de QR CODE, um código de barras em 2D, que ao ser escaneado

por um dispositivo móvel com um aplicativo de leitura de QR CODE instalado, direciona para o *link* que está no código.

As referências para a elaboração da cartilha foram a Lei federal nº 11.788/2008, que regulamenta o estágio de estudantes, e a Resolução nº 010/2016, que regulamenta a realização do estágio curricular para os cursos do IFFar, além dos regulamentos de estágio dos cursos técnicos integrados ao ensino médio do *campus* Panambi, que encontram-se em anexo ao projeto pedagógico de cada curso.

No final da cartilha, destinamos um espaço dedicado para apresentar o aplicativo “Estágio Integrado”, os seus objetivos, ferramentas e orientações de como instalar. Este tópico está exposto na figura 2, e foi criado para divulgar o aplicativo entre os usuários, incentivando-os a utilizá-lo.

Figura 2 – Tópico sobre o Aplicativo Estágio Integrado



Fonte: a autora.

A cartilha foi apresentada aos estudantes do terceiro ano dos cursos técnicos integrados do IFFar *campus* Panambi, no início do ano letivo de 2020, no dia 18 de fevereiro, durante o primeiro encontro do componente curricular de orientação de estágio, obrigatório antes do início do estágio curricular, que foi organizado em conjunto pelos coordenadores dos cursos Técnicos em Química (TQI) e Automação Industrial (TAI). Nesta ocasião (figura 3), explicamos aos estudantes os objetivos da cartilha e como estava composta, e enquanto fazíamos a exposição em tela, a versão

impressa circulou entre os participantes. Estavam presentes nesse encontro 51 estudantes, sendo 27 do TQI e 24 do TAI, além dos dois coordenadores dos cursos e o Coordenador do Setor de Estágio.

Figura 3 – Apresentação dos Produtos Educacionais



Fonte: fotografia feita por Samile Martel Rhoden, 2020.

Após a apresentação, deixamos cartilhas impressas com o Coordenador do Setor de Estágio, com os coordenadores dos cursos envolvidos e no mural da sala de aula das turmas participantes. Além disso, a versão digital da cartilha foi encaminhada por *e-mail* para todos os presentes na apresentação.

Para os professores orientadores que atuam nos cursos TQI e TAI, e para os supervisores da parte concedente, uma versão digital da cartilha foi enviada por *e-mail* a cada um deles.

A fim de avaliar a cartilha, solicitamos aos usuários que eles acessassem um *link* presente na cartilha, que direcionava para o Google Forms, e respondessem a um questionário utilizando a Escala Likert com 5 opções entre concordo totalmente e discordo totalmente, além de descrever as suas impressões sobre a cartilha e sugestões de melhoria. O questionário é composto pelas seguintes perguntas:

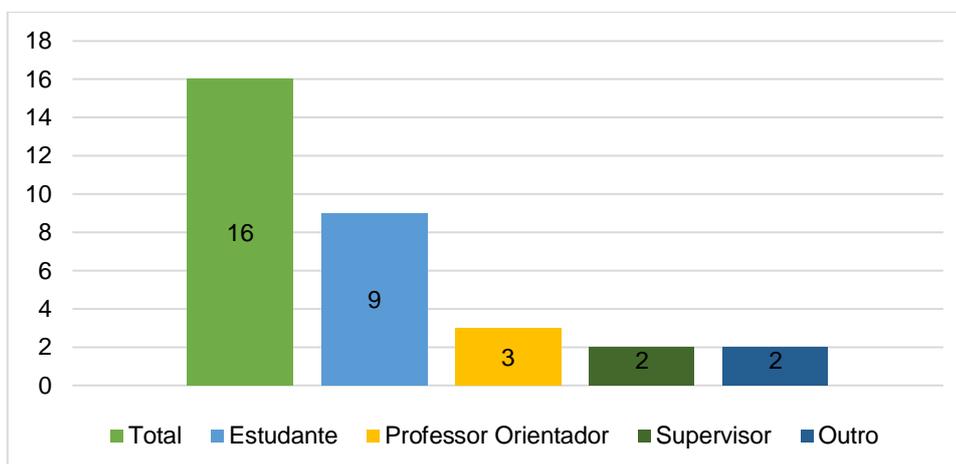
1. Quem é você?
2. Esta cartilha, de um modo geral, foi útil para você?

3. Os conteúdos abordados na cartilha estão claros e completos?
4. As reflexões propostas são importantes?
5. O aspecto visual da cartilha é atraente e de fácil leitura?
6. Caso queira, deixe aqui comentários ou sugestões para o aprimoramento da cartilha.

Entre os dias 18 de fevereiro e 02 de junho de 2020, recebemos 16 respostas, e os dados obtidos no questionário foram organizados em dois gráficos e um quadro, conforme apresento na sequência.

O gráfico 9 mostra o número de sujeitos que respondeu ao questionário, divididos entre estudantes, professores orientadores, supervisores e outros.

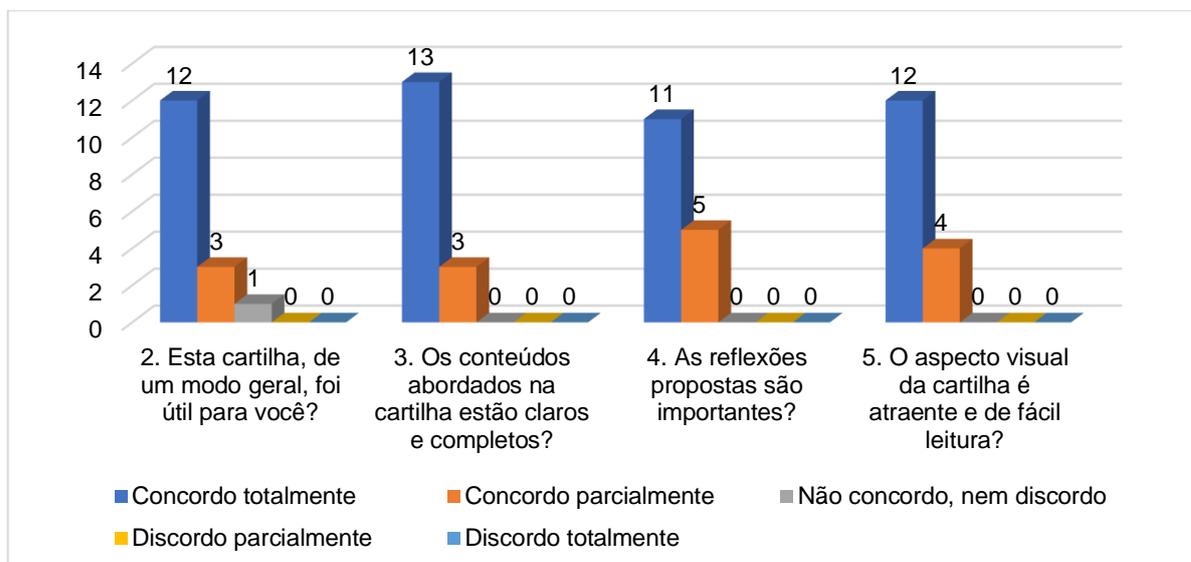
Gráfico 9 – Número de sujeitos que avaliaram a Cartilha de Estágio



Fonte: Elaborado pela autora.

O gráfico 10 mostra os dados referentes a opinião dos usuários quanto a utilidade da cartilha, conteúdos abordados, reflexões propostas e ao aspecto visual da cartilha, conforme especificado na legenda do gráfico.

Gráfico 10 – Respostas do questionário sobre a Cartilha de Estágio



Fonte: Elaborado pela autora.

Observamos que quanto ao primeiro questionamento, 75% dos usuários afirmaram que concordam totalmente, 18,8% concordam parcialmente e 6,2% não concordam nem discordam. Nesse sentido, os dados mostram que a maioria dos usuários da cartilha acham que ela, de um modo geral, foi útil para a organização e desenvolvimento dos estágios curriculares.

Quando questionados se os conteúdos abordados na cartilha estão claros e completos, 81,2% dos usuários afirmaram que concordam totalmente e 18,8% concordam parcialmente. Em relação às reflexões propostas serem importantes, 68,8% dos usuários afirmaram que concordam totalmente e 31,2% concordam parcialmente. Já quanto ao aspecto visual da cartilha ser atraente e de fácil leitura, 75% dos usuários afirmaram que concordam totalmente, 25% concordam parcialmente.

Na questão aberta do questionário, na qual os usuários podiam deixar comentários ou sugestões para o aprimoramento da cartilha, recebemos as seguintes respostas, conforme exposto no quadro 2.

Quadro 2 - Comentários e sugestões recebidas sobre a “Cartilha de Estágio”

Sujeitos	Avaliações
Estudantes	Achei um ótimo trabalho desenvolvido, pois para mim como aluna que precisa fazer estágio foi de grande utilidade para me organizar

	e tirar dúvidas. Sem dúvidas foi um projeto bem elaborado e estruturado.
	Em questão a estágio não obrigatório, acho que têm como aprimorar e repassar também para quem está no primeiro ano porque por exemplo eu realizei um estágio em um laboratório e não consigo mais comprovar as horas pois precisava ver a documentação antes e eu não sabia sobre isso e mesmo assim quando fui atrás agora para entender como funcionava pra mim que tinha trabalhado não consegui informações consistentes sobre todas as possibilidades de estágio não obrigatório, então acho que seria muito bacana se tivesse isso também, porque às vezes têm pessoas que mesmo tendo só duas tardes livres precisam trabalhar para ter a renda extra
Professores	Achei o máximo a cartilha, bem completa, com tudo o que precisa ter. Parabéns e obrigada por ter pensado em algo assim.
	Achei ótima a cartilha, com certeza vamos utilizar todos os anos a partir de agora.
	A Cartilha ficou muito boa, muito boa mesmo! Parabéns! O que posso dizer é que podemos usar ela neste e no próximo ano, e para 2022 teremos que alterar algumas coisas em função dos novos PPCs.
Outros	Está muito bem descrito, vai esclarecer e ajudar aos alunos com certeza. Belo trabalho, parabéns.

Fonte: Elaborado pela autora.

Diante das respostas do questionário de avaliação e comentários recebidos sobre a cartilha, acreditamos que este produto educacional atendeu ao seu propósito de fornecer orientações e informações claras para estudantes, professores, supervisores e demais interessados, a respeito do estágio curricular supervisionado dos cursos técnicos integrados ao ensino médio do IFFar *campus* Panambi, contribuindo assim para a sua organização e desenvolvimento. Apesar disso, temos consciência que a cartilha pode ser melhorada e deve ser constantemente atualizada para que possa seguir sendo utilizada nos próximos anos.

5.2 Aplicativo Estágio Integrado

No decorrer da pesquisa, identificamos que a articulação entre os sujeitos qualifica o espaço/tempo do estágio e melhora a práxis, no entanto encontram-se fragilizadas no processo de estágio no âmbito do curso estudado. Além disso, o estágio precisa ser reconhecido, por todos os sujeitos e instituições envolvidas, como um momento de aprendizagem, que visa a formação integral dos estudantes.

Para a construção deste produto, consideramos ainda a presença massiva de dispositivos móveis no contexto atual, sendo crescente o uso de aplicativos no cotidiano das pessoas, que podem ser também uma ferramenta interessante para a área do ensino e da educação. De acordo com Araújo (2011):

A introdução de novas ferramentas e tecnologias digitais, que promovam a interação e novas formas de relações sociais, em consonância com novas configurações de produção de conhecimento pela humanidade, permite vislumbrar novas formas de organização dos tempos, dos espaços e das relações nas instituições de ensino e pesquisa (ARAÚJO, 2011, p. 41).

Assim, consideramos que o uso destas tecnologias digitais de informação e comunicação permitem novas configurações nas relações interpessoais, aproximando os sujeitos, e são uma estratégia inovadora a ser explorada no processo de ensino e de aprendizagem. Diante disso, projetamos desenvolver um aplicativo (App), para dispositivos móveis, cujas funcionalidades poderão ser executadas tanto em aparelhos celulares *smartphone*, quanto em *tablets* compatíveis com o sistema operacional *Android*.

O produto desenvolvido, denominado de aplicativo “Estágio Integrado”, foi idealizado com a intenção de promover a interação entre o estagiário, o professor orientador e o supervisor da parte concedente, fornecendo a ponte necessária para que ela ocorra de forma prática e eficiente. Além disso, o aplicativo visa contribuir para a organização e o desenvolvimento do estágio curricular supervisionado e incentivar reflexões sobre a função do estágio na formação dos estudantes, colaborando assim com os processos de ensino e de aprendizagem proporcionados pelo estágio curricular.

Para o desenvolvimento do aplicativo, contamos com a colaboração da estudante Victoria Botelho Martins do curso superior de Tecnologia em Sistemas para

Internet do IFFar *Campus* Panambi, que desenvolveu toda a parte de programação, baseada nas ideias e materiais fornecidos pela pesquisadora. O aplicativo foi desenvolvido com o React Native, que é uma biblioteca *JavaScript* lançada pelo Facebook em 2015 e usada para desenvolver aplicativos para os sistemas *Android* e *IOS* de forma nativa (REACT, 2020).

Para a hospedagem e disponibilização do aplicativo, foi desenvolvido o site “Estágio Integrado” (<http://estagiointegrado.kinghost.net/>), através do qual o usuário pode fazer o *download* do aplicativo para seu aparelho celular ou tablets, além de conter um tutorial de instalação. O aplicativo encontra-se disponível também no Portal EduCapes através do *link*: <http://educapes.capes.gov.br/handle/capes/571875>. A figura 4, mostra uma parte do site desenvolvido.

Figura 4 – Site “Estágio Integrado”



Fonte: a autora.

Após a instalação, o usuário tem acesso a página inicial do aplicativo, conforme a figura 5, na qual pode ser visualizada a identidade visual (logotipo), criada para o aplicativo, seguido de uma frase sobre o estágio, e uma breve explicação sobre os objetivos do produto, além das opções de fazer *login* ou cadastrar-se. Optamos por solicitar o cadastro dos usuários pois foram criadas algumas ferramentas e conteúdos específicos para cada sujeito envolvido no estágio, e dessa forma, ao cadastra-se o usuário irá informar se é estagiário, ou professor orientador, ou supervisor da parte concedente, e assim é liberado acesso ao aplicativo de acordo com esta informação.

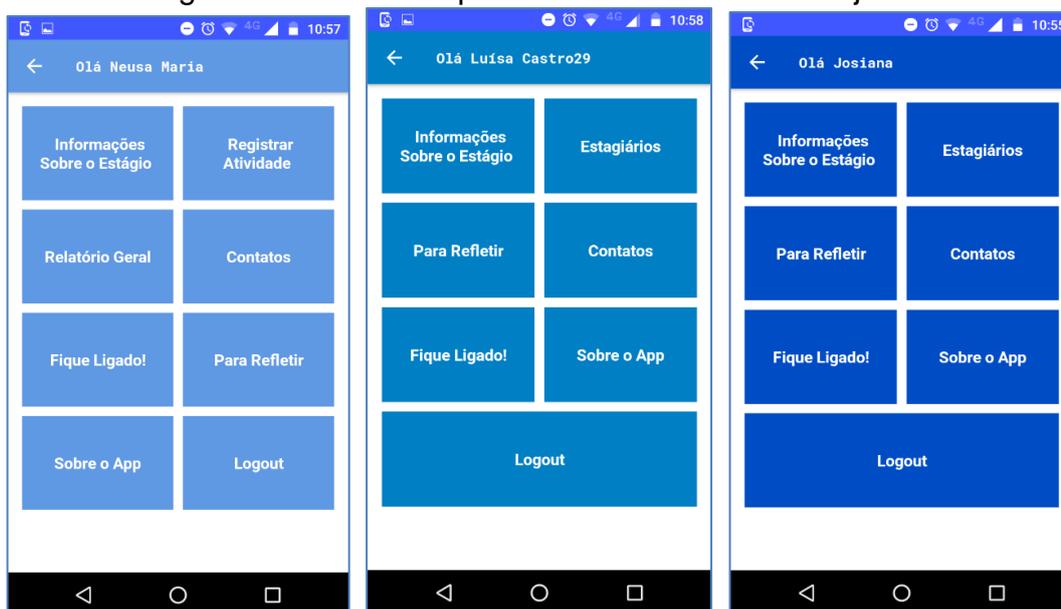
Figura 5 – Página Inicial do aplicativo



Fonte: a autora.

Na figura 6 é possível conferir as ferramentas disponíveis para cada sujeito, iniciando pelo menu do estagiário, seguido pelo menu disponível para o professor orientador e o menu do supervisor do estágio. Como pode ser observado, algumas ferramentas são iguais para todos cadastrados, são elas: “Informações sobre o estágio”, “Fique Ligado”, “Sobre o App”, “Contatos” e ao “Logout”, que é a opção para sair da conta do aplicativo.

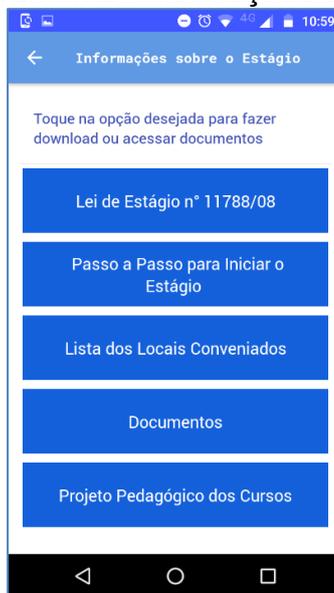
Figura 6 – Menu do aplicativo de cada um dos sujeitos



Fonte: a autora.

A figura 7 apresenta o conteúdo da ferramenta “Informações sobre o estágio”, que é composta por arquivos e *links* que direcionam para páginas da internet que trazem o conteúdo selecionado.

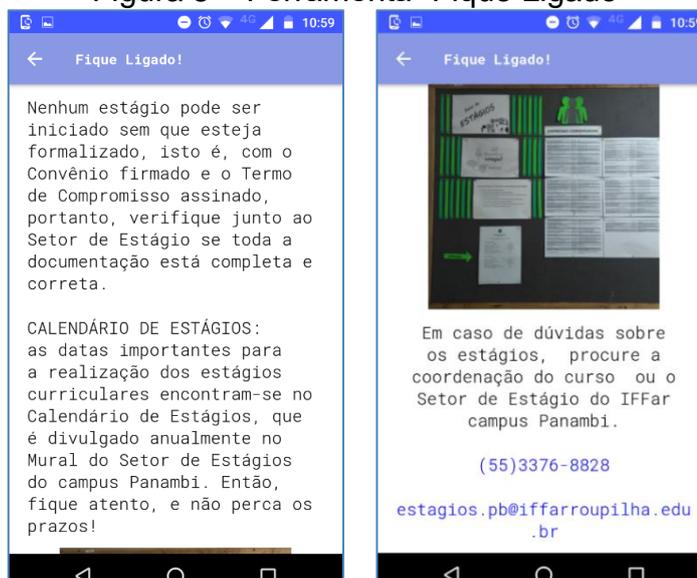
Figura 7 – Ferramenta “Informações sobre o estágio”



Fonte: a autora.

A ferramenta “Fique Ligado” (figura 8), traz alertas quanto a obrigatoriedade de formalização do estágio junto ao setor responsável na instituição, e quanto as datas e prazos importantes referente aos estágios, além do contato do Setor de Estágios do IFFar *campus* Panambi, o qual deve ser procurado em caso de dúvidas.

Figura 8 – Ferramenta “Fique Ligado”



Fonte: a autora.

Na ferramenta “Sobre o App” (figura 9), apresentamos aos usuários quem são os responsáveis pelo desenvolvimento do aplicativo e os objetivos deste produto educacional. Neste espaço também foi disponibilizado um *link* para a avaliação do aplicativo e o contato em caso de dificuldades na utilização.

Figura 9 – Ferramenta “Sobre o App”



Fonte: a autora.

A ferramenta “Contatos” (figura 10), foi criada com a intenção de facilitar a comunicação e interação entre os sujeitos envolvidos no estágio. Para isso, cada sujeito tem acesso ao número do telefone e ao *e-mail* dos outros sujeitos cadastrados naquele estágio, e ao tocar no contato desejado, o aplicativo direciona diretamente para escrever um *e-mail* para aquele contato ou para enviar uma mensagem pelo *WhatsApp*, que é um aplicativo de mensagens instantâneas e chamadas de voz ou vídeo para *smartphones*. Cada estagiário tem acesso apenas ao contato do seu respectivo professor orientador e o seu supervisor. O supervisor da parte concedente tem acesso aos seu(s) estagiário(s) e respectivo(s) orientador(es). Já o professor orientador tem acesso ao contato de todos os estudantes e supervisores cadastrados no aplicativo.

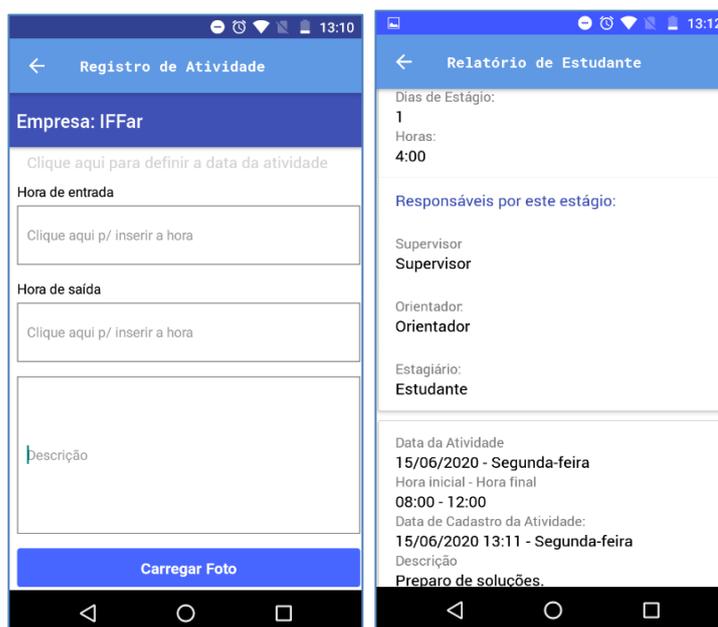
Figura 10 – Ferramenta “Contatos”



Fonte: a autora.

A ferramenta “Registrar Atividade” do aplicativo, é exclusiva para o estagiário, e permite que ele registre as atividades de cada dia de estágio realizado, com data, hora de entrada e de saída e uma imagem ou foto, caso desejar. Ao gravar, a atividade registrada passará a constar na ferramenta “Relatório Geral”. Estas duas ferramentas podem ser visualizadas na figura 11.

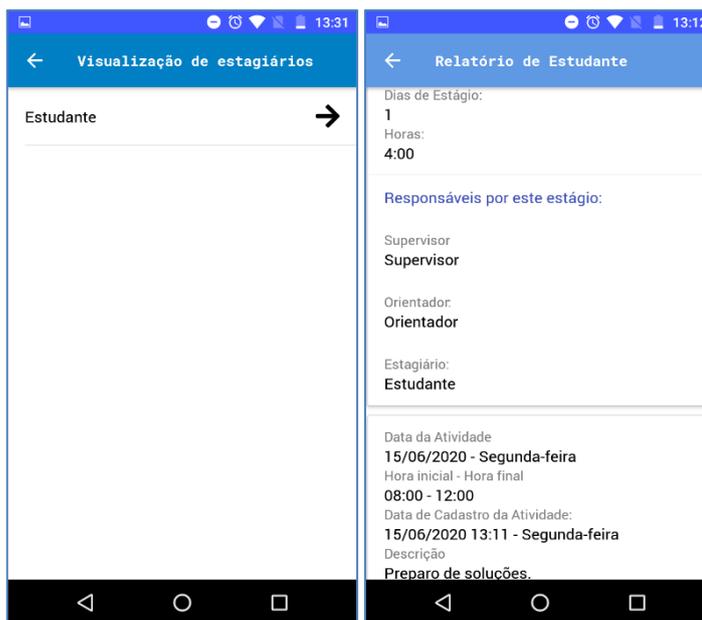
Figura 11 – Ferramentas “Registrar Atividade” e “Relatório Geral”



Fonte: a autora.

O relatório de atividades do estagiário também pode ser acessado pelo seu orientador e pelo seu supervisor por meio da ferramenta “Estagiários” (figura 12). Esta ferramenta permite que o orientador e o supervisor acompanhem as atividades realizadas por cada estagiário a que lhe compete, bem como a quantidade de horas já executadas.

Figura 12 – Ferramenta “Estagiários”



Fonte: a autora.

Já a ferramenta “Para Refletir”, está presente no menu de todos usuários com o mesmo nome, no entanto, o conteúdo é específico para cada uma das funções dos sujeitos envolvidos no estágio. Como o próprio nome diz, esta ferramenta tem a intenção de promover uma reflexão sobre os objetivos do estágio e a função e responsabilidade de cada sujeito envolvido neste ato educativo. Estes assuntos são abordados por meio de frases, pequenos textos, imagens, vídeos e sugestões de leitura e dicas de filmes.

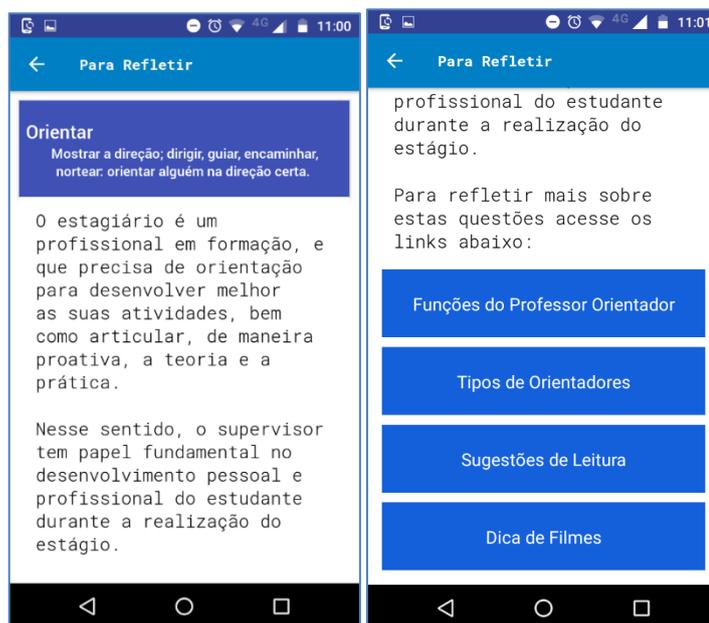
As figuras 13, 14 e 15 mostram o conteúdo da ferramenta “Para Refletir” para cada um dos sujeitos: estagiário, professor orientador e supervisor da parte concedente.

Figura 13 – Ferramenta “Para Refletir” do estagiário



Fonte: a autora.

Figura 14 – Ferramenta “Para Refletir” do orientador



Fonte: a autora.

Figura 15 – Ferramenta “Para Refletir” do supervisor



Fonte: a autora.

Como já descrito anteriormente, no final da “Cartilha de Estágio”, destinamos um espaço dedicado para apresentar o aplicativo “Estágio Integrado”, os seus objetivos, ferramentas e orientações de como instalar (figura 2, p. 93). Desta forma, a cartilha foi utilizada para a divulgação do aplicativo entre os estudantes, professores orientadores e supervisores de estágio, que correspondem ao público alvo deste produto. Estes sujeitos foram convidados a baixar e utilizar o aplicativo e suas funcionalidades, mesmo que ainda não estivessem efetivamente iniciadas as atividades referentes ao estágio.

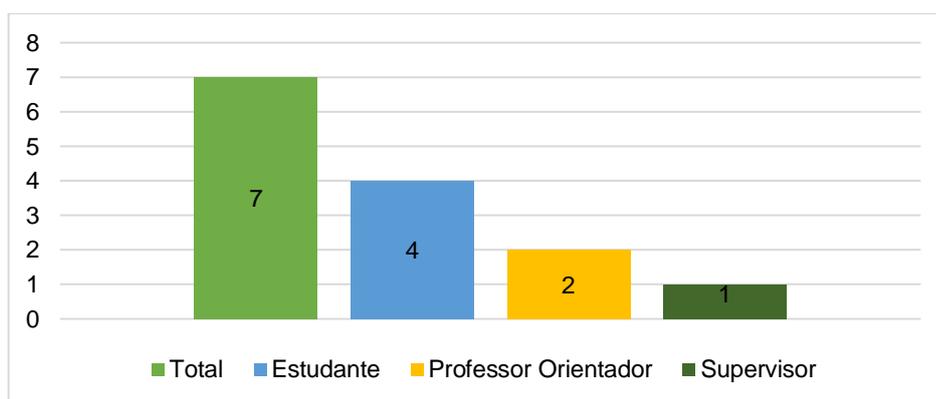
O planejamento desta pesquisa previa que a avaliação do aplicativo seria realizada com os sujeitos envolvidos nos estágios curriculares que iniciariam no primeiro semestre de 2020, e que desta forma poderiam utilizar na íntegra todas as funcionalidades do aplicativo dentro do prazo estipulado para esta etapa da pesquisa. No entanto, devido aos riscos apresentados pela pandemia de Covid-19 (doença transmitida pelo novo Coronavírus), o IFFAR suspendeu as atividades presenciais e a realização dos estágios obrigatórios, por 3 semanas a partir do dia 17/03/2020 (IFFAR, 2020a), que posteriormente passou a ter prazo indeterminado (IFFAR, 2020b), e por este motivo, decidimos realizar a avaliação do aplicativo com os sujeitos que o baixaram, mesmo não tendo utilizado todas as ferramentas disponíveis.

Desta maneira, diante da suspensão dos estágios obrigatórios no IFFar, desde a divulgação do aplicativo em 18 de fevereiro, até o dia 02 de junho de 2020, sete pessoas se cadastraram no aplicativo e tiveram acesso às suas ferramentas. A estes sujeitos foi solicitado que acessassem o *link* “Deixe sua opinião”, presente na aba “Sobre o App” do aplicativo (conforme figura 9), e respondessem a um questionário com perguntas que utilizam a Escala Likert, com 5 opções entre concordo totalmente e discordo totalmente, além de responder a uma pergunta aberta na qual poderiam descrever as suas impressões sobre o aplicativo e sugestões de melhoria. O questionário é composto pelas seguintes perguntas:

1. Quem é você?
2. Este aplicativo, de um modo geral, foi útil para você?
3. As reflexões propostas são importantes?
4. O aspecto visual do aplicativo é atraente?
5. O aplicativo apresenta uma navegação simples e fácil?
6. Caso queira, deixe aqui comentários ou sugestões para melhoria do aplicativo.

Os sete usuários cadastrados no aplicativo responderam ao questionário, e os dados obtidos foram organizados em gráficos. O gráfico 11 mostra o número de sujeitos que respondeu ao questionário, divididos entre estudantes, professores orientadores e supervisores.

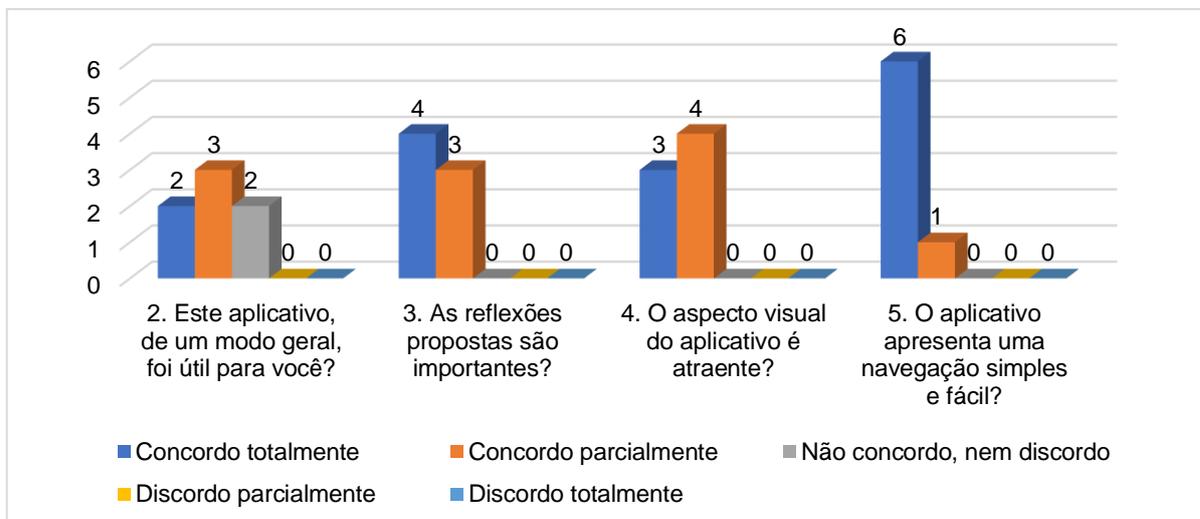
Gráfico 11 – Número de sujeitos que avaliaram o aplicativo



Fonte: Elaborado pela autora.

O gráfico 12 mostra os dados referentes a opinião dos usuários quanto a utilidade do aplicativo, reflexões propostas, aspecto visual do aplicativo e quanto a facilidade de navegação, conforme especificado na legenda do gráfico.

Gráfico 12 – Respostas do questionário sobre o aplicativo



Fonte: Elaborado pela autora.

Observamos que quanto ao primeiro questionamento, 28,6% dos usuários afirmaram que concordam totalmente, 42,8% concordam parcialmente e 28,6% não concordam nem discordam. Quando questionados se às reflexões propostas são importantes, 57,1% dos usuários afirmaram que concordam totalmente e 42,9% concordam parcialmente. Quanto ao aspecto visual do aplicativo ser atraente, 42,9% dos usuários afirmaram que concordam totalmente e 57,1% concordam parcialmente. Já quanto o aplicativo apresentar uma navegação simples e fácil, 85,7% dos usuários afirmaram que concordam totalmente e 14,3% concordam parcialmente. Nesse sentido, os dados mostram que os usuários do aplicativo, em sua maioria, acham que o aplicativo tem aspecto visual atraente, navegação simples, traz reflexões importantes e tem utilidade para os sujeitos envolvidos nos estágios curriculares.

Na questão aberta do questionário, na qual os usuários podiam deixar comentários ou sugestões para a melhoria do aplicativo, recebemos apenas uma resposta, na qual foi sugerido que o aplicativo fosse disponibilizado também para o sistema iOS (sistema operacional da marca Apple), sugestão que consideramos interessante para pretensões futuras.

De modo geral, apesar de não ter sido utilizado durante a realização das atividades de estágio, o que comprometeu o uso de algumas funcionalidades, especialmente das ferramentas “contatos”, “registro de atividades” e “relatório geral”, avaliamos que o aplicativo atingiu os objetivos a que se propôs, no sentido de

contribuir no processo formativo do estágio. No entanto, temos clareza que é um produto que pode ser aperfeiçoado para melhor atender os processos educacionais e atingir um número maior de sujeitos envolvidos nos estágios curriculares.

Reforçamos que o aplicativo “Estágio Integrado”, assim como a “Cartilha de Estágio”, foi elaborado com base na concepção de educação que busca a formação integral dos estudantes, e, desse modo, entende o estágio como um espaço/tempo que contribui para a concretização desta formação e para a efetivação da práxis. Nesse sentido, esperamos que esse produto educacional possa contribuir para que nos aproximemos desse ideal.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste capítulo, apresento as considerações finais desta dissertação e faço uma retomada da caminhada percorrida para a sua construção. Com isso, busco apontar as potencialidades e fragilidades deste trabalho, as suas contribuições para a educação profissional técnica integrada ao ensino médio, e os possíveis direcionamentos para estudos posteriores. Além disso, busco explicitar as aprendizagens possibilitadas pelo mestrado e pelo desenvolvimento desta pesquisa para a minha vida pessoal e profissional.

Inicialmente destaco que o tema “estágio curricular supervisionado de um curso técnico integrado ao ensino médio”, foi definido com base na minha atuação profissional e minhas inquietações diante do assunto. Para delimitar o tema, que é bastante amplo, decidimos realizar um estudo de caso sobre o curso técnico em química integrado ao ensino médio do IFFar- *Campus* Panambi, com o objetivo de investigar elementos formativos presentes no contexto do estágio curricular supervisionado que apresentam potencial pedagógico capaz de qualificar o espaço/tempo de estágio e contribuir para a formação integral dos estudantes.

Ao buscar a anterioridade do tema, percebeu-se que o estágio curricular supervisionado é amplamente discutido e analisado no contexto da formação de professores e dos profissionais da área da saúde, no entanto há uma lacuna na investigação sobre os estágios curriculares dos cursos técnicos integrados ao ensino médio. A partir disso, busquei compreender e apresentar o processo histórico da educação profissional no Brasil até a criação dos Institutos Federais, que atualmente ofertam a maior parte dos cursos técnicos integrados ao ensino médio brasileiros. Esta busca me levou até a criação do IFFar e do *campus* Panambi, e na sequência compreender o porquê da oferta do curso técnico em química integrado.

Em paralelo, busquei conhecer as concepções e definições do estágio ao longo da história, o que permitiu a compreensão de que a legislação brasileira que trata de estágios sempre esteve de acordo com as necessidades de mão de obra para o mercado de trabalho, atendendo aos interesses do setor econômico e produtivo, sem preocupação com a questão educativa ou pedagógica desta atividade. Em 2008 o estágio passou a ser regulado pela Lei nº 11.788, que define o estágio como um ato educativo escolar supervisionado, evidenciando seu caráter pedagógico. No entanto,

a concepção alienada ainda está enraizada e não basta a legislação trazer esta definição, ela precisa ser assumida por todos os envolvidos.

Além disso, a ampliação das compreensões sobre currículo integrado, trabalho como princípio educativo e formação integral foram fundamentais para a investigação. Fez entender melhor o quanto a proposta de ensino médio integrado dos Institutos Federais é importante para qualificar a educação básica e a formação técnica do país, pois visa desenvolver os estudantes de forma integral, que possibilita tanto o prosseguimento dos estudos em níveis mais elevados, quanto de ingressar dignamente no mundo do trabalho, mas, principalmente, a formação de cidadãos desenvolvidos social, cultural e intelectualmente, com condições de compreender a realidade em que vivem, para a atuação de forma ética e autônoma na sociedade.

Quanto a metodologia adotada nesta investigação, por se tratar de um estudo de caso, exploramos o que há de singular no estágio curricular supervisionado do TQI do IFFar - *Campus* Panambi, mas sempre buscando estabelecer relações com outros estudos, em uma discussão mais ampla sobre o tema. E, na tentativa de captar as percepções dos principais atores envolvidos nas atividades de estágio, o estudante-estagiário, o professor orientador e o supervisor da parte concedente, quanto aos conhecimentos possibilitados pelo estágio curricular supervisionado e os significados atribuídos a ele, nos baseamos em várias fontes de evidências, e utilizamos diferentes instrumentos de produção de dados, sendo documentos, entrevistas e questionários. A metodologia adotada gerou um volume de dados consistentes, o que permitiu ir além do que prevíamos no início desta investigação.

Todavia, uma fragilidade deste estudo está no uso apenas de análise documental para captar a percepção dos supervisores da parte concedente quanto ao estágio curricular do curso. Este é um ponto que em estudo futuros pode ser melhor explorado, e permitirá compreensões mais abrangentes sobre a temática abordada.

Os dados produzidos foram analisados por meio da ATD, que é uma metodologia que permite produzir novas compreensões sobre os fenômenos e discursos. No capítulo 4 apresento as compreensões que emergiram do processo de análise dos dados, organizadas em torno de duas categorias que representam os elementos formativos que qualificam o espaço/tempo do estágio curricular do curso estudado e contribuem para formação integral: apropriação de conhecimentos e

saberes; e, articulação entre instituições, teoria e prática, sujeitos e o mundo do trabalho.

Por se tratar de um curso técnico integrado ao ensino médio, o estágio curricular do curso representa para a maioria dos estudantes o primeiro contato com o mundo do trabalho e o ambiente profissional. Nesse sentido, os dados indicaram que o estágio curricular contribui para a apropriação de conhecimentos comportamentais e saberes inerentes ao mundo do trabalho, que contribuem com o propósito de formação integral, e, portanto, apresentam potencial pedagógico capaz de qualificar o espaço/tempo do estágio.

Identificamos que a articulação entre instituições, teoria e prática e sujeitos, é outro importante elemento formativo que qualifica o estágio curricular. A efetiva articulação entre a instituição de ensino e a parte concedente, assegura que o estágio se constitua como um ato educativo. A articulação entre teoria e prática e as interações que ocorrem entre o estagiário, o orientador e o supervisor promovem a efetivação da práxis no espaço/tempo destinado ao estágio curricular, e contribuem para a formação de cidadãos críticos, reflexivos e autônomos.

Para isso, no entanto, é preciso superar posturas dicotômicas que tratam teoria e prática de forma isolada, além de discutir e fortalecer junto aos sujeitos envolvidos com o estágio, a necessidade de desenvolver um trabalho pedagógico integrado, capaz de tornar o estágio curricular uma experiência formativa significativa para os estudantes. Torna-se fundamental promover espaços que problematizem a função do estágio na formação dos estudantes, bem como o papel e a importância do professor orientador e do supervisor da parte concedente para a aprendizagem dos estudantes, em um curso que visa à formação integral e o agir consciente diante do mundo do trabalho.

E foi com base nas fragilidades identificadas no estágio curricular do curso que idealizamos os produtos educacionais desenvolvidos neste estudo. A Cartilha de Estágio se propôs a contribuir com a organização e desenvolvimento do estágio, sanando as principais dúvidas da comunidade escolar sobre o tema. O aplicativo Estágio Integrado se apresentou como uma forma de promover a reflexão sobre o estágio curricular e a função de cada sujeito nesta atividade, além de ser uma ferramenta que contribui para o diálogo e interação entre estes sujeitos. A avaliação dos produtos pelos usuários, de um modo geral, foi positiva, e, apesar de precisar

alguns ajustes e melhorias, indica a possibilidade de serem utilizados nos próximos anos e ser adequado para a utilização por outros cursos ou instituições.

Diante disso, entendo que os objetivos desta pesquisa foram contemplados e espero ter contribuído para a melhoria e qualificação do aprendizado no espaço/tempo destinado ao estágio curricular supervisionado do curso estudado e com as reflexões sobre a temática. Apesar disso, tenho clareza que a discussão sobre o estágio curricular nos cursos técnicos integrados ao ensino médio é muito abrangente e, certamente, não se esgota nesta investigação, e outras pesquisas precisam ser feitas para ampliar este debate.

Por fim, deixo a reflexão de que o estágio curricular pode ou não contribuir para a formação integral dos estudantes, visto que, como afirmam Araújo e Frigotto (2015, p. 75), “cada procedimento de ensino, enquanto meio, pode servir, mais ou menos, para o desenvolvimento de práticas integradoras”. O que vai definir é o compromisso ético-político que se assume, se está comprometido com a ampliação das capacidades humanas ou não. Desse modo, práticas pedagógicas que se querem integradoras, orientadas pela ideia de emancipação social e de desenvolvimento da autonomia e da capacidade criativa dos estudantes, cumprem melhor ou pior suas finalidades quanto mais articuladas aos projetos da classe trabalhadora e de suas organizações, e envolvida com a dinâmica das relações sociais, afinal, a prática pedagógica ultrapassa o espaço escolar.

REFERÊNCIAS

- ACI Panambi. **APL Pós-Colheita**. 2018. s.p. Disponível em: <http://www.acipanambi.com/convenios-apl-pos-colheita>. Acesso em: 10 jan. 2019.
- ARAÚJO, Ronaldo Marcos de Lima; FRIGOTTO, Gaudêncio. Práticas pedagógicas e ensino integrado. **Revista Educação em Questão**, Natal, v. 52, n. 38, p. 61-80, mai./ago. 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/educacaoemquestao/article/view/7956/5723>. Acesso em: 23 jan. 2020.
- ARAÚJO, Ulisses. A quarta revolução educacional: a mudança de tempos, espaços e relações na escola a partir do uso de tecnologias e da inclusão social. **ETD - Educação Temática Digital**, Campinas, v. 12, n. esp., p. 31-48, mar. 2011. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/etd/article/view/1202>. Acesso em 10 jun. 2020.
- BASTOS, João Augusto de Souza Leão A. A educação tecnológica - conceitos, características e perspectivas. **Revista Educação e Tecnologia**, Curitiba, v. 1, n. 1, p. 21-36, 1998. Disponível em: <http://revistas.utfpr.edu.br/pb/index.php/revedutect/article/view/1007>. Acesso em: 23 jan. 2020.
- BRASIL. Decreto-lei nº 4.073, de 30 de janeiro de 1942. **Lei orgânica do ensino industrial**. Rio de Janeiro, RJ: Presidência da República, 1942. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-4073-30-janeiro-1942-414503-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 23 jan. 2019.
- BRASIL. Portaria nº 1.002, de 29 de setembro de 1967. **Dispõe sobre estágios de alunos nas empresas**. Brasília, DF: Ministério do Trabalho e da Previdência Social, 1967. Disponível em: http://www.lex.com.br/doc_3416594_portaria_n_1002_de. Acesso em: 23 jan. 2019.
- BRASIL. Decreto nº 66.546, de 11 de maio de 1970. **Institui a coordenação do “Projeto Integração”, destinada a implantação de programa de estágios práticos para estudantes do sistema de ensino superior de áreas prioritárias, e dá outras providências**. Brasília, DF: Presidência da República, 1970. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1970-1979/D66546.htm. Acesso em: 24 jan. 2019.
- BRASIL. Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971. **Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências**. Brasília, DF: Presidência da República, 1971. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L5692.htm. Acesso em: 23 jan. 2019.
- BRASIL. Decreto nº 75.778, de 26 de maio de 1975. **Dispõe sobre o estágio de estudantes de estabelecimento de ensino superior e de ensino profissionalizante de 2º grau, no Serviço Público Federal, e dá outras providências**. Brasília, DF: Presidência da República, 1975. Disponível em:

<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-75778-26-maio-1975-424291-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 24 jan. 2019.

BRASIL. Lei nº 6.494, de 7 de dezembro de 1977. **Dispõe sobre os estágios de estudantes de estabelecimentos de ensino superior e de ensino profissionalizante de 2º Grau e Supletivo e dá outras providências**. Brasília, DF: Presidência da República, 1977. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L6494impresao.htm. Acesso em: 24 jan. 2019.

BRASIL. Decreto nº 87.497, de 18 de agosto de 1982. **Regulamenta a Lei nº 6.494, de 07 de dezembro de 1977, que dispõe sobre o estágio de estudantes de estabelecimentos de ensino superior e de 2º grau regular e supletivo, nos limites que especifica e dá outras providências**. Brasília, DF: Presidência da República, 1982. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D87497.htm. Acesso em: 24 jan. 2019.

BRASIL. Lei nº 8.859, de 23 de março de 1994. **Modifica dispositivos da Lei nº 6.494, de 7 de dezembro de 1977, estendendo aos alunos de ensino especial o direito à participação em atividades de estágio**. Brasília, DF: Presidência da República, 1994a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8859.htm. Acesso em: 04 jan. 2019.

BRASIL. Lei nº 8.948, de 8 de dezembro de 1994. **Dispõe sobre a instituição do Sistema Nacional de Educação Tecnológica e dá outras providências**. Brasília, DF: Presidência da República, 1994b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8948.htm. Acesso em: 04 jan. 2019.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Brasília, DF: Presidência da República, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm. Acesso em: 25 set. 2018.

BRASIL. Decreto nº 2.208, de 17 de abril de 1997. **Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 42 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Brasília, DF: Presidência da República, 1997. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D2208.htm. Acesso em: 04 jan. 2019.

BRASIL. Lei nº 9.649, de 27 de maio de 1998. **Dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências**. Brasília, DF: Presidência da República, 1998. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9649cons.htm#art47. Acesso em: 04 jan. 2019.

BRASIL. Medida provisória nº 2.164-41, de 24 de agosto de 2001. **Altera a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, e dá outras providências**. Brasília, DF: Presidência da República, 2001. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/MPV/2164-41.htm. Acesso em: 04 jan. 2019.

BRASIL. Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004. **Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências.** Brasília, DF: Presidência da República, 2004. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5154.htm. Acesso em: 04 jan. 2019.

BRASIL. Lei nº 11.195, de 18 de novembro de 2005. **Dá nova redação ao § 5º do art. 3º da Lei nº 8.948, de 8 de dezembro de 1994.** Brasília, DF: Presidência da República, 2005. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11195.htm. Acesso em: 04 jan. 2019.

BRASIL. Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008. **Dispõe sobre o estágio de estudantes, e dá outras providências.** Brasília, DF: Presidência da República, 2008a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11788.htm. Acesso em: 25 set. 2018.

BRASIL. Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. **Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências.** Brasília, DF: Presidência da República, 2008b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm. Acesso em: 25 set. 2018.

BRASIL. Resolução CNE/CEB nº 6, de 20 de setembro de 2012. **Define Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Profissional Técnica de Nível Médio.** Brasília, DF: MEC/SETEC, 2012. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=11663-rceb006-12-pdf&category_slug=setembro-2012-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 16 abr. 2020.

BRASIL. **Catálogo Nacional de Cursos Técnicos.** Brasília, DF: MEC/SETEC, 2014. 3ª edição. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=41271-cnct-3-edicao-pdf&category_slug=maio-2016-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 04 jan. 2019.

BRASIL. Resolução CNE/CEB nº 3, de 22 de novembro de 2018. **Atualiza as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio.** Brasília, DF: Ministério da Educação, 2018. Disponível em: <http://novoensinomedio.mec.gov.br/resources/downloads/pdf/dcnem.pdf>. Acesso em: 26 jun. 2020.

CIAVATTA, Maria. A formação integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade. *In*: Maria Ciavatta; Gaudêncio Frigotto; Marise Ramos. (Org.). **Ensino Médio Integrado: concepção e contradições.** São Paulo, SP: Cortez, 2005, p. 83-105.

COLOMBO, I. M.; BALLÃO, C. M. **Histórico e aplicação da legislação de estágio no Brasil.** Educar em Revista, Curitiba, Brasil, n. 53, p. 171-186, jul./set. 2014. Editora UFPR.

FARIA, Cláudio Miguel Alves de. **Estágio Curricular Supervisionado: a contribuição para a formação profissional do técnico agrícola no Instituto Federal de Minas Gerais - Campus de Bambuí.** 2009. 86p. Dissertação (Mestrado

em Educação Agrícola). Instituto de Agronomia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ. 2009.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa**. São Paulo, SP: Paz e Terra, 1996.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. (Org.). **Ensino médio integrado: concepção e contradições**. São Paulo, SP: Cortez, 2005.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. **O trabalho como princípio educativo no projeto de educação integral de trabalhadores**. In: COSTA, H.; CONCEIÇÃO, M. (Org.). *Educação integral e sistema de reconhecimento e certificação educacional e profissional*. São Paulo: Cut, 2005. p. 19-62. Disponível em: http://redeescoladegoverno.rs.gov.br/upload/1392215839_O%20TRABALHO%20COMO%20PRINC%3%8DPIO%20EDUCATIVO%20NO%20PROJETO.pdf. Acesso em: 03 nov. 2018.

FURTADO, Natália de Souza. **Análise do estágio curricular supervisionado como prática educativa no curso técnico em agropecuária do Centro Estadual Integrado de Educação Rural de Águia Branca – ES**. 2017. 53p. Dissertação (Mestrado em Educação Agrícola). Instituto de Agronomia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ. 2017.

IFES. **Objetivos do ProfEPT**. 2019. Disponível em: <http://profep.t.ifes.edu.br/sobreprofep?showall=&start=1>. Acesso em: 04 nov. 2019.

IFFAR. Resolução nº 102, de 02 de dezembro de 2013. **Define Diretrizes Institucionais da organização administrativo-didático- pedagógica para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio no Instituto Federal Farroupilha e dá outras providências**. Santa Maria, RS: IFFAR, 2013. Disponível em: <https://www.iffarroupilha.edu.br/regulamentos-e-legisla%C3%A7%C3%B5es/resolu%C3%A7%C3%B5es/item/1341-resolu%C3%A7%C3%A3o-consup-n%C2%BA-102-2013-diretrizes-institucionais-para-a-educa%C3%A7%C3%A3o-profissional-t%C3%A9cnica-de-n%C3%ADvel-m%C3%A9dio>. Acesso em: 17 out. 2018.

IFFAR. **Projeto Pedagógico do Curso de Técnico em Química Integrado ao Ensino Médio**. Resolução CONSUP nº 091, de 28 de novembro de 2014. Santa Maria, RS: IFFAR, 2014a. Disponível em: <https://www.iffarroupilha.edu.br/projeto-pedag%C3%B3gico-de-curso/campus-panambi>. Acesso em: 09 jan. 2019.

IFFAR. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2014-2018**. Santa Maria, RS: IFFAR, 2014b. Disponível em: http://www.iffarroupilha.edu.br/site/midias/arquivos/201481613481811plano_de_desenvolvimento_institucional_2014-2018.pdf. Acesso em: 17 out. 2018.

IFFAR. Resolução CONSUP nº 010, de 30 de março de 2016. **Regulamenta a realização do estágio curricular supervisionado para os cursos técnicos de nível médio, superiores de graduação e pós-graduação *latu sensu* do Instituto Federal Farroupilha e dá outras providências**. Santa Maria, RS: IFFAR, 2013. Disponível em: <https://www.iffarroupilha.edu.br/regulamentos-e->

legisla%C3%A7%C3%B5es/ resolu%C3%A7%C3%B5es/item/3060-resolu%C3%A7%C3%A3o-consup-n%C2%BA-10-2016-regulamenta-a-realiza%C3%A7%C3%A3o-de-est%C3%A1gio-curricular-supervisionado-para-os-cursos-t%C3%A9cnicos-de-n%C3%ADvel-m%C3%A9dio,-superiores-de-gradua%C3%A7%C3%A3o-e-de-p%C3%B3s-gradua%C3%A7%C3%A3o. Acesso em: 17 out. 2018.

IFFAR. Portaria nº 313, de 16 de março de 2020. **Suspende, no âmbito do IFFar, as atividades presenciais por 3 semanas, e dá outras providências.** Santa Maria, RS: IFFAR, 2020a. Disponível em: <https://www.iffarroupilha.edu.br/ultimas-noticias/item/16912-coronav%C3%ADrus-iffar-divulga-medidas-de-conting%C3%Aancia,-rotinas-de-trabalho-e-atendimento>. Acesso em: 27 maio 2020.

IFFAR. Portaria nº 347, de 20 de março de 2020. **Suspende, no âmbito do IFFar, as atividades presenciais por prazo indeterminado, e dá outras providências.** Santa Maria, RS: IFFAR, 2020b. Disponível em: <https://www.iffarroupilha.edu.br/ultimas-noticias/item/16993-suspens%C3%A3o-das-atividades-presenciais-do-iffar-passa-a-ter-prazo-indeterminado-5e762ff7af66d>. Acesso em: 27 maio 2020.

KUENZER, Acacia Zeneida. **Competência como práxis: Os dilemas da relação entre teoria e prática na educação dos trabalhadores.** v. 29, n. 1, p. 17-27. Rio de Janeiro, RJ: SENAC, 2003. Disponível em: <https://www.bts.senac.br/bts/article/view/501>. Acesso em: 16 abr. 2020.

KUENZER, Acacia Zeneida. **Ensino Médio: construindo uma proposta para os que vivem do trabalho.** 5 ed. São Paulo, SP: Cortez, 2007.

LOPES, Talita Neme Lima Santos; SHIMODA, Eduardo; SHIMOYA, Aldo. **Estágio supervisionado: percepções dos concluintes de um curso técnico de enfermagem de uma instituição estadual de ensino de Campos dos Goytacazes, RJ.** Publicado em: Acta Biomedica Brasiliensia, v. 4, n. 2, p. 58-71, 2013.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas.** São Paulo, SP: EPU, 1986.

MAYORAL, María Rosa Palazón. **A filosofia da práxis segundo Adolfo Sánchez Vázquez.** CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales. 2007. Disponível em: http://biblioteca.clacso.edu.ar/gsd/collect/clacso/index/assoc/D1439.dir/cap_13.pdf. Acesso em: 04 nov. 2018.

MALHEIROS, Bruno Taranto. **Metodologia da Pesquisa em Educação.** Rio de Janeiro, RJ: LTC, 2011.

MEC. **Expansão da Rede Federal.** 2018. s.p. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec-programas-e-aco-es/expansao-da-rede-federal_ Acesso em: 04 jan. 2019.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa Social - teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

MORAES, Roque; GALIAZZI, Maria do Carmo. **Análise Textual Discursiva**. 3. ed. Ijuí, RS: Ed. Unijuí, 2016.

NISKIER, Arnaldo; NATHANAEL, Paulo. **Educação, estágio e trabalho**. São Paulo, SP: Integrare, 2006.

PACHECO, Eliezer (Org.). **Perspectivas da Educação Profissional Técnico de Nível Médio: Propostas de diretrizes curriculares**. São Paulo, SP: Moderna, 2012.

PACHECO, Eliezer. **Fundamentos político-pedagógicos dos institutos federais: diretrizes para uma educação profissional e tecnológica transformadora**. Natal, RN: IFRN, 2015. Disponível em: <https://memoria.ifrn.edu.br/handle/1044/1018>. Acesso em: 16 abr. 2020.

PACHECO, Eliezer. Desvendando os Institutos Federais: identidade e objetivos. **Educação Profissional e Tecnológica em Revista**, v. 4, n. 1, p. 4-22, 2020. Disponível em: <https://ojs.ifes.edu.br/index.php/ept/article/view/575/437>. Acesso em: 16 abr. 2020.

PICONEZ, Stela C. Berhtolo (Coord.). **A prática de Ensino e o Estágio Supervisionado**. 24ª ed. Campinas, SP: Papirus, 2012.

PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria Socorro Lucena. **Estágio e Docência**. 7ª ed. São Paulo, SP: Cortez, 2012.

POKULAT, Luciane Figueiredo; GONZÁLEZ, César Augusto. **Elaboração e implementação de um manual de relatório de estágio para cursos técnicos de nível médio**. Publicado em: Anais II Encontro de Debates sobre Trabalho, Educação e Currículo Integrado, v. 1, n. 1, 2019. Disponível em: <https://www.publicacoeseventos.unijui.edu.br/index.php/enteci/article/view/11539>. Acesso em: 23 jan. 2020.

RAMOS, Marise. Concepção do Ensino Médio Integrado. In: Secretaria de Estado da Educação do Paraná (Org.). **O Ensino Médio Integrado a educação Profissional: concepções e construções a partir da implantação na Rede Pública do Paraná**. Curitiba: SEED-PR, v. 1, p. 23-37, 2009. Disponível em: <https://tecnicadmiwj.files.wordpress.com/2008/09/texto-concepcao-do-ensino-medio-integrado-marise-ramos1.pdf>. Acesso em: 25 set. 2018.

REACT Native. **React Native**. 2020. s.p. Disponível em: <https://reactnative.dev/>. Acesso em: 02 jan. 2020.

RIBEIRO, Sílvia Fernanda Martins Dias. **Ensino Médio Integrado: o estágio como um dos elementos articuladores da formação geral e profissional**. 2011. 175p. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Maranhão, São Luís, MA. 2011.

SAVIANI, Dermeval. O choque teórico da Politecnia. **Trabalho, Educação e Saúde** [online], v. 1, n. 1, p. 131-152, 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/tes/v1n1/10.pdf>. Acesso em: 04 nov. 2018.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica**: primeiras aproximações. 11.ed. rev. Campinas, SP: Autores Associados, 2011.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23ª edição. São Paulo, SP: Cortez, 2007.

SILVA, Caetana Juracy Rezende (Org.). **Institutos Federais, Lei nº 11.892 - Comentários e reflexões**. Natal, RN: IFRN, 2009, 70 p. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=3753-lei-11892-08-if-comentadafinal&category_slug=marco-2010-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 04 jan. 2019.

SQUIZANI, Elisandra Gomes; SANTOS, Cintia Beatriz Diehl dos; NONENMACHER, Sandra Elisabet Bazana; MACHADO, Fernanda de Camargo. Análises textuais: a escolha metodológica para o sucesso de uma pesquisa qualitativa. *In*: BRANCHER, Vantoir Roberto; CANTERLE, Lisiane Darlene; MACHADO, Fernanda de Camargo. **Metodologia(s) da pesquisa em educação profissional e tecnológica**: dilemas e provocações contemporâneas. Curitiba, PR: Brazil Publishing, 2019. p. 39-55.

STUTZ, Beatriz Lemos; JANSEN, Adriane Corrêa. **Ensino técnico na área da saúde: os desafios do processo de aprendizagem**. Publicado em: *Psicologia Escolar e Educacional*, v. 10, n. 2, p. 211-222, 2006.

YIN, Robert. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. Tradução Daniel Grassi – 3ª edição. Porto Alegre, RS: Bookman, 2005.

APÊNDICES

APÊNDICE A - Questionário para os estudantes/estagiários do TQI

1- Em que ano você concluiu o curso TQI?

2016 2017 2018

2- Qual área você realizou o estágio?

Farmacêutica

Alimentícia

Metalmeccânica

Análises Clínicas

Galvanização

Ensino

Cosmética

Outra. Qual? _____

3- Porque você optou por este local/área de estágio?

4- Você teve dificuldade para conseguir a vaga de estágio?

sim não parcialmente

5- Passou por entrevista/seleção?

sim não

6- A Instituição contribuiu para você conseguir a vaga de estágio?

sim não parcialmente

7- Você realizou o estágio em qual período do ano?

1º semestre férias de julho 2º semestre outro. Qual? _____

8- Quantos dias da semana você realizava o estágio?

um dois três quatro ou mais

9- Quantas horas de estágio você realizava por dia?

quatro seis oito outro: _____

10- Sobre as 60 horas de estágio, você considera suficiente para a sua aprendizagem:

sim não em parte

11- Em que momento(s) aconteceu a orientação do estágio por parte do professor?

Antes do início do estágio

Durante a realização do estágio

Após a finalização do estágio

Apenas no elaboração do relatório final

Em todas as etapas do estágio

12- O professor orientador fez alguma visita ao local do estágio durante a sua realização?

sim não

13- O Professor orientador contribuiu para o seu aprendizado durante o estágio?

sim não parcialmente

14- Ao iniciar o estágio, você se sentiu preparado para exercer a atividade?

sim não parcialmente

15- As atividades desenvolvidas durante o estágio tinham relação com as disciplinas/conteúdos do curso?

sim não parcialmente

16- O Supervisor do estágio na parte concedente contribuiu para o seu aprendizado durante o estágio?

sim não parcialmente

17- Você considera o estágio importante/indispensável para o TQI?

sim não parcialmente

18- De 1 a 5, que nota você daria para o estágio? () 1 () 2 () 3 () 4 () 5

19- O que poderia melhorar no estágio?

20- O estágio foi importante para a sua formação?

sim não parcialmente

21- Qual/quais a(s) principal contribuição do estágio para a sua formação?

22- Você encontrou alguma dificuldade na realização dos estágios?

sim não

23 - Qual/quais dificuldades você encontrou na realização do estágio? (responda esta pergunta apenas se você respondeu SIM na pergunta anterior).

24- Sentiu falta de algum aprendizado/conhecimento na realização do estágio?

sim não

25 - Qual/quais aprendizado você sentiu falta na realização do estágio? (responda esta pergunta apenas se você respondeu SIM na pergunta anterior).

26 - Você se sentiu valorizado durante a realização do estágio?

sim não parcialmente

27- Ao concluir o ensino médio e curso técnico em química, o que você pretende fazer/fez?

continuar os estudos

trabalhar

trabalhar e estudar

outro. Qual? _____

28 - Qual curso você está fazendo ou pretende fazer?

29 - Se você está trabalhando, é em que área/cargo/empresa?

30- Gostaria de acrescentar alguma informação/comentário que possa contribuir com esta pesquisa?

APÊNDICE B – Termo de consentimento livre e esclarecido para estudantes maiores de 18 anos, questionário *on-line*

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO- TCLE

Você está sendo convidado a participar de uma pesquisa de mestrado intitulada “O estágio curricular supervisionado em um curso técnico integrado ao ensino médio: objetivos, contribuições e limites”, que está sendo desenvolvida por Josiana Rita Bazana, mestranda do Curso de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica em Rede Nacional (ProfEPT), do Polo IFFar, campus Jaguari, sob a orientação da Prof^ª. Dr^ª. Sandra Elisabet Bazana Nonenmacher e Coorientação da Prof^ª. Dr^ª. Maria Rosângela Silveira Ramos. Os objetivos do estudo são identificar as contribuições e limites do estágio curricular supervisionado do curso técnico em química integrado ao ensino médio, do IFFar - *Campus* Panambi, para a formação integral dos estudantes. A finalidade deste trabalho é contribuir para o aprimoramento das práticas educativas e com os processos de ensino e de aprendizagem possibilitado pelos estágios.

Caso aceite colaborar com esta pesquisa, a sua participação implicará em responder a um questionário semiestruturado, que tem o tempo de preenchimento em torno de 15 minutos e que pode ser respondido no momento e local de sua preferência.

Ao aceitar participar da pesquisa você deverá:

1. Eletronicamente aceitar participar da pesquisa, o que corresponderá à assinatura do TCLE, o qual poderá ser impresso se assim o desejar.
2. Responder ao questionário *on-line*.

Os dados coletados serão guardados pelo pesquisador responsável por essa pesquisa em local seguro e por um período de 5 anos.

Os riscos aos participantes desta pesquisa são mínimos por envolver apenas a resposta ao questionário, o qual pode lhe causar algum desconforto pelo tempo exigido para responder ou pelo teor das perguntas, e por isso esclarecemos que não é obrigatório responder a todas as perguntas e você também poderá interromper e/ou desistir de sua participação a qualquer momento.

Em relação aos benefícios e vantagens em participar deste estudo, não há benefício direto ao participante, entretanto, a sua participação contribui para a compreensão do fenômeno estudado, para a produção de conhecimento científico e para o aprimoramento das práticas educativas e melhoria dos processos de ensino e de aprendizagem, seja de componentes curriculares ao longo do curso ou das ações desenvolvidas no próprio estágio.

Garantimos que sua identidade será preservada e nenhuma informação será dada a outras pessoas que não façam parte da equipe de pesquisadoras. Além disso, cada indivíduo será identificado por um código, e, portanto, o seu nome será mantido em sigilo absoluto.

Ressaltamos que sua participação no estudo é voluntária e, portanto, você não é obrigado(a) a fornecer as informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas pela pesquisadora, além disso você não terá despesas e nem será remunerado pela participação na pesquisa. Caso decida não participar do estudo, ou resolver a qualquer momento desistir do mesmo, não sofrerá nenhum tipo de dano ou constrangimento. Você terá a garantia ao direito à indenização diante de eventuais danos decorrentes da pesquisa.

Solicitamos ainda a sua autorização para o uso dos dados gerados a partir deste questionário, para a produção de artigos técnicos e científicos a serem divulgados em eventos e revistas científicas.

Ao declarar que aceito participar da pesquisa, uma cópia deste termo de consentimento livre e esclarecido será automaticamente enviada para seu *e-mail*.

Caso necessite qualquer esclarecimento ou maiores informações sobre esta pesquisa, você poderá entrar em contato com a pesquisadora Josiana Rita Bazana, pelo telefone (55)991121029 ou (55)33768834, *e-mail* josiana.bazana@gmail.com, endereço Rua Rodolfo Shoroter, 82, Ijuí/RS.

Comitê de Ética em Pesquisa - CEP IF Farroupilha

Alameda Santiago do Chile, 195 - Bairro Nossa Senhora das Dores - CEP: 97050-685

Santa Maria/RS - Fone/Fax: (55)32189850 - *e-mail*: cep@iffarroupilha.edu.br.

CONEP - Comissão Nacional de Ética em Pesquisa - SEP/510, Norte, Bloco A, 3º andar, Ed. Ex-INAN, Unidade II - Brasília/DF - CEP: 70750-521 - Fone: (61)33155878/5879 - *e-mail*: conep@saude.gov.br.

Assinatura da pesquisadora Josiana Rita Bazana

TERMO DE CONSENTIMENTO

Eu _____ (nome completo), declaro que fui informado sobre todos os procedimentos da pesquisa e que entendi o objetivo do estudo. Fui informado que todos os dados a meu respeito serão sigilosos. Eu compreendo que neste estudo, responderei a perguntas de um questionário de forma voluntária. Fui informado que posso me retirar do estudo a qualquer momento e declaro que:

() ACEITO PARTICIPAR DA PESQUISA

() NÃO ACEITO PARTICIPAR DA PESQUISA

Local: _____ Data: ____/____/____

Agradecemos a sua participação e colaboração.

APÊNDICE C - Roteiro para entrevista com os professores orientadores de estágio do TQI

- 1- Você orienta quantos estagiários, em média, por ano ou semestre?
- 2- Como é feita a distribuição dos estagiários entre os orientadores? É por área?
- 3- Como (em que momento(s)) acontece a orientação? (Antes/durante/depois)
- 4- Você conhece o local dos estágios? Faz alguma visita ao local durante a realização do estágio? E conhece os supervisores de estágio?
- 5- Você considera o estágio importante/indispensável para o TQI?
- 6- Sobre as 60 horas de estágio, você considera suficiente para a sua aprendizagem dos estudantes? Justifique.
- 7- Qual/quais a(s) principal contribuição do estágio para a formação dos estudantes?
- 8- Os estagiários relatam (já relataram) dificuldades encontradas na realização dos estágios? Quais?
- 9- Você tem alguma dificuldade em orientar os estagiários? Qual/quais?
- 10- Qual o período que você considera ideal para a realização dos estágios (1º semestre/férias de julho/2º semestre)? Porque?
- 11- Você acha que os alunos ao iniciar o estágio, estão preparados para exercer as atividades?
- 12- Você acha que falta algum aprendizado/conhecimento para os alunos que iniciam o estágio?
- 13 – Qual/quais competências você considera importante para o estudante que vai para o estágio/mundo do trabalho?
- 14 – Como você desenvolve essas competências em sua(s) disciplinas do curso?
- 15 - Gostaria de acrescentar alguma informação/comentário que possa contribuir com esta pesquisa?

APÊNDICE D – Termo de consentimento livre e esclarecido para professores orientadores

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO- TCLE

Prezado professor(a) orientador(a),

Você está sendo convidado a participar de uma pesquisa de mestrado intitulada “O estágio curricular supervisionado em um curso técnico integrado ao ensino médio: objetivos, contribuições e limites”, que está sendo desenvolvida por Josiana Rita Bazana, mestranda do Curso de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica em Rede Nacional (ProfEPT), do Polo IFFar, campus Jaguari, sob a orientação da Prof^a. Dr^a. Sandra Elisabet Bazana Nonenmacher e Coorientação da Prof^a. Dr^a. Maria Rosângela Silveira Ramos. O objetivo do estudo é identificar as contribuições e limites do estágio do curso técnico em química integrado ao ensino médio, do IFFar - *Campus* Panambi, para a formação integral dos estudantes, e visa contribuir para o aprimoramento das práticas educativas e com os processos de ensino e de aprendizagem possibilitado pelos estágios.

Caso aceite colaborar com esta pesquisa, a sua participação implicará em responder a algumas perguntas por meio de uma entrevista, realizada pelo pesquisador principal, em local, data e horário definidos previamente e em conjunto com você. A entrevista será gravada em áudio e terá duração em torno de 20 minutos. Os dados coletados serão guardados pelo pesquisador responsável por essa pesquisa em local seguro e por um período de 5 anos.

Os riscos aos participantes desta pesquisa são mínimos por envolver apenas a entrevista, a qual pode lhe causar algum desconforto pelo tempo exigido para a participação ou pelo teor das perguntas, e por isso esclarecemos que não é obrigatório responder a todas as perguntas e você também poderá interromper e/ou desistir de sua participação a qualquer momento.

Em relação aos benefícios e vantagens em participar deste estudo, não há benefício direto ao participante, entretanto, a sua participação contribui para a compreensão do fenômeno estudado, para a produção de conhecimento científico e para o aprimoramento das práticas educativas e melhoria dos processos de ensino e de aprendizagem, seja de componentes curriculares ao longo do curso ou das ações desenvolvidas no próprio estágio.

Garantimos que sua identidade será preservada e nenhuma informação será dada a outras pessoas que não façam parte da equipe de pesquisadoras. Além disso, cada indivíduo será identificado por um código, e, portanto, o seu nome será mantido em sigilo absoluto.

Ressaltamos que sua participação no estudo é voluntária e, portanto, você não é obrigado(a) a fornecer as informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas pela pesquisadora, além disso você não terá despesas e nem será remunerado pela participação na pesquisa. Caso decida não participar do estudo, ou resolver a qualquer

momento desistir do mesmo, não sofrerá nenhum tipo dano ou constrangimento. Você terá a garantia ao direito à indenização diante de eventuais danos decorrentes da pesquisa.

Solicitamos ainda a sua autorização para o uso dos dados gerados a partir desta entrevista, para a produção de artigos técnicos e científicos a serem divulgados em eventos e revistas científicas.

Este termo de consentimento livre e esclarecido é feito em duas vias, sendo que uma delas ficará em poder do pesquisador e outra com o sujeito participante da pesquisa.

Caso necessite qualquer esclarecimento ou maiores informações sobre esta pesquisa, você poderá entrar em contato com a pesquisadora Josiana Rita Bazana, pelo telefone (55)991121029 ou (55)33768834, *e-mail* josiana.bazana@gmail.com, endereço Rua Rodolfo Shoroter, 82, Ijuí/RS.

Comitê de Ética em Pesquisa - CEP IF Farroupilha
Alameda Santiago do Chile, 195 - Bairro Nossa Senhora das Dores - CEP: 97050-685
Santa Maria/RS - Fone/Fax: (55)32189850 - *e-mail*: cep@iffarroupilha.edu.br.

CONEP - Comissão Nacional de Ética em Pesquisa - SEP/510, Norte, Bloco A, 3º andar, Ed. Ex-INAN, Unidade II - Brasília/DF - CEP: 70750-521 - Fone: (61)33155878/5879 - *e-mail*: conep@saude.gov.br.

Assinatura da pesquisadora Josiana Rita Bazana

TERMO DE CONSENTIMENTO

Declaro que fui informado sobre todos os procedimentos da pesquisa e que entendi o objetivo do estudo. Fui informado que todos os dados a meu respeito serão sigilosos. Eu compreendo que neste estudo, responderei a perguntas de uma entrevista de forma voluntária. Fui informado que posso me retirar do estudo a qualquer momento e aceito participar da pesquisa.

Nome por extenso

Assinatura _____ Local: _____ Data: ____/____/____.

Agradecemos a sua participação e colaboração.

APÊNDICE E – Produto Educacional “Cartilha de Estágio”

Disponível no Portal EduCAPES no *link*:

<http://educapes.capes.gov.br/handle/capes/571874>.

CARTILHA DE ESTÁGIO




**INSTITUTO
FEDERAL**
Farroupilha
Campus
Panambi

Orientações sobre o
estágio curricular
supervisionado dos cursos
técnicos integrados ao
ensino médio do IFFar
campus Panambi

**Fevereiro
2020**

CARTILHA DE ESTÁGIO

Orientações sobre o estágio curricular supervisionado dos cursos técnicos integrados ao ensino médio do IFFar *campus* Panambi

Autora:

Josiana Rita Bazana

Orientadora:

Prof^a. Dr^a. Sandra Elisabet Bazana Nonenmacher

Coorientadora:

Prof^a. Dr^a. Maria Rosângela Silveira Ramos



Esta cartilha é um produto educacional elaborado a partir dos resultados da pesquisa de mestrado intitulada "Os elementos formativos presentes no estágio curricular supervisionado de um curso técnico integrado ao ensino médio", desenvolvida durante o Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (PROFEPT), do Instituto Federal Farroupilha - *campus* Jaguari.

CARTILHA DE ESTÁGIO

Autora: Josiana Rita Bazana

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Sandra Elisabet Bazana Nonenmacher

Coorientadora: Prof^a. Dr^a. Maria Rosângela Silveira Ramos

Imagens: Pixabay e acervo.

Este trabalho está licenciado com uma
Licença Creative Commons - Atribuição-
NãoComercial 4.0 Internacional.



SUMÁRIO

Apresentação.....	07
A quem se destina?.....	07
Objetivos.....	07
O que o estágio?	09
Quais os fundamentos legais do estágio?.....	09
Quais os objetivos do estágio?	10
Quais as modalidades do estágio?	11
Qual a carga horária do estágio obrigatório de cada curso?	12
Qual o período de realização do estágio obrigatório?.....	12
Qual a duração da jornada do estágio?.....	12
Quem são os envolvidos?.....	13
Onde realizar o estágio?.....	14
Todo local de estágio deve ser conveniado com o IFFar?.....	15
E se não tiver convênio, o que fazer?.....	15
Como proceder para realizar o estágio?.....	16
Quais os documentos necessários?.....	17
O estágio pode ser rescindido?	18
Calendário de Estágios 2020	19
Aplicativo Estágio Integrado.....	20



APRESENTAÇÃO

A QUEM SE DESTINA?

Esta cartilha foi elaborada com o intuito de trazer informações para estudantes, professores, supervisores e demais interessados, a respeito do estágio curricular supervisionado dos cursos técnicos integrados ao ensino médio, do Instituto Federal Farroupilha, *campus* Panambi.

OBJETIVOS:

Esta cartilha visa trazer orientações e informações sobre os procedimentos para a realização do estágio, que faz parte da matriz curricular de alguns cursos técnicos integrados ao ensino médio do IFFar, na tentativa de sanar as principais dúvidas que a comunidade escolar tem sobre este tema e contribuir para a sua organização e desenvolvimento.

Além disso, esperamos que esta cartilha possa colaborar para que o estágio seja reconhecido e valorizado por todos os envolvidos como um espaço/tempo de aprendizagem, importante para a formação profissional e cidadã dos estudantes, já que permite a articulação entre os conhecimentos teóricos e práticos, e contribui para a efetivação da práxis.





SE LIGA NA DICA!



Este material faz uso de QR CODE, um código de barras em 2D, que ao ser escaneado, irá lhe direcionar para o link que está no código. Para usar, você precisará ter um aplicativo de leitura de QR CODE instalado no seu celular.

O QUE É ESTÁGIO?

Conforme a Lei nº 11.788/2008, o estágio é ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos.

QUAIS OS FUNDAMENTOS LEGAIS DO ESTÁGIO?

O estágio de estudantes é regulamentado pela Lei federal nº 11.788/2008. Além dessa lei, temos a Resolução nº 010/2016 do IFFar, e o regulamento de estágio de cada curso, anexo ao projeto pedagógico, que estabelecem as normas dessa prática educativa e são referências para a elaboração dessa cartilha.



Acesse a Lei nº 11.788/2008:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2008/lei/l11788.htm

ou



Acesse a Resolução nº 010/2016 do IFFar:
<https://www.iffarroupilha.edu.br/regulamentos-e-legisla%C3%A7%C3%B5es/resolu%C3%A7%C3%B5es?start=14>

ou



QUAIS OS OBJETIVOS DO ESTÁGIO?

O estágio visa ao aprendizado de competências próprias da atividade profissional e à contextualização curricular, objetivando o desenvolvimento do educando para a vida cidadã e para o trabalho (§ 2º do art. 1º da Lei 11.788/2008). Além disso:

- oferece aos alunos a oportunidade de aperfeiçoar seus conhecimentos e conhecer as relações sociais que se estabelecem no mundo do trabalho;
- complementa o ensino e a aprendizagem, relacionando conteúdos e contextos;
- propicia a adaptação psicológica e social do educando a sua futura atividade profissional;
- incentiva o desenvolvimento das potencialidades individuais;
- promove a articulação da instituição com a comunidade;
- proporciona ao aluno vivência com as atividades desenvolvidas por instituições públicas ou privadas e interação com diferentes diretrizes organizacionais e filosóficas relacionadas à área de atuação do curso que frequenta;
- incentiva a integração do ensino, pesquisa e extensão através de contato com diversos setores da sociedade;
- proporciona aos alunos às condições necessárias ao estudo e soluções dos problemas demandados pela sociedade.

QUAIS SÃO AS MODALIDADES DE ESTÁGIO?

Obrigatório: é aquele definido no projeto do curso, cuja carga horária é requisito para aprovação e obtenção de diploma.

- Pagamento de bolsa e de auxílio-transporte: opcional;
- Seguro contra acidentes pessoais: obrigatório e de responsabilidade da Instituição de Ensino.

Não-obrigatório: é aquele desenvolvido como atividade opcional, para além da carga horária mínima estipulada na matriz curricular, com carga horária não especificada, mediante convênio e termos de compromisso entre o local do estágio e o IFFar, que garantam as condições legais necessárias.

- Pagamento de bolsa e de auxílio-transporte: obrigatório e de responsabilidade da parte concedente. Deve constar no Termo de Compromisso de Estágio.
- Seguro contra acidentes pessoais: obrigatório e de responsabilidade da parte concedente.

Os Estágios Obrigatório e Não-Obrigatório somente poderão ser realizados enquanto o aluno mantiver matrícula e frequência na Instituição de Ensino, sendo obrigatória a prévia tramitação da documentação pelo Setor de Estágios.



QUAL A CARGA HORÁRIA DO ESTÁGIO OBRIGATÓRIO DE CADA CURSO?

- Curso Técnico em Automação Industrial Integrado: 80 horas
- Curso Técnico em Química Integrado: 60 horas

QUAL O PERÍODO DE REALIZAÇÃO DO ESTÁGIO OBRIGATÓRIO?

O estágio obrigatório deve iniciar somente após a conclusão do componente curricular de Orientação de Estágio, ou seja, no terceiro ano do curso.



Para saber mais detalhes sobre o estágio dos cursos técnicos integrados, verifique o projeto pedagógico.

Acesse:

<https://www.iffarroupilha.edu.br/projeto-pedag%C3%B3gico-de-curso/sobre-os-projetos-pedag%C3%B3gicos-de-cursos>

ou



QUAL A DURAÇÃO DA JORNADA DE ESTÁGIO?

A jornada diária do Estágio Curricular Supervisionado, é limitada a 6 horas diárias e 30 horas semanais, e deverá ser compatível com o horário escolar do estudante e não poderá prejudicar as atividades escolares.

QUEM SÃO OS ENVOLVIDOS?

Conforme a Lei nº 11.788/2008 "o estágio, como ato educativo escolar supervisionado, deverá ter acompanhamento efetivo pelo professor orientador da instituição de ensino e por supervisor da parte concedente".

Portanto, as partes envolvidas e necessárias para a realização do estágio são:

- * Estagiário - aluno com matrícula ativa, desde que satisfaça aos requisitos estabelecidos pelo curso;
- * Orientador - professor da área técnica responsável pelo acompanhamento didático-pedagógico do estudante durante a realização do estágio;
- * Supervisor - funcionário com formação ou experiência profissional na área de conhecimento do estágio, designado pela parte concedente como responsável pelo acompanhamento e orientação do estagiário no local de realização do estágio;
- * Parte Concedente - empresa ou órgão que recebe o estagiário;
- * Coordenador do Curso - professor responsável pelo curso e pelo estabelecimento e cumprimento de normas referentes ao estágio;
- * Setor de Estágio - setor do IFFar responsável por celebrar, controlar e acompanhar os convênios, adequando-os às normas legais, e por orientar os envolvidos quanto à realização do estágio.



ONDE REALIZAR O ESTÁGIO?

O aluno poderá realizar o estágio curricular na área do curso com que mais se identificar, em que houver vagas disponíveis, desde que apresentem condições para proporcionar experiência prática na área de formação e tenha profissional disponível para supervisionar e orientar o estudante durante as atividades realizadas no estágio.

Assim, o estágio pode ser realizado em:

- Empresas privadas que possuam alguma relação com o curso;
- Órgãos públicos e privados com atuação no setor industrial, com atuação nacional ou internacional;
- O próprio IFFar, em atividades relacionadas a área do curso.

A escolha da Parte Concedente e da área de interesse de realização de estágio será de responsabilidade do aluno, desde que as atividades a serem desenvolvidas no Estágio Curricular Supervisionado tenham relação com o curso.

Se tiver dúvidas converse com o coordenador do seu curso, ele poderá lhe ajudar nesta escolha.

**Atenção
estudante!**

TODO LOCAL DE ESTÁGIO DEVE SER CONVENIADO COM O IFFAR?

Sim. O estágio não pode ser realizado sem que seja formalizado o convênio entre o IFFar e a concedente.



Para conhecer os locais conveniados, você pode verificar no mural dos estágios, ao lado do Setor de Estágio, ou acessando a página abaixo:

Acesse:

<https://docs.google.com/spreadsheets/d/1rqA00R7FE5x3sBmt758UTDH7NsnCNn27yMuuWu60sIw/edit#gid=1870369049>

ou



E SE NÃO TIVER CONVÊNIO, O QUE FAZER?

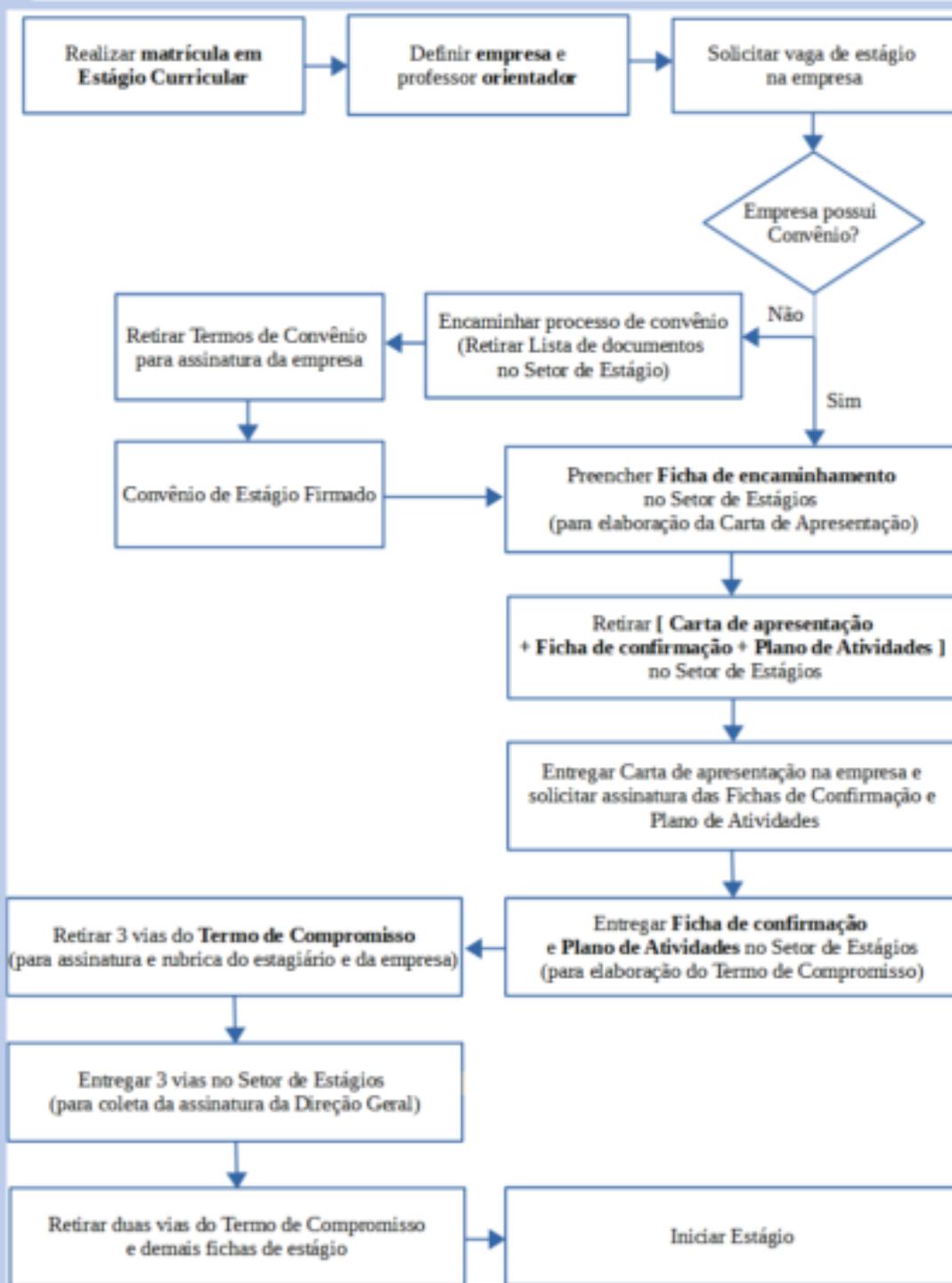
Caso o local não seja conveniado, o aluno interessado, a coordenação do curso ou a concedente, pode solicitar ao Setor de Estágios a celebração de um convênio.

A solicitação pode ser realizada através do e-mail: estagios.pb@iffarroupilha.edu.br, ou pessoalmente no Setor de Estágios, que irá passar todas as orientações sobre o procedimento para firmar o convênio.

ATENÇÃO: a solicitação deve ocorrer, preferencialmente, no semestre anterior ao início do estágio.

COMO PROCEDER PARA REALIZAR O ESTÁGIO?

Siga o fluxograma abaixo:



QUAIS OS DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA A REALIZAÇÃO DO ESTÁGIO?

Documentação a ser encaminhada antes do início do Estágio:

- Formulário para apresentação de Estagiário (2 vias);
- Ficha de Confirmação de Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório;
- Plano de Atividades de Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório;
- Termo de Compromisso de Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório.

Documentação a ser entregue após a realização do Estágio:

- Ficha de acompanhamento de orientações das atividades relativas ao estágio obrigatório;
- Ficha de Registro de Atividades;
- Termo de realização de Estágio Curricular Supervisionado (Avaliação do Estagiário pela Parte Concedente);
- Termo de avaliação do Estagiário (Avaliação do Estagiário pelo Professor Orientador);
- Ficha de Confirmação de Defesa do Estágio;
- Relatório de Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório (3 vias impressas e assinadas) - deve ser entregue ao coordenador do curso, conforme calendário de estágios.

Documentação a ser entregue após a defesa do Estágio

- Declaração do Orientador;
- Versão final do Relatório de Estágio (1 via impressa e assinada);
- CD contendo arquivo digital da versão final do Relatório de Estágio (Preferencialmente arquivo em PDF).



IMPORTANTE

A documentação listada anteriormente para registro do Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório é muito importante, principalmente o Termo de Compromisso, sem ele não há registro de comprovação da atividade de estágio do aluno.

- Compete ao Estagiário encaminhar e retirar a documentação de Estágio no Setor de Estágio do *campus* antes do início do estágio e realizar as atividades previstas no Plano de Atividades de Estágio.

Além disto, **não serão validadas como Estágio Curricular as atividades de estágio que tenham sido iniciadas antes da assinatura do Termo de Compromisso.**



Você pode encontrar todos os documentos necessários no link abaixo.

Acesse:

<https://www.iffarroupilha.edu.br/conv%C3%A9niosinstitucionais/item/439-formularios-estagios>

ou



O ESTÁGIO PODE SER RESCINDIDO?

Sim. O estágio será interrompido quando o estudante:

- I- Trancar a matrícula;
- II- Não se adaptar ao estágio, em um período mínimo de dez dias;
- III- Não atender às expectativas da parte concedente;
- IV- Não seguir as orientações do professor orientador.

CALENDÁRIO DE ESTÁGIOS IFFAR CAMPUS PANAMBI 2020

1º semestre

ETAPA	DATAS
Entrega do Relatório	01/06 a 10/06
Organização das Defesas de Estágio	15/06 a 17/06
Defesas de Estágio	18/06 a 30/06
Entrega da Versão Final do Relatório	09/07
Entrega no CRA do Atestado de Aptidão pelo Coordenador do Curso	10/07

2º semestre

ETAPA	DATAS
Entrega do Relatório	28/10 a 06/11
Organização das Defesas de Estágio	09/11 a 11/11
Defesas de Estágio	12/11 a 24/11
Entrega da Versão Final do Relatório	21/12
Entrega no CRA do Atestado de Aptidão pelo Coordenador do Curso	22/12

Atenção
estudante!

Verifique no Setor de Estágio se a sua documentação está em dia!

Aplicativo Estágio Integrado



Além desta cartilha, desenvolvemos um aplicativo de celular, que têm por objetivos: contribuir para a organização e o desenvolvimento do estágio curricular supervisionado, incentivar reflexões acerca do estágio e promover a comunicação entre os sujeitos envolvidos, contribuindo assim com os processos de ensino e de aprendizagem proporcionados pelo estágio curricular.

O aplicativo também é um produto educacional desenvolvido no decorrer da pesquisa de mestrado de Josiana Rita Bazana, sob a orientação das professoras Sandra E. B. Nonenmacher e Maria Rosângela S. Ramos, e contou com a colaboração da estudante Victoria Botelho Martins.

Ferramentas disponíveis:

- Informações sobre o estágio
 - Registrar atividade
 - Relatório de atividades
 - Lista de contatos
 - Fique ligado
 - Para refletir
 - Sobre o App



Como fazer download do aplicativo para o seu dispositivo?

Acesse:

<http://estagiointegrado.kinghost.net/>

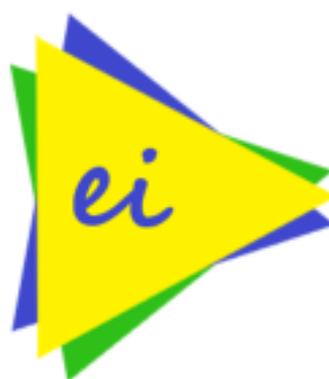
ou



- Para download, siga as instruções disponibilizadas no site.
- Cadastre-se informando o seu nome, categoria, e-mail, e senha.

Esperamos que este aplicativo seja útil para você.

Use e aproveite todas as ferramentas disponíveis.



Estágio Integrado

ATENÇÃO!

Em caso de dúvidas sobre o estágio,
procure o coordenador do curso
ou o Setor de Estágio.

Contato:

Telefone: (55) 33768828

E-mail: estagios.pb@ifarroupilha.edu.br

Prédio A, Sala A13.

Caso tenha alguma dúvida, sugestão, crítica ou
comentário sobre esta cartilha, estamos a
disposição através do e-mail

josiana.bazana@ifarroupilha.edu.br ou

através do link:

<https://forms.gle/TiYEbyqzuC3d1QSJ7>

ou





**INSTITUTO
FEDERAL**
Farroupilha

Campus
Panambi



PROFEPT

MESTRADO PROFISSIONAL EM
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

INSTITUTO FEDERAL
Farroupilha

ANEXOS

ANEXO I – Matriz curricular do Curso Técnico em Química do IFFar - *campus* Panambi

Ano	Disciplinas	Períodos semanais	Carga Horária (h/a)*
1º ano	Língua Portuguesa e Literatura Brasileira	4	160
	Educação Física	2	80
	Matemática	3	120
	Química Básica I	3	120
	Física	3	120
	Biologia	3	120
	Geografia	2	80
	História	2	80
	Arte	2	80
	Filosofia	1	40
	Sociologia	1	40
	Estatística	1	40
	Química Geral Experimental	2	80
	Química Inorgânica	2	80
Toxicologia e Segurança no Trabalho	1	40	
Subtotal de disciplinas no 1º ano		32	1280
2º ano	Língua Portuguesa e Literatura Brasileira	3	120
	Educação Física	2	80
	Matemática	3	120
	Química Básica II	2	80
	Física	2	80
	Biologia	3	120
	Geografia	2	80
	História	2	80
	Sociologia	1	40
	Filosofia	1	40
	Química Analítica	4	160
	Físico-Química	3	120
	Tecnologia de produtos de Higiene e Limpeza	2	80
Língua Inglesa	2	80	
Subtotal de disciplinas no 2º ano		32	1280
3º ano	Língua Portuguesa e Literatura Brasileira	3	120
	Educação Física	2	80
	Matemática	3	120
	Química Básica III	4	160
	Física	3	120
	Biologia	2	80
	Sociologia	1	40

	Filosofia	1	40
	Tecnologia Metalúrgica	1	40
	Processos Industriais	2	80
	Análise Instrumental	4	160
	Corrosão	1	40
	Gestão e Empreendedorismo	2	80
	Química de Alimentos	2	80
	Língua Inglesa	1	40
Subtotal de disciplinas no 3º ano		32	1280
Carga horária total de disciplinas (hora aula)			3840
Carga horária total de disciplinas (hora relógio)			3200
Orientação de Estágio (hora relógio)			20
Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório (hora relógio)			60
Atividades Complementares (hora relógio)			100
Carga horária total do curso (hora relógio)			3380

Fonte: IFFAR (2014a, p. 22-23).

Nota: * Hora aula de 50 minutos.

ANEXO II – Parecer Consubstanciado do Comitê de Ética na Pesquisa

INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA FARROUPILHA



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: O ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO EM UM CURSO TÉCNICO INTEGRADO AO ENSINO MÉDIO: OBJETIVOS, CONTRIBUIÇÕES E LIMITES

Pesquisador: JOSIANA RITA BAZANA

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 09753019.0.0000.5574

Instituição Proponente: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 3.216.298

Apresentação do Projeto:

De acordo.

Objetivo da Pesquisa:

De acordo.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

De acordo.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Não há

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

De acordo.

Instrumentos elaborados de forma clara.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Não há.

Considerações Finais a critério do CEP:

O CEP acata o parecer do relator.

Endereço: Rua Esmeralda, 355

Bairro: CAMOBI

UF: RS

Telefone: (55)3217-0352

Município: SANTA MARIA

CEP: 97.110-787

E-mail: cep@ifarroupilha.edu.br

**INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA FARROUPILHA**



Continuação do Parecer: 3.216.298

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1299711.pdf	14/03/2019 22:35:31		Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	ProjetoDetalhado.pdf	14/03/2019 22:33:42	JOSIANA RITA BAZANA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_para_professores_orientadores.pdf	14/03/2019 22:28:05	JOSIANA RITA BAZANA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_online_estudantes_malores.pdf	13/03/2019 14:37:09	JOSIANA RITA BAZANA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_para_pais_ou_responsaveis.pdf	13/03/2019 14:17:31	JOSIANA RITA BAZANA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_para_estudantes_menores_de_18_anos.pdf	13/03/2019 14:15:17	JOSIANA RITA BAZANA	Aceito
Outros	Termo_de_Compromisso_e_confidencialidade_dos_dados.pdf	08/03/2019 11:11:57	JOSIANA RITA BAZANA	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	TermoAnuenda.pdf	08/03/2019 11:00:52	JOSIANA RITA BAZANA	Aceito
Folha de Rosto	Folha_de_Rosto.pdf	08/03/2019 10:35:06	JOSIANA RITA BAZANA	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

SANTA MARIA, 22 de Março de 2019

Assinado por:

GIANCARLO BAZARELE MACHADO BRUNO
(Coordenador(a))

Endereço: Rua Esmeralda, 355

Bairro: CAMOBI

CEP: 97.110-767

UF: RS

Município: SANTA MARIA

Telefone: (55)3217-0352

E-mail: cep@ifarroupilha.edu.br